

RUY DE AYES BELLO

BREVE HISTÓRIA DO
MUNICÍPIO DE BARREIROS

BREVE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE BARREIROS



RUY DE AYRES BELLO

TRABALHOS DO AUTOR

- Finalidade em Educação — Tese de concurso, Recife, 1939.
- Introdução à Pedagogia — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941.
- Esboço de História da Educação — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1943.
- Grupo e profissão — Separata dos Anais da 2a. Semana de Ação Social do Brasil, 1943.
- Notícia Histórica da Educação no Brasil — Imprensa Oficial, Recife, 1943.
- Rousseau, o homem e o pedagogo — Editora do Globo, Porto Alegre, 1948.
- A condição sócio-econômica do trabalhador nordestino da zona do litoral — Separata dos anais da 3a. Semana de Ação Social do Brasil, 1946.
- O Acadêmico Andrade Beserra — Separata da Revista da Academia Pernambucana de Letras nº 32.
- Juízo sobre a pedagogia de Rousseau — Separata da revista "Veritate et Vita" da Universidade Católica de Pernambuco, 1956.
- Pequena História da Educação. Na 10a. edição, 1970, Editora do Brasil, São Paulo.
- Um tempo que não foi perdido — Separata da Revista da Academia Pernambucana de Letras, nº 43.
- Filosofia da Educação — Na 10a. edição. Editora do Brasil, 1972.
- Introdução à Psicologia Educacional. Na 6a. edição, 1968, Edir.
- Princípios e normas da Administração Escolar. Na 6a. Edição, 1970, Editora do Brasil, São Paulo.
- Vida de um professor. Na revista da Academia Pernambucana de Letras, nº 40.
- Barreiros. História de uma cidade. Edição da Universidade Federal de Pernambuco, 1967.
- Os poetas e o rio — Edição do autor. Recife, 1973.
- Estácio Coimbra. O senhor de Engenho, o político e o homem. Edição do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1973.
- Meu tio Júlio Bello — Edição do autor. Recife, 1974.
- Memórias de um professor — Edição da Academia Pernambucana de Letras. Recife, 1983.

RUY DE AYRES BELLO

**BREVE HISTÓRIA
DO MUNICÍPIO DE BARREIROS**

**Editado pela Prefeitura Municipal de Barreiros especialmente
para ser adotado nas escolas do Município.**

RECIFE — 1984

AGRADECIMENTO:

- a Natália pelo trabalho de pesquisa;
- a Mazé
Maria Teresa e
Hosana, pelo serviço de datilografia

INTRODUÇÃO

Sempre interessado pelas coisas de minha terra, a terra de Barreiros, onde há cerca de cento e sessenta anos se fincaram as raízes de minha família, publiquei em 1967 um pequeno livro sobre a cidade de Barreiros, onde vivi minha infância e minha juventude.

Dei a esse livro o título de "Barreiros. História de uma cidade".

Mas, apesar desse título, não considerei esse livrinho um verdadeiro estudo histórico.

No seu prefácio eu digo que se trata, apenas, de uma quase-história, "uma simples narrativa de episódios, sem qualquer preocupação de ordem ou de método, sem qualquer esforço de interpretação, de pesquisa de causalidade e correlação, como se deve exigir de quem pretenda, efetivamente, fazer história, no preciso sentido da matéria".

Deliberando, dez (10) anos depois, escrever este livro, sobre o mesmo assunto, tive um propósito diferente.

Aconteceu que, participando, alguns anos atrás, de um simpósio promovido pelo Centro de Estudos de História Municipal, quando se discutiam os meios de se incentivar o estudo da história local nas comunidades correspondentes, aventei a opinião de que a esse resultado só se poderia chegar quando a história dos Municípios fosse estudada nas suas respectivas escolas.

Como não havia novidade no que opinei, todos estiveram de acordo comigo.

Mas surgiu uma observação: como introduzir a matéria nos currículos das escolas do interior sendo nula ou quase nula a bibliografia didática ou mesmo semi-didática correspondente?

Convencido da procedência dessa observação, decidi-me a tentar superar, tanto quanto possível, a dificuldade em relação a Barreiros.

Esta é a razão de ser deste livro, escrito há vários anos e à espera de editor.

Mas não se trata de uma nova edição "revista e melhorada" do meu outro livro sobre Barreiros.

Está claro que, como ponto de partida do meu novo trabalho voltei àquele livro. E voltei para aproveitar o que havia ali de aproveitável, como, principalmente, para corrigir e refazer algo do que foi dito em pontos substanciais daquele livro, que nem sei se pode ser considerado, sequer, uma quase-história.

Mas, também, não pretendi que "Barreiros. História de uma cidade" fosse um livro de ficção ou meia-ficção como as histórias romanceadas.

Possuo em dose mínima essa virtude que hoje tanto se exalta: a criatividade.

Quero dizer que não inventei nada, mas apenas contei o que ouvi de outros. E recorri, também, como não poderia deixar de recorrer, aos historiadores que se ocuparam de Barreiros e cujos testemunhos deveriam dar ao meu livro aquele aspecto de quase-história.

Lamentavelmente, em que pese a autoridade de alguns desses historiadores, muito do que eles ensinam sobre a história de Barreiros não tem fundamento, é equívoco e controvertido.

Tendo de divergir em alguns pontos de meu livro de mestres verdadeiramente consagrados e, ainda, de documentos oficiais, sinto-me na obrigação de justificar a minha provável temeridade.

É isso que farei em seguida, deixando de fazê-lo no texto do livro por não me parecer recomendável apresentar matéria controvertida para estudos do 1.º e 2.º graus.

Não foram muitos os autores que se ocuparam direta e indiretamente da História de Barreiros. Entre esses, especialmente trataram do assunto: Sebastião de Vasconcelos Galvão, Pereira da Costa e Frel Venâncio Willeke, O. F. M.

Além desses autores, vali-me da contribuição do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Sobre a origem de Barreiros, eis o que ensina Sebastião de Vasconcelos Galvão.

— "Por uma concessão régia de Portugal, no princípio do século 18 existiu, no local em que hoje está situado o enge-

nho Benfica, então do Morgado do Cabo, concessionário de uma sesmaria de cinco léguas de terras, uma aldeia de índios, cujo chefe se dizia descendente do grande Camarão. Tal sesmaria partia da Pedra do Conde, na praia de Tamandaré, e tomava, para o sul, parte dos terrenos atuais do Município, onde foram erguidos os primeiros engenhos — Carassu e Buenos Ayres. Ficava a aldeia entre esses dois engenhos e os índios faziam grandes estragos nas lavouras suas. Então, como uma providência proveitosa, o Morgado procurou conseguir do Governo a troca de tais terrenos por outros mais próximos do rio Una, onde os índios pudessem viver da pesca e da caça. Situados os índios no cimo dos montes, foi levantada uma capela, sob a invocação de São Miguel, a qual achase hoje em ruínas. No começo do século passado Diogo Paes Barreto instituiu um patrimônio a Santo Antônio, de meia légua desses terrenos, debaixo da condição de se erigir, ao referido Santo, uma capela; o que ratificando por seus herdeiros, foi levada a efeito a construção da capela desejada pelo doador.

Daí data o início do povoamento de Barreiros, cujo nome tomou de cavidades e depressões feitas na terra, por caitis (porcos monteses), para seus espojeiros, sendo estes em grande número". (Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1908 — Verbete Barreiros. Vol. I, pág. 46)

Essa doutrina ensinada por Vasconcelos Galvão é adotada *ipsis litteris* — e até se poderia dizer *ipsis litteris et erroribus* — pela "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", (IBGE) Rio de Janeiro, 1958.

Há apenas uma ligeira discrepância nos dois textos: Vasconcelos Galvão diz que o engenho Benfica pertencia ao Morgado do Cabo enquanto o IBGE informa que Morgado era o primitivo nome do engenho...

Em julho de 1960, o mesmo IBGE publicou uma monografia que tem na capa o seguinte: "Barreiros — Pernambuco. Comemoração do Centenário".

É a reprodução do que ensina a "Enciclopédia", com outro erro de acréscimo: a alusão à comemoração do centenário de Barreiros quando não havia nenhum centenário a comemorar naquela data, como se poderá ver, inclusive no que ensina o mesmo o IBGE sobre a história daquele Município.

Um terceiro documento também oficial se ocupa da história de Barreiros: É a "Enciclopédia dos Municípios", editada pela Fiam — "Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco".

A doutrina aí ensinada é, de forma resumida, a mesma das publicações do IBGE, apenas com alguns equívocos a mais.

* * *

Os principais erros em que incidem todas as citadas publicações sobre a história de Barreiros referem-se especialmente à época e ao local em que teria origem o Município.

Essa época seria o princípio do século dezoito (18). Mas essa informação não é exata.

A origem do Município de Barreiros, foi como se conta nos documentos referidos, uma aldeia de índios, mas essa aldeia existiu bastante antes da época indicada nos mesmos documentos.

O grande historiador franciscano frei Venâncio Willeke, O.F.M., que foi superior no convento de Sirinhaém, passando dali para Olinda e, depois, para o Rio de Janeiro, ocupou-se absorventemente da história da Missão de São Miguel de Una e do seu estudo nos deu conta em artigo publicado na Revista de História, São Paulo nº. 79, 1969. Esse artigo, sob o título "Missão de São Miguel de Una", foi publicado em separata e nele se contém a verdadeira história da aldeia indígena de Una, origem de Barreiros.

Verdadeira história sem dúvida alguma porque frei Venâncio era um historiador muito competente e criterioso, que contou para o seu trabalho, inclusive, com o arquivo de sua ordem monástica, onde descobriu documentos inéditos em torno da matéria que era objeto de suas pesquisas.

Ensina Frei Venâncio que as duas primeiras aldeias indígenas criadas em Pernambuco foram a de Nossa Senhora da Escada, fundada pelos Jesuítas, aproximadamente, em 1589 e a de São Miguel de Una ou Igua, "cuja data de fundação não consta ao certo".

Entretanto, baseado em frei Manuel da Ilha, "o primeiro cronista franciscano a tratar da aldeia de Una", em seu manuscrito "Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio seu relatio", 1621, pág. 293, conclui frei Venâncio que a aldeia de Una deve ter sido criada entre 1589 e 1594.

Pereira da Costa, baseado no Padre Antônio Vieira, na sua "Anua da Província do Brasil" tem como certo que a aldeia de Una existia já em 1625 ("Anais Pernambucanos" vol. III, pág. 53).

Não tem, assim, qualquer fundamento no que ensinam sobre a época da fundação da aldeia de Una. Sebastião de Vasconcelos Galvão e o IBGE nos documentos citados, em que se diz que aquela aldeia apenas começou a existir no princípio do século XVIII.

* * *

Outro equívoco em relação à história do Município de Barreiros é o que se refere a localização da aldeia indígena de que o Município se originou. Sebastião de Vasconcelos Galvão e o IBGE nas publicações citadas são acordes em afirmar que essa aldeia ficava, a princípio, entre os engenhos Carassu e Buenos Ayres, os primeiros engenhos estabelecidos em Barreiros.

Frei Venâncio Willeke contesta essa versão afirmando: "A Missão de São Miguel de Una ficava ao Sul do mesmo rio, um quilômetro distante da atual cidade de Barreiros". (Loc. cit.).

Fundamenta frei Venâncio sua informação num documento manuscrito, inédito até ser citado por ele no trabalho já referido. Subcreve esse manuscrito Frei Manuel da Ilha, que, por sua vez se baseia em notas coligidas pelo segundo Custódio da Ordem, no Brasil, frei Leonardo de Jesus

Diz Frei Manuel da Ilha que a "doutrina" de São Miguel de Una ficava a vinte (20) quilômetros de Pernambuco (Recife). Acrescenta que havia ali quatro franciscanos, os quais com a ajuda de índios convertidos construíram um convento de madeira e barro, juntamente com uma sólida capela.

Até os primeiros anos do século presente ainda se viam no local indicado ruínas dessa "sólida capela".

* * *

Um fato de historicidade indiscutida e que dirime qualquer controvérsia sobre a época da fundação da Aldeia de Una e a sua localização é o seguinte: Em 1636 já existia essa aldeia sendo localizada no alto de um monte ao sul de Barreiros e, havendo estacionado ali um terço de regimento de infantaria, foi ela atacada naquele ano pelos holandeses, tudo como se conta no Capítulo I deste livro.

* * *

A Enciclopédia dos Municípios, editada pela Fundação do Desenvolvimento dos Municípios do Interior" — Flam, 1980, no primeiro volume Verbetes Barreiros, endossa tudo o que sobre a história do Município

consta das fontes citadas e comete outros pequenos equívocos sobre a matéria.

Por exemplo, diz essa Enciclopédia que a Missão de Una foi situada no monte São Miguel, onde se levantou uma capela. Mas nunca houve nem há em Barreiros nenhum "Monte São Miguel". O local do aldeamento era chamado pelos índios por uma expressão correspondente a barreiros, tirada das escavações feitas por porcos monteses no solo de barro vermelho.

É dito, ainda, nessa publicação, que o povoamento de Barreiros se iniciou no começo do século XIX, mas imediatamente se acrescenta que em 1786 o lugar já possuía numerosa população...

Insiste-se, também, no equívoco de atribuir a Diogo Paes Barreto a instituição de um patrimônio a Santo Antônio com a condição de ser ali construída uma Capela em honra desse Santo. Como se diz no texto do livro, isso não pode ter acontecido pois Diogo Paes Barreto viveu muito antes, nos começos do século XVII e, também, nunca houve em Barreiros essa Capela de Santo Antônio.

Nelson Barbalho também se refere a Diogo Paes Barreto. Mas não-lo apresenta como senhor do engenho Benfica, dali se retirando em 1635 para Alagoas por ser o seu engenho confiscado pelos holandeses (Cronologia Pernambucana — Subsídios para a história do Agreste e do Sertão Centro de Estudos de História Municipal. Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco. Recife, 1982. vol. II — pág. 144).

Não colide o ensino de Nelson Barbalho com o de outros historiadores, Pereira da Costa, inclusive, que dão Diogo Paes Barreto como senhor de Una nos começos do século XVI.

Mas também essa versão de Nelson Barbalho não se coaduna com a hipótese de haver o citado Paes Barreto doado um terreno à Cúria, no começo do século XIX, para a construção de uma capela em Barreiros.

Erro que me parece mais grave é o que se refere à data da instituição da vila de Barreiros, que segundo a Enciclopédia seria 18-01-1893, quando a data verdadeira foi 13 de maio de 1853, sendo governador Bento da Cunha Figueiredo.

* * *

Até o mestre Pereira da Costa incorre em equívocos quando se refere às origens do Município de Barreiros.

A página 54 — vol. III "Anais Pernambucanos", (Edição do Arquivo Público Estadual, Recife, 1962) vem escrito o que se segue.

"Com o estabelecimento do aldeamento de Una, surgiu uma povoação, contemporaneamente, que teve tal desenvolvimento, que foi logo constituída em paróquia, que documentadamente encontramos designada com as encontradas invocações de São Gonçalo de Una, N. S. da Purificação de Una, N. S. da Purificação e São Gonçalo Garcia, ou simplesmente Freguesia de Una.

Quanto ao aldeamento, porém, segundo um documento de 1746, tinha a invocação de São Miguel, parecendo assim que havia duas igrejas distintas: a daquele Santo e a da Paróquia".

O que logo se revela nessa passagem dos "Anais" é a incompreensível confusão que faz Pereira da Costa entre a povoação de São Gonçalo de Una e a aldeia indígena de São Miguel de Una, coisas distintas e até distantes.

A povoação de Una ficava cerca de seis (6) quilômetros de Barreiros, a jusante do rio, da banda do leste.

Havia ali, de fato duas igrejas, a de São Gonçalo Garcia, ou São Gonçalo do Amarante, a qual veio a ser a matriz da freguesia de Una, e a igreja de Nossa Senhora da Purificação, ou, talvez, mais exatamente, Nossa Senhora do Livramento.

Até a segunda década do século ainda existiam essas igrejas e eu pessoalmente as conheci.

A igreja de São Miguel ficava em situação quase oposta à povoação de São Gonçalo, um (1) quilômetro ao sul de Barreiros.

São Miguel era o padroeiro do aldeamento de Una ali localizado, do mesmo modo que São Gonçalo era padroeiro da freguesia de Una, cuja igreja matriz ficava na povoação que tinha esse nome.

É assim, evidente o equívoco de Pereira da Costa sobre o assunto.

Há outros equívocos de Pereira da Costa nessa matéria.

Por exemplo, ele ensina que a primeira matriz da paróquia de Barreiros foi uma capela erigida em honra de Santo Antônio em terra que teria sido uma igreja construída num terreno doado por Diogo Paes de Castro.

Mas, como se prova no texto deste livro, essa capela jamais existiu. Isso apesar do mestre incluir no seu tão valioso trabalho de História (Vol. VIII, pág. 47) uma gravura dessa mesma capela com a segunda legenda "Antiga Capela de Santo Antônio em 1630, segundo uma gravura antiga".

Ora, em 1630 a nova povoação de Barreiros, substituindo "Barreiros Velhos", como passaria a chamar-se o antigo aldeamento indígena, apenas teria começado a existir.

E pelo seu feitio, seu estilo, a igreja que aparece na gravura em nada se parece com as nossas antigas igrejinhas do interior.

* * *

Por tudo isso se vê que com o estudo da História local se tem oportunidade, não só de aprender a História, como até de se refazer a História, por se contar com elementos do mais alto valor, como fontes históricas ignoradas e a tradição popular.

E para isso nem se exige o engenho de um verdadeiro historiador. Bastaria, quando muito, um mini-historiador. Como eu que não passo disso: mini-historiador pelo exíguo limite de minha capacidade e pelo também exíguo campo de estudo de que me ocupo.

CAPÍTULO I

AS ORIGENS

A terra — Seus primitivos habitantes — A aldeia de São Miguel de Una ou Iguna — A colonização.

A TERRA

O município de Barreiros fica quase inteiramente enquadrado na zona *fisiográfica* do litoral-mata.

O seu solo é quase todo formado de massapê, argila de cor escura, salvo nos lugares mais elevados e suas encostas, onde predomina o barro vermelho.

O clima, como o de toda a zona em que se acha situado, é quente e úmido, mas não é insalubre nem desagradável. A temperatura varia de acordo com as regiões, numa faixa que fica entre os 18 e 31 graus centígrados.

Mas, mesmo nas regiões mais quentes e no tempo de verão, a alta temperatura é suavizada nos seus efeitos pelos ventos *alísios* que sopram constantemente do mar.

Localizadas na planície costeira, as terras do município apresentam pequenas elevações, que se alternam com os vales dos rios que a cortam.

Num passado não muito distante, eram quase todas essas terras cobertas por uma densa mata, que foi sendo pouco a pouco destruída, para dar lugar a culturas agrícolas, especialmente a da cana-de-açúcar, a qual entre nós foi sempre praticada de maneira *predatória*, arrasando-se sis-

tematicamente as grandes florestas para a contínua substituição das terras antes cultivadas, e que se consideravam exauridas, a falta dos meios de restauração, a que nunca se recorria.

É o solo de Barreiros cortado por diversos rios, sendo o Una o mais importante de todos. Nascendo no município de São Bento, corta os municípios de Altinho, São Joaquim do Monte, Catende, Palmares e Agua Preta, até atingir Barreiros, tendo a sua foz a 10 quilômetros da cidade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (1) teria o Una a profundidade média de dez (10) metros e a largura média de quarenta metros. Mas esses dados já não são atuais, pois em consequência de diversos fatores, como o desmatamento da região, o represamento de suas águas em diversos lugares, etc., o volume do Una tem decrescido muito de certo tempo para cá.

Além do Una, cortam as terras barreirenses os seus afluentes, o Carimã, o João Mulato e o Tapiribu.

A navegabilidade desses rios é muito reduzida. O Una era, outrora, francamente navegável por embarcações de pequeno e médio *calado*, até a cidade de Barreiros, a 10 quilômetros de seu estuário.

Mas, atualmente, o reduzido volume das águas do rio apenas permite a navegação de pequenos barcos e jangadas de pesca.

A *montante* de Barreiros, nunca foi o Una navegável por causa das pequenas cachoeiras que ali se encontram e do pedregulho que aflora de suas águas.

O Carimã e o João Mulato não são navegáveis, a não ser por jangadas, pois é reduzido o seu volume d'água. Segundo os informes do IBGE, a profundidade média do Carimã é de dois (2) metros e sua largura média de quatro (4) metros.

O João Mulato é pouco mais de que um riacho, como o Itapiribu que corre bem perto da cidade, para o lado nascente.

De acordo ainda com o IBGE, haveria em terras de Barreiros algumas quedas d'água, situadas nos engenhos Piabas de Cima, Araçú, Linda Flor e Cachoeira Alta, quedas d'água captáveis para a produção de energia elétrica.

Isso talvez ocorresse antigamente, mas já não se verifica hoje, sobretudo em consequência da redução do volume d'água dos rios graças, especialmente, ao desmatamento de suas margens.

OS PRIMITIVOS HABITANTES

Ao tempo do descobrimento e ainda por muitos anos dominavam a região do litoral brasileiro e suas proximidades, desde o rio Paraíba do Norte até o São Francisco, os índios Caetés, que mantinham a posse da terra a custo de intermináveis guerras sobretudo com os Potiguaras, cujas tabas se situavam nas imediações, para o lado do sertão.

(Foram os Caetés os primitivos habitantes das terras em que se iria formar o município de Barreiros.)

Desses índios nos diz Gabriel Soares de Souza que eram "mui belicosos e guerreiros e muito traiçoeiros, sem nenhuma fé nem verdade". Diz também Gabriel Soares que os Caetés eram "por natureza músicos e amigos de bailar".
(2)

Eram, também, esses índios exímios pescadores de linha e grandes nadadores. Para singrar o mar e os rios construía leves embarcações, as velozes *igaras*.

Pessoalmeste, eram de cor baça e muito fortes. Falavam a "língua geral" e dos Tupinambás adotaram, além da língua, muitos costumes, inclusive a antropofagia e o venderem os pais os próprios filhos.

A respeito dos Caetés nos diz Frei Manuel da Ilha: "Estes pobres de Cristo, como os de outras aldeias, alimentam-se de farinha que eles mesmos fabricam das raízes de certas plantas por eles cultivadas... Em tempo algum usam vestes, e nenhum nada tem que lhe pertença, visto que entre eles tudo é comum. Os franciscanos determinaram que, ao menos as mulheres, em sua visita à igreja, usem alguma

vestimenta. Deixando-se, porém, levar pelo instinto da natureza, tiram os vestidos logo que saem do templo, sobrando-os até à casa (3).

Esses foram os primitivos habitantes da região em que no futuro se viria a fundar o município de Barreiros.

A ALDEIA DE SÃO MIGUEL DE UNA OU IGUNA

Para a catequese dos Caetés e de muitos outros índios daquela região, a pedido do donatário Duarte Coêlho, o governo português estabeleceu ali uma missão franciscana, composta de quatro padres capuchinhos, tendo como padroeiro São Miguel Arcanjo.

Não se sabe ao certo a data em que a missão foi fundada, mas segundo Frei Venâncio Willeke, O. F. M., baseado em fontes seguras, isso deve ter ocorrido entre 1590 e 1593.

Adianta o mesmo Frei Venâncio que essa deve ter sido a 2ª. missão criada no sul de Pernambuco, sendo a primeira a da Escada (4).

Ficava a aldeia de São Miguel de Iguna ou Una ao sul do rio desse nome, a um quilômetro da atual cidade de Barreiros, nas terras em que atualmente está instalada a Colônia de alienados.

Com a ajuda dos nativos convertidos, se levantou ali uma tosca habitação, em forma de convento, feita de taipa, junto com uma espaçosa igreja, da qual ainda restavam as ruínas nos começos do século presente.

Em 1619, como aconteceu com todas as demais aldeias curadas pelos missionários de diversas congregações, a aldeia de São Miguel de Iguna, por determinação da autoridade eclesiástica, foi entregue ao clero secular.

Passado algum tempo, a instância dos nativos e dos colonos que já existiam ali, foram os franciscanos convidados a reassumir o encargo da missão.

Não atendendo eles a esse apelo, em 1624, incumbiram-se os jesuítas de substituírem os padres seculares naquele trabalho de catequese.

Sobrevindo a guerra holandesa e, havendo aquartelado na aldeia de São Miguel um terço de regimento de infantaria, foi esta duramente atacada pelos invasores.

Depois de pequena resistência, tiveram os defensores de ceder diante da enorme superioridade bélica dos atacantes, retirando-se todos para um lugar chamado Pau-Amarelo, no vale do rio Persinunga, terra que, depois, viria a ser doada aos índios pela Carta Régia do Governo Português, de 28 de janeiro de 1698, em compensação pelos serviços por eles prestados na extinção do *quilombo* dos Palmares. A esse novo aldeamento se chamou de Nossa Senhora da Assunção de Pirassinunga ou Persinunga.

Depois da expulsão dos holandeses, voltou a aldeia a instalar-se no seu lugar de origem, nas proximidades do rio Carimã.

Para isso, permutaram os índios suas terras de Persinunga com as do aldeamento primitivo, então pertencentes ao Capitão-Mor João Paes Barreto, *morgado* do Cabo, senhor de uma *sesmaria* que partia da Pedra do Conde, perto de Tamandaré, e ia até à margem esquerda do Persinunga.

Não é conhecida a data certa do restabelecimento da aldeia de São Miguel de Una mas, sem dúvida alguma, isso se deu antes do ano de 1681, pois é datada de 28 de fevereiro desse ano uma provisão régia que mandava pagar a ordinária de 30\$000 (trinta mil réis) aos missionários dessa restaurada aldeia.

A área de terra dada aos índios pelo *morgado* do Cabo em troca das terras do vale do Persinunga veio, logo depois, a crescer consideravelmente em consequência de novas doações do mesmo *morgado*.

Não tendo os índios condições de cultivar todas essas terras, pois a esse tempo já andava muito reduzido o número dos *silvícolas* da aldeia de São Miguel, resolveram estes aforar a maior parte de seu vasto patrimônio a abastados agricultores das redondezas ou mesmo vindos de fora. Repetiu-se, então, ali o triste episódio tantas vezes ocorrido na colonização do território brasileiro: a ganância dos poderosos senhores rurais foi gradativamente expulsando os índios

de suas terras, até ficarem estas reduzidas a um pequeno sítio.

Houve um momento em que os índios se revoltaram contra o agravo que lhes era imposto e se rebelaram em defesa dos seus direitos, mas essa reação, apesar de bastante violenta, resultou inútil, pois era muito grande o prestígio dos senhores de engenho, que, inclusive, contavam com a complacência do governo.

Enfim, por um aviso do Ministério da Agricultura de 27 de março de 1872, foi extinta a aldeia de São Miguel de Barreiros, distribuindo-se a cada família de índios ou homem solteiro maior de 21 anos cinquenta (50) lotes de terra de pequena extensão, tão pequenos que todos se situaram nos altos dos montes em que se instalara, nos primeiros tempos, a aldeia missionária de São Miguel de Una ou Iguna.

O resto — o resto era quase tudo, uma grande extensão territorial onde se haviam estabelecido dose (12) grandes engenhos — esse resto foi considerado pelo governo como legítimas propriedades de seus ocupantes.

Foram os seguintes os engenhos estabelecidos em terras que haviam sido dos índios: São Pedro, Linda Flor, Cachoeira Alta, Sapé, Santo Antônio, Passagem Velha, Serra D'Água, Bombarda, Boca da Mata, Campina, Pau Ferro e Morim

A COLONIZAÇÃO

A colonização de Barreiros, isto é o povoamento de seu solo por *adventícios* de outras raças que não a dos *aborígenes*, se processou em dois sentidos, como é comum acontecer.

A princípio, a migração se dirigiu para aqueles lugares que por qualquer circunstância se propiciavam a agrupamentos humanos, oferecendo razoáveis condições de vida e perspectivas de desenvolvimento.

Começou, assim, a colonização de Barreiros pelo lugar em que já existia o agrupamento humano constituído de indígenas, a aldeia de São Miguel de Una ou Iguna, como aparece em alguns documentos antigos.

de suas terras, até ficarem estas reduzidas a um pequeno sítio.

Houve um momento em que os índios se revoltaram contra o agravo que lhes era imposto e se rebelaram em defesa dos seus direitos, mas essa reação, apesar de bastante violenta, resultou inútil, pois era muito grande o prestígio dos senhores de engenho, que, inclusive, contavam com a complascência do governo.

Enfim, por um aviso do Ministério da Agricultura de 27 de março de 1872, foi extinta a aldeia de São Miguel de Barreiros, distribuindo-se a cada família de índios ou homem solteiro maior de 21 anos cinquenta (50) lotes de terra de pequena extensão, tão pequenos que todos se situaram nos altos dos montes em que se instalara, nos primeiros tempos, a aldeia missionária de São Miguel de Una ou Iguna.

O resto — o resto era quase tudo, uma grande extensão territorial onde se haviam estabelecido dose (12) grandes engenhos — esse resto foi considerado pelo governo como legítimas propriedades de seus ocupantes.

Foram os seguintes os engenhos estabelecidos em terras que haviam sido dos índios: São Pedro, Linda Flor, Cachoeira Alta, Sapé, Santo Antônio, Passagem Velha, Serra D'Água, Bombarda, Boca da Mata, Campina, Pau Ferro e Morim

A COLONIZAÇÃO

A colonização de Barreiros, isto é o povoamento de seu solo por *adventícios* de outras raças que não a dos *aborígenes*, se processou em dois sentidos, como é comum acontecer.

A princípio, a migração se dirigiu para aqueles lugares que por qualquer circunstância se propiciavam a agrupamentos humanos, oferecendo razoáveis condições de vida e perspectivas de desenvolvimento.

Começou, assim, a colonização de Barreiros pelo lugar em que já existia o agrupamento humano constituído de indígenas, a aldeia de São Miguel de Una ou Iguna, como aparece em alguns documentos antigos.

Dos indígenas que formavam a aldeia muitos morreram em combate com outras tribos ou em guerras dos brancos, como a guerra holandesa e a guerra dos Mascates, muitos foram prisioneiros de outros índios que os sacrificavam para seus banquetes ou os vendiam como escravos para o trabalho na lavoura dos engenhos, e outros se retiraram dali.

Segundo Pereira da Costa, no ano de 1855 restavam na aldeia de São Miguel de Una, no ano de 1855, apenas 384 índios, incluindo-se aí crianças e inválidos (5).

Até que, como já foi dito, o governo extinguiu em março de 1872 a aldeia de São Miguel de Una.

Enquanto isso, ia sendo substituída a população indígena do lugar pela imigração de pessoas brancas e o nascimento de mestiços.

Para se distinguir a nova povoação da antiga, àquela chamava-se simplesmente de Barreiros, enquanto o primitivo aldeamento passou a chamar-se de Barreiros Velhos.

O nome de Barreiros proveio das escavações feitas no solo, que era de barro vermelho, pelos porcos caitetus, muito abundantes no lugar.

O centro do novo povoado era o local em que hoje fica situada a Praça Estácio Coimbra.

O aspecto do lugar era quase o mesmo de hoje: no alto da colina, a igreja e, partindo de seus oitões, o casario, que descia a encosta, dando ao pátio uma forma aproximadamente triangular, tendo a matriz no vértice.

Ao sopé da colina, paralelamente ao rio Carimã, corria uma outra rua, formando a base do triângulo.

Partindo daquele núcleo original, em torno da igreja, logo começou o povoado de Barreiros a se expandir em várias direções, quase sempre ao longo das estradas e caminhos que, como costuma acontecer, se iam aos poucos transformando em ruas.

Foi assim que a estrada que ligava Barreiros ao antigo povoado de Barreiros Velhos se tornou a Rua do Barro Vermelho, partindo de um descampado que veio a ser depois, o Largo de Santana e é, hoje, a praça José Nicolau.

Do mesmo modo, a estrada que ia para São José da Coroa Grande, Abreu de Una e os engenhos do lado do Sul, partindo do oitão da matriz, passou a ser a Rua do Varadouro, nome que não se sabe de que teria provindo.

Paralelamente, ao rio Una, surgiu a Rua da Estrada Nova, nome que indica a sua origem. (Essa rua chama-se atualmente Rua Luiz do Rego).

O caminho que ia para a Várzea de Una, veio a ser a Rua do Cotovelo, assim chamada por forinar um ângulo com a Rua do Vigário, que ficava em seguimento ao pátio central do povoado. A rua do Cotovelo é atualmente a Rua Paulo da Rocha.

Naquelas imediações, estava a Rua da Bomba, que tomou esse nome de um bueiro ali existente, e a Rua do Poileiro, assim denominada por ficar no alto de uma colina.

A margem do Una, em sentido transversal à Rua do Vigário, estava situada a Rua da Cadeia. Partindo do Largo de Santana, paralelamente ao Carimã, ficava a Rua da Cigana, provindo esse nome provavelmente, do fato de haver morado ali, uma ledora de "buena dicha", nome que ainda hoje se conserva.

Ao Norte, corria o rio Carimã, que, antes da construção das pontes — a Ponte do Vigário e a Ponte do Jambreiro — servia praticamente de limite do povoado, que só mais tarde se expandiria através da ilha formada pelos dois rios que se encontravam no local onde, depois, foram separados por uma barragem, local que ainda hoje é conhecido por esse nome, e voltavam a se encontrar no seu ponto de confluência, nas imediações do atual mercado público.

Chamava-se a essa ilha "Ilha do Jardim" não se sabendo, hoje, porque.

Alguns outros locais da terra barreirense, por uma ou outra circunstância peculiar, vieram a se tornar também núcleos de colonização.

Segundo uma referência de Pereira da Costa, já no começo do século passado existia, nas proximidades do estuário do Una a "grande e animada povoação do Abreu de Una", e, nas imediações, os povoados de Vau e Várzea de Una (6).

O Abreu de Una ainda existe, mas é, hoje, apenas um pequeno povoado sem nenhuma grandeza nem animação. Não passa de um lugarejo que, talvez, não chegue a ter cinquenta (50) casas habitadas, 50 "fogos", como antigamente se dizia.

Reside aí uma humilde população, constituída principalmente de pescadores do rio ou do mar, ali bem perto, e assalariados com ocupação nos canaviais ou nos sítios de coqueiros das redondezas.

Até bem pouco tempo atrás, ainda se podiam ver no centro do vilarejo os alicerces de uma igreja, que não chegou a ser concluída, mas por esse vestígio se via que se tratava de um templo bastante amplo, muito maior do que a capela que existe atualmente ali, e isso naturalmente indica que o Abreu foi, no passado, bem mais importante do que é hoje, merecendo, talvez, a qualificação de "grande e animada povoação", que lhe atribui Pereira da Costa.

Havia ali, até os começos deste século, além das humildes casas dos pescadores e outros proletários, muitas casas "importantes", de residência ou de veraneio, pertencentes a pessoas de posses do lugar ou de fora. Havia, também, casas de comércio, não só mercearias, como lojas de fazenda, calçados, etc.

As feiras, aos sábados, eram muito concorridas.

Freqüentemente, havia missa na capela, celebrada pelo vigário de Barreiros.

Na festa do padroeiro, realizada com as mesmas características dessas festas em nosso interior, o povoado todo se embandeirava, e isso até deu origem a um dito muito corrente no linguajar da gente das proximidades: "Enfeitado que só uma festa no Abreu".

Também os festejos de São João, com as suas autênticas características nordestinas, se faziam no Abreu com muita animação. E assim o carnaval, com clubes de cordão, maracatus e mascarados enchendo as ruas e muito entrudo de água e farinha de trigo.

De tudo isso, resta, hoje, apenas, como uma sombra, um pequeno e modorrento povoado.

Cabe, assim, indagar: a que se deveriam o antigo prestígio e a atual decadência do Abreu de Una?

A solução do problema deve estar nisto: o porto de embarque de mercadorias e até de passageiros que havia ali.

Como ensina Manuel Correia de Andrade, as primeiras vilas e cidades do Nordeste do Brasil eram todas "portos localizados em abrigos naturais, estuários de rio ou baías e enseadas, uma vez que a ocupação do espaço nordestino se fazia em função de produzir para o mercado externo" (7).

Esse era bem o caso do Abreu de Una, situado no estuário desse rio que, tinha por ali uma parte de seu curso desviado, formando-se um curso secundário, não muito largo, mas de profundidade suficiente para permitir a navegação de médio e mesmo grande calado.

A margem desse canal ficava o Abreu com o seu porto.

Dizem os antigos do lugar que até navios navegavam por ali e ancoravam no porto do Abreu. Afirma-se também que um desses navios encalhou e acabou naufragando ali bem perto, restando ainda, atolados na lama e embrenhados nos mangues, destroços da embarcação.

Viria, entretanto, a suceder que, assoreada a embocadura do canal pela ação dos ventos e das marés, ficou

mesmo reduzido à condição daquilo que os geógrafos chamam de braço morto de rio, sem saída para o mar nem confluência com nenhum outro curso d'água. Tornou-se, então, o canal, como sempre acontece nesses casos, um pântano quase totalmente oculto pelo mangue que cresce às margens e no seu leito.

E assim, sem o seu porto de embarque, não pôde a povoação suportar a concorrência de localidades vizinhas, como a linda praia de São José da Coroa Grande, com seu porto de mar, e sobretudo, de Barreiros, que desde 1908 estava ligada ao Recife pela estrada de ferro, estrada de ferro que, conforme Manuel Correia de Andrade, "veio alterar a dinâmica da polarização, fazendo com que muitos portos que não eram partida de ferrovia, se esvaziassem" (6). Entrou, então, o Abreu de Una, em decadência até ficar reduzida à condução de hoje.

* * *

Da Várzea de Una, a outra "grande e animada povoação" da referência de Pereira da Costa, não há muito a se dizer, pois continua sendo quase o que sempre foi, embora não deixem de ter mudado as suas condições de vida.

Porto fluvial, junto à embocadura do rio, grande era e seu movimento algum tempo atrás. Hoje, esse movimento está reduzido a pequenas embarcações, principalmente jangadas ou barcos de pesca.

Já não se vêem mais por ali as barcaças que constantemente singravam o Una e ancoravam no porto da Várzea, não só para carregar ou descarregar, como, eventualmente, para esperar a maré propícia para subir o rio ou sair na barra e ganhar o mar.

As barcaças não existem mais e mesmo se existissem não poderiam navegar pelo Una que, tendo reduzido o volume de suas águas, por efeito de muitos fatores, apenas permite a navegação de pequeno calado.

Como no Abreu de Una, ali bem perto, a grande maioria dos habitantes da Várzea vive hoje, da pesca ou da ocupação nos coqueirais e na lavoura da cana.

Mas a decadência do lugar não foi muito sensível. Se houve decréscimo da população não deve ter sido muito acentuado, pois a edificação continua a mesma e até acrescentada em algumas das poucas ruas existentes. Há um pequeno comércio, alguma vida social, graças à atuação de clubes carnavalescos que freqüentemente abrem suas sedes para festas.

* * *

Não há quase nenhuma referência histórica a São José da Coroa Grande que vem citado, apenas, por Manuel da Costa Honorato como "ponta ao Nordeste da ponta de Persinunga, com pouco mais de uma légua de extensão" (8) Isso em 1863.

Mas já nesse tempo São José da Coroa Grande era mais do que um simples acidente geográfico. Era um povoado habitado sobretudo por pescadores e trabalhadores nos sítios de coqueiros.

Já nos fins do século passado, o lugar se havia desenvolvido consideravelmente. Tanto que, ao ser criado o Município Barreiros, em 1892, São José da Coroa Grande veio a ser sede do 2º Distrito Municipal.

Quando o porto do Abreu de Una deixou de existir, conforme foi visto atrás. São José da Coroa Grande passou a substituir aquele ancoradouro, ali fundeando as numerosas barcaças que antes aportavam no Abreu, com o mesmo objetivo de transportar as mercadorias produzidas na região, especialmente o açúcar dos engenhos e o coco dos sítios.

Enquanto isso, pelos seus encantos naturais — o seu mar sempre muito verde e muito manso, que delicia a vista, a beleza da paisagem e não ameaça a vida dos que nele se banham, o arvoredor constituído de frondosas gameleiras e castanholeiras, que além de ser um outro ornamento da paisagem, amenizam com sua sombra os rigores do sol de verão, e mais a variedade e abundância dos pescados que nos mares dali perto, tudo contribuiu para que São José se tornasse em breve tempo uma das mais florescentes praças de banho de todo o Nordeste.

Além disso, o lugar se desenvolveu também como centro comercial, havendo, já nos fins do século passado e começo do presente, muitas lojas de negociantes, algumas de certo porte, como a loja de Antônio da Rocha, a de Marciano José dos Santos, a de João Manzi, a de Lídio Florentino e muitas outras.

Enquanto isso, aumentava cada dia a população dos pescadores, contando-se por dezenas as jangadas que pela manhã cedo saíam de mar a fora com as velas ao vento, o que constituía um maravilhoso espetáculo.

Com a pavimentação da estrada que liga São José da Coroa Grande ao Recife, novo incremento teve o progresso do lugar que em 1945 passou a ser sede paroquial e em 1962 se constituiu em Município autônomo.

* * *

Do Vau de Una, também da referência de Pereira da Costa, não se ocupa esta história de Barreiros porque não fazia esse lugar, antigamente, parte do Município, cujo limite com Rio Formoso era o rio Una.

* * *

Provavelmente, ao mesmo tempo em que se formavam nas terras do futuro município de Barreiros os agrupamentos humanos que constituiriam as primeiras povoações do lugar, se processava o povoamento dos campos, com a fundação dos engenhos de açúcar e dos sítios de coqueiros.

Desde muito cedo se começou a cultivar a cana e a fabricar açúcar em Pernambuco.

Já no século do descobrimento do Brasil, precisamente em 1542, se fundou o primeiro engenho de açúcar na capitania, de propriedade do donatário Duarte Coelho, o qual teria a denominação de Engenho do Salvador.

Quase ao mesmo tempo, se criaria o engenho de Nossa Senhora da Ajuda, por iniciativa de Jerônimo de Albuquerque, no local ainda hoje conhecido como Forno da Cal (9).

Desde aí, começou a expansão acelerada da indústria do açúcar através do território da capitania.

(10) Já em 1631 existiam em Pernambuco 121 engenhos

Em 1750, esse número se elevaria para 276, e no ano de 1857, contavam-se em Pernambuco 1.200 engenhos (10).

Isso quer dizer que já por esse tempo os engenhos pernambucanos ocupavam toda ou quase toda a Zona do Litoral e da Mata, região onde a cultura da cana encontrava condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

Não há elementos que possam informar, estatisticamente, sobre a expansão da cultura da cana e sua industrialização nas terras em que se fundaria o município de Barreiros. Apenas se sabe que os primeiros engenhos aí estabelecidos foram Carassu e Buenos Aires.

Mas, tendo-se em vista que a região fisiográfica em que o Município viria a ser fundado corresponde à que mais se propiciava àquela lavoura, é de supor-se que não demorou muito a ser coberto de canaviais o solo daquele trato de terra, que, em consequência, logo se povoava pelas famílias dos senhores de Engenho e o alto número de proletários que trabalhavam na lavoura da cana e nas fábricas de açúcar.

Alto número de proletário porque, antes que viesse a se mecanizar a lavoura e aperfeiçoar-se a indústria do fabrico de açúcar, eram necessários muitos braços humanos para o funcionamento dos engenhos de banguês.

VOCABULÁRIO

FISIOGRÁFICA — Relativa à Geografia Física.

ALÍSIOS — Ventos que sopram regularmente do quadrante norte.

PREDATÓRIO — Originariamente, a expressão se referia a roubo violento, sendo aplicada especialmente a pirataria. Hoje, o termo é empregado, também, como sinônimo de destruidor.

EXAURIDAS — Esgotadas, cansadas, empobrecidas.

CALADO — Refere-se à parte da embarcação que pode penetrar na água, sem perigo de vir a mesma a afundar-se, com o que se calcula a sua capacidade de carga.

A MONTANTE — No sentido contrário à correnteza de um rio. O mesmo que rio acima. O antônimo é a *jusante*

QUILOMBO — Lugar onde se escondiam os escravos fugidos.

MORGADO — No antigo direito português, estendido ao Brasil, morgado significava um conjunto de bens indivisíveis e inalienáveis, ligado geralmente a um título de nobreza, e que só se transmitia ao filho primogênito. A expressão tanto indicava os bens vinculados como o seu possuidor.

SESMARIA — Porção de terras não cultivadas que os antigos reis de Portugal concediam a quem se comprometesse a cultivá-las.

SILVÍCOLAS — Habitantes das selvas.

IGARA — Pequena canoa indígena feita da casca inteiriça de certas árvores ou de troncos escavados.

ABORÍGENE — Nativo, habitante primitivo de uma região.

ADVENTÍCIO — Vindo de fora. Estrangeiro.

NOTAS

- (1) "Enciclopédia dos Municípios brasileiros" 1958 vol. XVIII. Verbetes BARREIROS.
- (2) "Tratado descritivo do Brasil em 1587". Rio de Janeiro 1851. Pág. 208.
- (3) Frei Manuel da Ilha "A doutrina de São Miguel de Iguna, Custódia de Santo Antônio do Brasil", citado por Frei Venâncio Willeke, em "Missão de São Miguel de Una". São Paulo, 1969. Pág. 211.
- (4) Op. cit. Pág. 210.

- (5) "Anais Pernambucanos". Arquivo Público Estadual, Recife, 1962. Vol. VIII, pág. 45.
- (6) Op. Cit. Vol. III, pág. 53.
- (7) "Formação histórica da Rede Urbana do Nordeste". Na Revista de História Municipal, edição do Centro de Estudos de História Municipal — Nº. 1, pág. 26.
- (8) "Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco". 2a. Edição. Governo de Pernambuco-Secretaria de Educação e Cultura-Recife, 1976.
- (9) Tadeu Rocha, "A evolução da agro-indústria do açúcar em Pernambuco e a sindicalização dos trabalhadores rurais após a abolição da escravatura" — Em "História Social da Agro-Indústria Canieira" Edição do Museu do Açúcar, — Recife, 1974 — Pág. 35.
- (10) Idem, ibidem pág. 37.

CAPÍTULO II

PERÍODO DE FORMAÇÃO

A paróquia — A vila — A cidade — O Município — A Comarca

A paróquia de Barreiros, que teria o mesmo padroeiro da aldeia de Una, São Miguel Arcanjo, foi criada por ato da Mesa de Consciência e Ordem, no ano de 1786.

Diz Pereira da Costa que a primeira matriz de Barreiros teria sido uma capela erigida em honra de Santo Antônio por iniciativa de Diogo Paes de Castro que, também, instituiu em favor do santo um patrimônio de cerca de meia légua de terras, a Leste do antigo aldeamento indígena.

Desde sua fundação até pouco depois do ano de 1849, teria funcionado como matriz da paróquia de São Miguel de Barreiros essa antiga igreja de Santo Antônio (1).

Sebastião Galvão faz, também, referência a essa capela, mas conta a história de modo diferente. Diz ele que o patrimônio territorial de Santo Antônio, em que se teria edificado a aludida capela, foi doação de Diogo Paes Barreto, no começo do século passado. Mas essa história, apesar de se ter de certo modo, oficializado, porque consta da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não tem fundamento (2).

Antes de tudo, porque Diogo Paes Barreto viveu em época muito anterior, fins do século XVI e primeiras décadas do século seguinte. Foi senhor do engenho Una, do outro

CAPÍTULO II

PERÍODO DE FORMAÇÃO

A paróquia — A vila — A cidade — O Município — A Comarca

A paróquia de Barreiros, que teria o mesmo padroeiro da aldeia de Una, São Miguel Arcanjo, foi criada por ato da Mesa de Consciência e Ordem, no ano de 1786.

Diz Pereira da Costa que a primeira matriz de Barreiros teria sido uma capela erigida em honra de Santo Antônio por iniciativa de Diogo Paes de Castro que, também, instituiu em favor do santo um patrimônio de cerca de meia légua de terras, a Leste do antigo aldeamento indígena.

Desde sua fundação até pouco depois do ano de 1849, teria funcionado como matriz da paróquia de São Miguel de Barreiros essa antiga igrejinha de Santo Antônio (1).

Sebastião Galvão faz, também, referência a essa capela, mas conta a história de modo diferente. Diz ele que o patrimônio territorial de Santo Antônio, em que se teria edificado a aludida capela, foi doação de Diogo Paes Barreto, no começo do século passado. Mas essa história, apesar de se ter de certo modo, oficializado, porque consta da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não tem fundamento (2).

Antes de tudo, porque Diogo Paes Barreto viveu em época muito anterior, fins do século XVI e primeiras décadas do século seguinte. Foi senhor do engenho Una, do outro

lado do rio, e, nessa condição, fez, efetivamente, uma doação de terras à Cúria, no alto de um monte, mas não em benefício de Santo Antônio, e sim para a construção de uma igreja dedicada a São Gonçalo do Amarante, a qual deveria ser a matriz da futura freguesia de Una, o que tudo assim se cumpriu, sendo a freguesia de Una criada em 1624 ou 1625, restando ainda hoje de pé algumas arruinadas paredes da antiga igreja de São Gonçalo (3).

No fim de contas, a existência dessa capela de Santo Antônio em Barreiros parece muito problemática. Nunca houve, mesmo entre os barreirenses mais antigos, sequer memória dessa igreja. Nem mesmo o local que teria a mesma ocupado pode ser presumido.

Deve ser considerado, também, que dentro do terreno doado a Santo Antônio é que se edificou a matriz de Barreiros, não sendo provável que houvesse aí outra igreja.

O que parece certo é que, para cumprir de algum modo o voto de seu ascendente, herdeiros de Diogo Paes de Castro (Paes de Castro e não Paes Barreto), tenham entrado em entendimento com o Padre João Batista Soares, que teve a iniciativa da construção da matriz, daí resultando que, na impossibilidade de se construir uma capela nas proximidades da nova igreja, teria essa todo o seu lado esquerdo consagrado a Santo Antônio, cabendo à Irmandade de Santo Antônio, ainda hoje existente, a administração dessa parte do templo. Isso é aliás, o que vem sendo cumprido até hoje.

Antes da construção da nova igreja, deve ter servido como matriz da Paróquia de São Miguel a antiga capela, existente no aldeamento indígena, que tinha o mesmo santo como *orago*. Até as primeiras décadas deste século, ainda se encontravam de pé algumas paredes dessa capela.

No ano de 1849, conforme está ainda hoje assinalado na fachada lateral da atual matriz, foi lançada a sua primeira pedra (1849 e não 1843, como escreve Pereira Costa). A construção, de iniciativa do vigário João Batista Soares, deve ter-se prolongado por alguns anos, pois a igreja era muito bela em seu *estilo barroco*, seu altar-mor em talha dourada, o que quase tudo foi modificado por uma infeliz reforma levada a efeito em 1913.

Quase ao sopé da colina em que foi erguida a matriz de São Miguel, como era costume naqueles tempos, foi ereto um grande cruzeiro de madeira sobre um pedestal de alvenaria.

Esse cruzeiro ficou na história de Barreiros por um fato extraordinário, talvez até com aspecto de milagre, relacionado com esse monumento religioso.

Eis o que, segundo uma tradição muito corrente, teria ocorrido: no dia 15 de novembro do ano de 1858, um bando de canoeiros, classe muito dada a brigas e a desordens, promoveu, bem junto ao cruzeiro, uma grande assuada, que acabou em violenta luta corporal.

Sentindo-se vencido, um dos contendores e ameaçado na sua vida, procurou valer-se da "Santa Cruz" e, a ela abraçado, implorou a misericórdia dos adversários. Mas em vão; ali mesmo foi o pobre homem abatido a golpes de faca peixeira, tingindo com seu sangue o pedestal do cruzeiro.

Esse fato provocou muita consternação e revolta em todo o povoado, sobretudo pelo aspecto de profanação de que se revestiu.

Cientificado do ocorrido, o bispo de Olinda, D. João Marques da Conceição Perdigão, interditou a igreja até que se fizesse a reconciliação.

Para isso, foi do Recife, no mesmo ano de 1858, o missionário capuchinho frei Sebastião, do convento da Penha, que, condenando o sacrilégio e pregando a penitência, profetizou que as manchas do sangue infamante que ainda permaneciam no pedestal do cruzeiro teriam de ser lavadas dali pelas águas do rio Carimã, que haveriam de subir até lá causando muito dano e desolação.

Não se passou um ano sem que se cumprisse a profecia do missionário: em junho de 1859, sobreveio uma enchente como nunca se tinha visto antes: o rio saiu de seu leito e, num ímpeto medonho, foi arrasando tudo em torno, derrubando casas que ficavam nas margens e subindo a colina, até alcançar a "santa cruz", que foi levada pelas águas revoltas, que acabaram por destruir o madeiro.

Diz a tradição que a enchente produziu os mais desastrosos resultados, embora não chegasse a matar ninguém.

Hoje, ainda pode ser contada a matriz de Barreiros entre as mais belas igrejas de interior do Estado, mesmo depois de ter sido descaracterizada em 1913 pela aludida reforma.

Desmembrado o seu território da freguesia de Sirinhaém, a paróquia de Barreiros criada em 1786, como já se viu, foi instalada no ano seguinte, sendo extinta em 1846 e restaurada em 1849.

A VILA

Até a promulgação da Lei Imperial de 01 de outubro de 1828, toda a organização política e a administração pública no Brasil obedeciam as prescrições das velhas *Ordenações do Reino*, que vinham do tempo de Felipe II. Nessa lei eram minuciosamente estabelecidas as novas normas para a criação e o governo das vilas e cidades de todo o Brasil.

Elevada a povoação, que não era uma categoria político-administrativa, mas um conglomerado natural e espontâneo de habitantes, à categoria de Vila ou cidade, passava a ter o seu termo próprio, isto é, o território a que se estenderia sua jurisdição, e seu governo autônomo.

No art. 24 da Lei de 1828 se prescrevia que o governo das vilas seria exercido por uma Câmara de sete (7) vereadores, e o das cidades de nove (9).

As câmaras não caberia nenhuma função legislativa, competindo-lhes, apenas, cuidar do governo econômico e policial da unidade política sob sua alçada.

Seriam os vereadores eleitos por cidadãos no uso dos seus direitos, nascidos no termo ou aí domiciliados há mais de três (3) anos, mesmo sendo estrangeiros, mas naturalizados.

As eleições deveriam realizar-se na igreja da paróquia. Não podiam ser eleitos vereadores:

- a) Os menores de 25 anos, a menos que fossem casados, oficiais ou bacharéis formados.
- b) Os clérigos.
- c) Os religiosos de clausura.
- d) Os que tivessem rendimentos anuais inferiores a 100\$000 (cem mil réis) provenientes de bens de raiz.
- e) Os filhos de família sem emprego público.

O mandato da Câmara era de quatro (4) anos, devendo a mesma reunir-se ordinariamente quatro (4) vezes ao ano e extraordinariamente quando convocada pela maioria de seus membros.

* * *

A presidência da Câmara cabia ao vereador mais votado.

Pela Lei provincial nº 314, de 13 de maio de 1853, no governo de José Bento da Cunha Figueiredo, a freguesia de Barreiros foi elevada à categoria de Vila.

Desmembrado o seu território do município de Rio Formoso, obtinha, assim, Barreiros a sua autonomia política, com seu termo delimitado, seu governo próprio e outras prerrogativas previstas pela Lei Imperial de 01 de outubro de 1828, a que acabamos de nos referir.

A administração da vila de Barreiros caberia a uma Câmara de vereadores constituídas de sete "oficiais da Câmara", pois só as cidades poderiam ter câmaras compostas de nove (9) vereadores, como vimos atrás.

A condição de vila acarretou para o lugar alguns melhoramentos públicos.

O primeiro desses melhoramentos foi a instituição do ensino oficial, com a criação, no ano de 1855, de uma escola primária. Era escola destinada exclusivamente ao sexo masculino e seu primeiro professor, nomeado pelo Presidente da Província José da Cunha Figueiredo, foi o mestre Tranquilino da Cruz Ribeiro.

Um pouco mais tarde, outras escolas públicas foram criadas, uma no povoado de Várzea de Una, outra no do Abreu de Una e ainda outra em São José da Coroa Grande.

Um progresso também muito notável com que contou a vila de Barreiros foi o estabelecimento do serviço público do correio e do telégrafo, o que ocorreu no ano de 1855.

O primeiro agente do correio foi o negociante Guilherme de Almeida que era proprietário de um grande armazém de açúcar no centro do lugar. O primeiro telegrafista foi Olímpio Accioly Santiago Ramos.

A CIDADE

A lei estadual nº 38, de 03 de junho de 1892, sancionada pelo governador Barbosa Lima, elevou a vila de Barreiros à categoria de cidade.

É difícil entender-se o sentido dessa providência legal, uma vez que a Constituição da República, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, implicitamente estabelecia que os Estados se dividiriam em Município, pois no seu Título III, artº 68 era prescrito que aos Estados cumpria assegurar a autonomia municipal, e a Constituição de Pernambuco de 17 de junho de 1891 era perfeitamente explícita sobre a matéria, rezando o seu artº 37: "Para efeito de administração política, o Estado se dividirá em Municípios".

A lei nº 38 tinha provavelmente uma inspiração de interesse político, pois com a categoria de cidade, Barreiros poderia ser reconhecido como Município, pela legislação específica. Foi o que veio a acontecer.

O MUNICÍPIO

A três (3) de agosto desse mesmo ano de 1892 era votado pelo Congresso Estadual a lei orgânica dos Municípios de Pernambuco.

Nas "Disposições transitórias" dessa lei era estabelecido:

Artº 1º — Os Municípios existentes, com seus atuais limites, são conservados para o fim de elegerem os seus Con-

selhos Municipais, Prefeitos e Sub-prefeitos e chamados a constituírem-se de acordo com as disposições da Constituição do Estado e da presente lei.

Artº 2º — Para este fim deverão os Conselhos Municipais organizar o seu regimento interno, código de posturas, orçamento de receita e despesa e divisão de seu território em distritos...

Cumpridas essas exigências legais, cabia ao Prefeito declarar constituído o Município, levando o fato ao conhecimento do Governador.

Foi o que aconteceu no dia 23 de fevereiro de 1893, em relação a Barreiros, dia em que o dr. José Nicolau Pereira dos Santos, declarou, na qualidade de seu primeiro prefeito, constituído o Município de Barreiros.

O território municipal foi desmembrado de Rio Formoso, sendo assim delimitado: ao Norte, Rio Formoso, a Oeste, Água Preta, ao Sul São Bento, no Estado de Alagoas e a Leste o Oceano Atlântico.

Compunham o município três (3) distritos: a sede (Vila de Barreiros), os povoados de São José da Coroa Grande e Pracinha.

O primeiro prefeito do município de Barreiros foi o advogado Dr. José Nicolau Pereira dos Santos, cunhado do Major Bello, de Tentugal, chefe político da facção dos liberais, e o primeiro subprefeito foi o senhor de Engenho André Alves Cavalcanti Camboim, parente do Barão de Buíque.

O primeiro conselho municipal foi constituído pelas seguintes pessoas: Major João Paulino Moreira Temporal, Dr. Carlos de Albuquerque Bello, Capitão Manuel Machado de Albuquerque Camboim, José Austriclínio de Souza, José Lins de Barros, Tenente Manuel Leôncio de Mello, Alferes Olímpio Teodoro da Silva e Amaro Gomes de Oliveira.

No prédio em que hoje funciona a cadeia pública se instalou a Prefeitura, ou Intendência, como, então, se chamava.

A COMARCA

A Comarca de Barreiros foi criada pela lei provincial nº. 1057, de 7 de janeiro de 1872, tendo como seu primeiro juiz de Direito o Dr. João Francisco da Silva Braga, primeiro juiz municipal o Dr. Antonio Borges Leal e primeiro promotor público o Dr. Mendo Sá Barreto Sampaio, todos homens ilustres e probos.

Desmembradas do território judiciário de Rio Formoso, a Comarca de Barreiros tinha como termo apenas o município.

Em 1939, a Comarca passou a incluir no seu termo as extintas comarcas de Rio Formoso e Sirinhaém, mas, em 1944, voltou a Comarca de Barreiros a constituir-se apenas do termo correspondente ao território do município, tendo como distritos a própria sede municipal, São José da Coroa Grande e Muitas Cabras. Em 1956, perdeu o distrito de São José que foi criado Comarca independente, mas extinta essa Comarca em 1962, voltou o seu território a fazer parte da Comarca de Barreiros.

Tem a Comarca de Barreiros sido servida por magistrados muito competentes e ilustres.

No princípio do século, exerceu em Barreiros a função de Juiz de Direito o magistrado ilustre que foi o então, futuro desembargador Belarmino Cezar Gondim. Depois, viria o Dr. Olímpio Bonald da Cunha Pedrosa, que chegaria também a desembargador. A mesma coisa se passaria com o juiz João Aureliano Correia de Araújo.

Como juizes municipais, passaram em Barreiros homens também ilustres que merecem ter o seu nome na história do município, como o Dr. Sebastião do Rego Barros, que viria depois a ser presidente da Câmara dos Deputados Federais, e o Dr. Severino Alves Leite, intelectual, escritor, poeta, conferencista, de grande prestígio.

Na promotoria pública serviram, também, em Barreiros homens que honraram o seu ofício pela probidade e a inteligência que puseram a seu serviço, como por exemplo, o Dr. Otávio Coutinho, o Dr. Gabriel Soares Quintas, o Dr.

Ceciliano de Oliveira Melo (Célio Meira), escritor, que seria mais tarde presidente da Academia Pernambucana de Letras e o Dr. Lito de Azevedo que foi Secretário de Segurança Pública no governo de Estácio Coimbra.

Nesse mesmo domínio das *lides* forenses viveu em Barreiros um personagem que não pode deixar de aparecer nestas crônicas. Foi o tabelião Felix de Macedo França, que por exercer na cidade durante anos, aquele ofício pegou a alcunha de Felix Escrivão, que passou a substituir quase inteiramente o seu verdadeiro nome.

Descendendo de uma humilde família de mestiços, sendo ele mesmo bastante escuro de cor, conseguiu, entretanto, Félix Escrivão projetar-se na vida social e política de Barreiros como um dos seus mais prestimosos elementos.

Era um homem bastante erudito, com apreciável cultura humanística e de trato amável.

VOCABULÁRIO

PLAGA — Região.

ORAGO — Santo padroeiro.

BARROCO — Estilo literário e das belas artes, como arquitetura, escultura, pintura e música, surgido no último período do Renascimento.

ASSUADA — Desordem, barulho, briga.

ORDENAÇÕES DO REINO — Conjunto de leis que, em Portugal antigo valiam como as atuais constituições políticas.

LIDES — Trabalhos, lidas.

NOTAS

- 1) "Anais Pernambucanos". Vol. VIII, pág. 47.
- 2) "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco" Verbete Barreiros.
- 3) Veja-se a respeito: Frei Venâncio Willeke, op. cit. pág. 214 e Pereira da Costa, op. cit. vol. III, pág. 54.

CAPÍTULO III

A ECONOMIA

A indústria — O artesanato — A agricultura — A pesca e a caça —
O comércio

A INDÚSTRIA

Quase não se tem praticado em Barreiros outra indústria senão a do fabrico do açúcar.

Além disso, merecem, apenas, referência as fábricas de farinha de mandioca, as chamadas "casas de farinha", espalhadas pela zona rural. Eram fábricas muito primitivas, todas movidas inteiramente por força braçal.

Por isso mesmo, a produção dessas fábricas era muito pequena, multiplicando-se elas por toda a zona rural do município para poder suprir o consumo interno, pois para mais do que isso não chegava o produto.

As fábricas de açúcar, chamadas de "engenhos", denominação que depois se estenderia a toda a propriedade agrícola em que se localizavam, eram, também, a princípio, muito rudimentares. As primeiras, que se chamavam de almanjarras, eram movidas por bois ou cavalos, salvo nos lugares onde houvesse água corrente ou açudes. Nesses casos, se canalizava para o engenho a água que iria mover a engrenagem. Depois, em época que não podemos precisar, mas que não foi anterior ao século passado, apareceram os engenhos a vapor, isso é, movidos por força motriz.

A AGRICULTURA

A cultura da cana-de-açúcar e sua industrialização vem constituindo em todos os tempos a base da vida econômica de Barreiros.

Os terrenos da bacia do Una, em que fica situado quase todo o município, tem o solo geralmente formado pelo massapê, salvo nos lugares mais altos e nas encostas, em que predomina o barro vermelho. Mas tudo é terra propícia à cultura da cana, cultura que veio a tornar-se ali quase exclusiva.

Além do plantio da cana, há a registrar-se, apenas, como pequena fonte subsidiária da economia barreirense, a cultura do coco da Bahia, numa pequena área do município mais próxima do litoral.

Fora daí, o que se tem cultivado nas terras de Barreiros é apenas a pequena e quase só doméstica lavoura de subsistência, constituída pelos roçados de mandioca, macaxeira, batatas doce, inhames, milho, etc.

Tendo sido sempre a agro-indústria do açúcar a base de toda a economia de Barreiros, em nenhum momento histórico atingiu a mesma o grau de prosperidade verificado noutras regiões de Pernambuco.

Prosperidade que se traduzia na opulência da vida dos senhores de engenho, ao ponto de causar admiração aos visitantes estrangeiros, como o francês Tollenare que muito se deixou impressionar pela prataria do serviço das nossas casas-grandes — as baixelas de prata, os vasos de prata, as bandeijas de prata e, ainda, as esporas e os estribos de prata usados pelos senhores de engenho.

O padre Fernão Cardim, visitador dos Jesuítas, anotava o seu espanto ao ver que nas casas-grandes onde se hospedava com seus companheiros era acomodado em leitos com colchas de damasco franjadas de ouro.

Frei Manuel Calado, o cronista da guerra holandesa, autor do "Valeroso Lucideno", se escandalizava na sua pobreza monacal ao ver que as damas dos engenhos de Per-

nambuco andavam tão cheias de pedras preciosas que até pareciam chovidas em suas cabeças e colos.

O senhor de engenho Mercês, coronel José Manuel da Costa, recebendo em sua casa grande a visita do Imperador Pedro II, quando este veio a Pernambuco, em 1859, mandou alcatifar todo o trecho da estrada de seu engenho por onde deveria passar a cavalo o monarca, de quem recebeu o conde, nessa mesma ocasião, o título de Barão de Mercês.

É verdade que essa ostentação de fausto só poderia fazer-se naqueles períodos de apogeu do negócio do açúcar, que teve, também os seus períodos de depressão.

Mas em Barreiros, em nenhum momento, deixou de ser a agro-indústria do açúcar uma empresa de limitados proventos.

A pequena aristocracia rural que ocupava as casas-grandes dos engenhos dessa região só se impunha pela linhagem familiar, títulos honoríficos ou prestígio político.

Não há notícia de um senhor de engenho de Barreiros verdadeiramente rico.

Nas suas casas-grandes não havia sinal de qualquer opulência. Eram todas modestas moradias, quase sempre desconfortáveis.

A casa-grande de Queimadas tinha até uma parte de sua construção de taipa, isto é, de varas e barro, e não de tijolos.

Havia, apenas, a exceção da casa grande de Gindai, uma bela mansão, espaçosa e sólida, com piso de moisco inglês e forro de madeira nas principais dependências.

Também a casa grande de Una era mais ou menos dessa categoria.

* * *

Foi, pelo que se acaba de ver, sempre modesta a contribuição dos engenhos de açúcar para a economia privada e pública do Município de Barreiros.

Com o advento das usinas essa situação viria a modificar-se substancialmente.

Gastando menos com a mão-de-obra, porque sendo quase totalmente mecanizada a nova fábrica de açúcar, empregava poucos braços e, também, sendo maior o seu rendimento industrial, pois a usina chegaria a produzir até 90 ou mais quilos de açúcar por tonelada de cana, enquanto a produção dos engenhos não chegava à metade dessa cifra, cedo a usina trouxe novo impulso à economia do Município.

Enquanto isso, desapareciam os engenhos banguês, por uma inevitável fatalidade econômica.

As casas-grandes foram pouco a pouco ficando desertas pelo êxodo de seus ocupantes.

A primeira usina de açúcar fundada em Barreiros foi a Usina Carassu, em 1902, não muito tempo depois de se instalar a primeira usina de Pernambuco, que foi a de Goiana, a Usina João Alfredo, fundada em Goiana em 1890.

A Usina Carassu era um modesto aparelho que, em 1928 seria substituída pela Usina Central Barreiros, esta uma das mais bem aparelhadas de todo o Brasil, naquela época.

Existiu, também em Barreiros a pequena Usina Rio Una que teve pouco tempo de duração.

A PESCA E A CAÇA

A pesca e à caça se limitava toda a atividade econômica dos primitivos habitantes da região em que viria a se formar o município de Barreiros, e dessa atividade retiravam os Caetés os seus meios de subsistência, pois de modo geral, não praticavam qualquer agricultura de maneira sistemática nem cuidavam da criação de gado.

Como assinala Gabriel Soares, eram esses índios exímios pescadores de linha e nas suas frágeis embarcações singravam velozmente o mar e o rio Una que lhes ofereciam farta compensação de seu trabalho (1).

Do mar colhiam peixes, crustáceos e outros produtos da fauna marinha, que, naquelas costas, existiam em abun-

dância. E no Una pescavam, além dos peixes, também ai muito abundantes e de grande variedade, os camarões e os pitus que incluíam na sua alimentação.

Na pesca dos peixes, utilizavam os Caetés os anzóis e para a captura dos camarões, pitús, sirís, etc. usavam o jereré, o covo e o puçá.

Mesmo depois que a civilização chegou àquelas plagas, continuaram por muito tempo os habitantes dali a retirar do mar e dos rios a mais substancial contribuição para o seu alimento, especialmente o das classes mais pobres.

Embora em nada ou quase nada se aperfeiçoasse a arte de pesca dos índios, era tamanha a abundância do pescado, tanto no mar como no rio, que não só dava para suprir o sustento dos pescadores, como para o pequeno comércio ambulante, ou nas feiras, sendo, que nesse último caso, o peixe era comumente conservado em sal, ou salpreso, como se dizia.

Para a pesca marinha, registrou-se logo um pequeno progresso nos métodos adotados, consistindo nisto: as jangadas ou pirogas de antigamente, movidas a remo, passaram a ser movidas pelo vento, com o uso das velas.

De alguns anos para cá — algumas dezenas de anos — deixou o ofício da pesca de ser praticado no município de Barreiros.

O Una, que, como acentuamos, era o *habitat* natural de uma profusa fauna, desse tempo em diante, tornou-se completamente estéril, em consequência da poluição de suas águas sobretudo pelos resíduos das usinas de açúcar despejados em seu leito.

A pesca marinha continuou sendo praticada, mas fora do município, pois com o desmembramento de São José da Coroa Grande, que passou a constituir um novo município, Barreiros quase não tem mais área litorânea.

Quanto à caça, que para os índios e seus imediatos descendentes era o recurso básico de seu sustento, para as populações que vieram depois constituía uma atividade de sentido muito mais desportivo do que econômico.

Eram muitos os animais de caça que viviam, a princípio, nas matas que, outrora, cobriam a maior parte das terras de Barreiros, e das mais variadas espécies: pacas, tatús, veados, cotias, caititus, ou porcos do mato e outras.

De passagem, vale a pena notar que, de certo modo, foram os caititus que deram o nome de Barreiros à localidade. Barreiros eram chamadas as depressões feitas por esses animais no solo de barro vermelho em que ficava a antiga povoação do alto dos montes, a qual, por isso passou a ser chamada de Barreiros. Quando o povoado se transferiu para as margens do Una e do Carimã, conservou o nome e, para se distinguirem um do outro os dois povoados, ao primeiro se chamava de Barreiros Velho e ao segundo de Barreiros Novo. Extinto o primeiro desses povoados, passou o segundo a chamar-se simplesmente de Barreiros.

O COMÉRCIO

Nos primeiros tempos, como, ainda hoje acontece, o comércio externo de Barreiros se limitava quase só à exportação de açúcar e cocos, e alguns produtos de artesanatos, enquanto da importação provinham quase todos os artigos necessários à vida do Município, desde os produtos de uso doméstico, até os que se destinavam à manutenção das fábricas de açúcar e aos rebanhos de gado. Mas o comércio interno, o comércio local, bem cedo se instalou e desenvolveu em Barreiros, principalmente na cidade, depois, noutros lugares.

Isso se verificou especialmente a partir do ano de 1908, quando dois notáveis acontecimentos ocasionaram um grande incremento, primeiramente em relação à cidade e, em seguida às outras áreas do Município. Esses acontecimentos foram a chegada do "trem de ferro", com a extensão da linha férrea da Companhia de Melhoramentos de Pernambuco até Barreiros, e a construção sobre o Una da ponte Estácio Coimbra, uma bela ponte metálica, que além de seu grande sentido prático, servia de imponente ornamento à cidade.

A ponte fez com que se transferissem para Barreiros diversos estabelecimentos comerciais situados em povoados de outro lado do rio, como Propriedade de Una, São Gon-

çalo do Una, Vau do Una e outros lugarejos que o rio separava da cidade de Barreiros e do resto do município.

Quanto à estrada de ferro, passou ela a substituir em grande parte o transporte de mercadorias que antes só se fazia por via marítima, em barcaças, que quando o vento não era favorável, gastava dias e dias na travessia entre Barreiros e Recife.

Os dois acontecimentos aludidos, a via férrea e a ponte que veio substituir as balsas, únicos meios de se transportar o Una, determinaram uma profunda modificação na paisagem social da região, inclusive com o total desaparecimento das localidades citadas. Propriedade, São Gonçalo e o Vau do Una, cuja população passou a viver na cidade ou nos campos vizinhos, o que muito influenciou no comércio de Barreiros.

Um dos mais antigos e dos mais importantes negociantes de Barreiros foi o estrangeiro Carlos Roberto Tott, que era, também, senhor do engenho Sapé. Sua casa comercial, um grande armazém de secos e molhados, ficava na antiga rua da Cadeia Velha, perto da ponte do Jambreiro, e foi completamente destruída por uma grande cheia do rio Carimã, conforme foi narrado no Capítulo II deste livro.

Carlos Roberto Tott era estrangeiro, mas não se sabe qual a sua nacionalidade.

Estrangeiros também foram grandes negociantes dos primeiros tempos da cidade de Barreiros, como os portugueses José Martins de Miranda e José da Mota Braga, os italianos Miguel e Francisco Manzi, os Rottandaro, Luiz e Ângelo e Pedro Sanguinetti.

O ARTESANATO

Nas comunidades não industrializadas, certas necessidades da população eram em geral atendidas pelo trabalho, quase sempre doméstico, dos artesãos.

Quase sempre doméstico porque, de um modo geral, era na própria residência do artesão que funcionava a sua oficina.

O artesanato marcava com uma feição particular as comunidades nas quais se integrava.

O artesão não era um anônimo, em geral desconhecido e ignorado por aqueles que se beneficiavam do seu trabalho.

Em vez disso, tendo de conviver diretamente com as pessoas e as famílias a que serviam, em geral, os artesãos se integravam por esse modo na comunidade em que exerciam: o seu ofício e, em consequência, passaram a figurar na história dessa comunidade.

Era isso o que sempre acontecia em Barreiros de antigamente e também acontece ainda hoje.

Barreiros, como já se viu, sempre foi um lugar de poucas indústrias.

Em consequência, sempre existiu ali, especialmente na vila, depois sede do Município, uma numerosa classe de artesãos, muitos dos quais pertencem à história do Município, história falada, tradição, e agora, com este livro, história escrita.

* * *

Viveu em Barreiros durante muitos anos, pois faleceu nonagenário, um artesão, que por cerca de setenta anos (70) exerceu no lugar a sua arte, que era a de alfaiate.

Chamava-se ele Antonio Ferreira de Miranda mas, como sempre acontecia nas comunidades mais singelas, tomou o nome de sua profissão e era por todos conhecido como Toinho Alfaiate.

Sua modesta oficina funcionou sempre, por todos esses 70 anos, na mesma casa: a pequena casa de duas portas, que era também sua moradia, e que dava a frente para o caminho que ia para a estação do trem, onde fica hoje a Praça Domingos Tenório.

Funcionava a tenda de Toinho como uma escola prática do ofício, um pouco nos moldes das escolas de corporação da idade média.

Aqueles que se destinavam à profissão entravam para a oficina na qualidade de aprendizes, passando, depois, a oficiais, e por fim, a mestres, podendo exercer a profissão por conta própria.

Na oficina de Toinho Alfaiate se formaram, por esse modo, vários profissionais de alfaiataria, como Antônio Martins, Antônio Calixto, os irmãos Argemiro e Amaro Franco, Carolino (Calú) e Odilon Guimarães, também irmãos, Jonas Vasconcelos e muitos outros.

Era Toinho, o alfaiate de todas as classes da cidade, mas os senhores de engenho é que constituíam sua principal clientela.

Homem muito arguto, embora de poucas letras, possuindo uma excelente memória, mesmo na avançada idade, pôde Toinho recolher uma vasta experiência da vida e dos homens de Barreiros, tornando-se, por isso, uma espécie de crônica viva da cidade, um repositório das mais interessantes informações relativas à terra e ao povo barreirense.

Viveu Toinho até o ano de 1954, no uso perfeito de todas suas faculdades e energias, exercendo até o fim o seu mistér de alfaiate, juntamente com o de caçador, a sua grande paixão da mocidade e da velhice.

* * *

O ferreiro José Acioli de Barros, Ferreirinha como todo mundo o chamava, foi outro artesão muito integrado na vida de Barreiros.

Estava, também, muito ligado aos senhores de engenho, pois era constantemente procurado por eles como fabricante de instrumentos agrícolas e consertador de peças de cabriolés.

Sendo, porém, durante muitos anos, aproximadamente, do começo do século até 1925, praticamente, o único ferreiro da cidade, a sua freguesia compreendia quase toda a população.

A tenda de Ferreirinha, ficava na Rua Bela, hoje Rua Felisbino Vasconcelos, funcionando num galpão, aberto para o lado da rua.

Por isso, estava sempre atraindo bandos de meninos e até pessoas grandes, que se detinham diante da tenda para assistir ao maravilhoso espetáculo pirotécnico que, na meia escuridão do ambiente, era produzido pelas fagulhas que subiam da forja, soprada pelo fole, e pelos estilhaços incandescentes que saltavam da bigorna, onde o ferro em brasa era batido.

Como a tenda de Ferreirinha ficava nas imediações da escola do professor Guaraná, eram, sobretudo, os seus alunos os freqüentadores desse espetáculo gratuito, o que não deixava de perturbar a disciplina, estimulando a gazeta e a fuga dos meninos menos amigos do estudo ou mais amigos da poesia e do sonho.

Ainda por outro modo se faziam presente esse artesanato e seu ofício na vida da cidade.

No seu tempo, era Barreiros um tranqüilo burgo, livre do barulho que o progresso lhe traria. Assim, se tornava possível que, nas horas mais calmas do dia, ecoassem por todos os recantos do lugar os sons estridentes e ritmados do malho, na tenda de Ferreirinha, e esses sons, casando-se à cantilena dos meninos da escola do professor Guaraná, decorando a taboada, formavam uma doce e ingênua sinfonia, que era como a própria voz da cidade.

* * *

Manuel dos Anjos de Macedo França foi, também um profissional integrado na comunidade barreirense. Marceneiro, exerceu ali o seu ofício durante mais de 30 anos, até quase o fim dos seus dias, em 1939.

Era sobrinho de Félix de Macedo França — Félix Escrivão — e irmão do músico e compositor Virgílio de Macedo França e da Professora Antônia Liberata de Macedo Ialará depois.

A oficina de Manuel dos Anjos ficava atrás de sua residência, situada de frente do Paço Municipal. Mais tarde mudou-se Manuel dos Anjos para a rua Felisbino Vasconcelos.

* * *

Um artesão que teve, também, muito prestígio em Barreiros foi Francisco Senhorinho de Vasconcelos — Chiquinho Fogueteiro — irmão do farmacêutico Manuel de Freitas.

Era pirotécnico, como se vê na sua alcunha, e disso é que vinha o seu grande prestígio, principalmente no meio das crianças, pois era Chiquinho Fogueteiro o responsável pelo brilho — mesmo no sentido literal — das festas da cidade, a festa da Saúde, a festa de Natal, o Ano Bom, o S. João e outras.

Era até costume medir-se a “animação” das festas pela qualidade dos fogos de vista que se queimavam e pelo mais ou menos estrondoso espocar dos foguetes que se soltavam.

Desde o começo do século, até aproximadamente, 1930, exerceu Chiquinho Fogueteiro seu ofício em Barreiros, contribuindo, assim, para a animação de muita festa e a alegria de muitas gerações de crianças e de jovens.

* * *

Compartilhava com Chiquinho Fogueteiro a responsabilidade de dar esplendor às noites de festa de Barreiros Justino Tamanqueiro, que acumulava esse ofício com o de fabricante de balões, que, em Barreiros se chamavam “máquinas” — balões eram os pequeninos, brinquedos das crianças pelo S. João.

Justino era um grande mestre tamanqueiro. Mas o de que se orgulhava era de sua perícia de fabricante de “Máquinas”. Ufanava-se de nunca haver conhecido um só fracasso nesse mister: jamais uma máquina sua se havia queimado antes de cumprir sua trajetória aérea, mesmo quando bombardeada pelos foguetes, como era de praxe, ou quando

açoitada pela fúria do Nordeste, que, em Barreiros, sopra sempre com verdadeira demasia.

* * *

Um artesanato muito praticado em Barreiros, antigamente, era a tamancaria.

Os tamancos que se faziam em Barreiros eram de um feitiço especial, diverso dos outros tipos de calçados dessa espécie.

O que especialmente distinguia os tamancos feitos em Barreiros dos fabricados noutros lugares era o solado muito alto, feito de uma madeira própria, tendo-se em vista o solo das ruas que, no inverno, se tornava em espesso lamaçal de barro vermelho por onde só se podia transitar com o auxílio de calçado apropriado a essa situação, como o tamanco.

Houve vários tamanqueiros na cidade de Barreiros e nos povoados do Município, mas a tenda de tamancos mais importante era a de Pedro Celestino da Costa, Pedrinho como era conhecido.

Era ele além de um artesão muito hábil em seu ofício, um homem razoavelmente letrado e aparentado com uma conceituada família de Senhor de Engenho, a família Verçosa.

Deixando a sua primeira profissão, passou Pedro Celestino a exercer a de comerciante.

Vivem ainda vários de seus descendentes, como o seu filho Hilton Costa, que exerceu por algum tempo o cargo de prefeito de Barreiros, e Edson Costa que é tabelião na cidade.

CAPÍTULO IV

OS MEIOS DE TRANSPORTE

— O cavalo — As liteiras — Os cabriolés — Os carros de bois — As bar-
caças — O trem de ferro — O automóvel — Os ônibus ou "Sopas" —
As carroças —

O CAVALO

A cidade de Barreiros fica situada no extremo sul do Estado, distante 110 quilômetros do Recife. As cidades que lhe ficam mais próximas são: São José da Coroa Grande, a 10 quilômetros, Água Preta, a 24 quilômetros e Rio Formoso, a 20 quilômetros.

Hoje, com os modernos meios de transporte e com estradas regularmente transitáveis, essas distâncias se tornam insignificantes. Mas, antigamente, não acontecia assim. Os transportes eram os mais primitivos e, em vez de estradas, o que havia eram rudes e acidentados caminhos, cortados quase sempre de rios ou riachos, que deveriam ser transpostos a vau, quando possível, ou por meio de balsas, pois, em geral, não existiam pontes.

Até os fins do século passado, os meios de transporte utilizados pelos barreirenses eram o cavalo, os carros de bois, as liteiras e os cabriolés.

Os homens, em geral, não usavam outra condução além de sua *montaria*. O aspecto físico, o porte, a andadura e os arreios do cavalo ficavam de acordo com a condição social do cavaleiro.

Havia animais do mais alto valor, fortes, belos, bons baixeiros e meeiros, que se ajazavam ricamente, pertencentes aos homens abastados, senhores de engenho ou altos comerciantes, e havia, também, os humildes rocins das classes pobres.

Uma viagem ao Recife, a cavalo, se fazia em cerca de oito dias e constituía uma séria aventura a desafiar a coragem e a resistência dos mais destros cavaleiros e das mais possantes e saudáveis alimárias.

As mulheres usavam menos o cavalo como meio de transporte. Naqueles tempos, seria excessivamente escandaloso uma mulher cavalgar à maneira dos homens, escanchada na sela. Usava-se, então, para as senhoras, uma sela especial, o silhão, que tinha um suporte, permitindo à cavaleira, sentando-se de um lado, prender ali a perna, segurando-se, assim ao animal. Mas essa segurança era um tanto precária e, por isso, exigia especial habilidade das damas que se aventuravam a uma viagem dessa natureza.

AS LITEIRAS

Até os primeiros anos deste século, um dos meios de transporte utilizados para a condução das mulheres e crianças foram as liteiras. Eram como grandes padiolas, feitas de madeira, com toldos de tábuas ou esteiras, conduzidas por dois cavalos, um atrás outro à frente, os quais se atrelavam ao veículo por meio de varais ou lanças. Uma liteira podia conduzir duas pessoas, ou mais, se se tratasse de crianças. Toscamente construídas, não tinham essas liteiras, usadas nesta região do Brasil, nada de semelhante às suntuosas liteiras dos romanos antigos, nem se pareciam, também, com os ricos e artísticos palanquins que, até o começo do século, circulavam pelas ruas das mais importantes cidades brasileiras. Não ofereciam a mínima condição de conforto e era naturalmente moroso esse meio de transporte, pois apenas a passo ou a trote podiam caminhar os cavalos que o conduziam. Além disso, era relativamente dispendiosa essa condução, pois ocupava dois cavalos e quase sempre dois estribeiros. Não eram, portanto, as liteiras um meio de transporte popular.

OS CABRIOLÉS

Na última década do século passado, apareceram em Barreiros os primeiros cabriolés, meio de transporte, praticamente, quase privativo da pequena aristocracia rural, constituída pelos senhores de engenho. E que os cabriolés eram veículos de custo relativamente alto e de custosa manutenção. Além de exigirem cavalos de qualidade, especialmente adestrados, empregava-se no serviço dos cabriolés toda uma equipe de trabalhadores domésticos, com as funções de boleiro, estribeiro, capinheiro, etc.

O primeiro cabriolé de Barreiros pertenceu ao dr. Estácio Coimbra, senhor de Morim e político. Depois, outros senhores de engenho vieram a adquirir essas viaturas para seu serviço. Mas não foram muitos os que se puderam permitir esse luxo. No começo do século os cabriolés — ou carros de cavalos, como mais comumente se chamavam ali esses veículos — que transitavam nas ruas de Barreiros eram o do Barão de Gindai, o de Júlio Bello, de Queimadas, o de Estevam Ferrão Castelo Branco, de Camuntengue, o de João Marinho, de Cachoeira Alta, o de Manuel Marinho, de Cachoeira Linda, o de Luiz do Rêgo, de Linda-flor, o de Joaquim Ferrão Castelo Branco, de Cocal, o do dr. Manuel Otaviano Guedes Nogueira, de Tibiri, o de Agostinho Costa, de Passagem Velha e um ou outro mais. Não ia, assim, muito além de uma dezena o número dos possuidores de cabriolés, em Barreiros.

OS CARROS DE BOIS

O meio de transporte de que mais se utilizavam os barreirenses de outrora, de qualquer classe social, foi sempre o carro de bois. Esse tosco e primitivo veículo em nada evoluiu, nenhum aperfeiçoamento o modificou. Foi sempre o que é hoje.

Tinha, antigamente, apenas uma particularidade: o canto. Um carro de bois que não cantasse era uma degradação.

Os bons carreiros não eram só os capazes de tocar com perícia os bois que puxavam o carro, mas os que também sabiam ajustar o atrito do eixo nos cocões e nas ta-

manças — peças de madeira que engrenavam a carroceria do carro sobre o eixo — produzindo o canto, ora estridente e agudo, a prima, ora cavo e grave, o bordão.

Os bois formavam duas parelhas ou juntas, a junta de coice, que marchava atrás e sustentava o carro, e a junta de cambão que ia à frente puxando o veículo.

Quando conduziam família, os carros eram ajazezados com certo esmero, traduzido, principalmente, nas vistosas colchas de damasco, que recobriam a tolda de esteira, que protegia os viajantes contra o sol e a chuva. A acomodação de uma família no veículo obedecia, comumente, a certas normas. Na parte da frente — a mesa — a chefe da família que, quando havia bagagem, se aboletava sobre o baú ou a mala, que ali também se colocava. Para o centro do carro, ficavam as mulheres e as crianças e, na parte de trás — o requembem — que era o lugar mais desconfortável, por ser mais sensível aos solavancos e menos protegido contra o sol e a chuva, iam as domésticas. Normalmente, um carro de bois podia conduzir umas seis pessoas. Como o carro não tinha molas, nem qualquer sistema de amortecedores de choque, exigia-se muita perícia dos carreiros que, empunhando a aguilhada — uma longa vara com ferrão à ponta — carreava os bois, procurando evitar ou diminuir o incômodo dos solavancos e da trepidação.

AS BARCAÇAS

As barcaças que singravam o Una até alcançarem o mar, na Várzea, foram também um meio de transporte não apenas de carga, mas de passageiros, antigamente utilizado pelo povo de Barreiros. Eram muitas as barcaças que, com seus cascos coloridos e suas velas brancas subiam e desciam o rio, atracando no porto da Estrada Nova, nas margens baixas e no Porto do Mercado quando, na preamar, podiam subir o rio.

Eram de duas espécies as barcaças, conforme as suas dimensões: as barcaças, propriamente ditas, com três (3) mastros, e as lanchas, barcos menores, com dois (2) mastros.

As barcaças podiam transportar uma carga de até hum mil e quinhentos (1.500) sacos de açúcar.

Quando os ventos eram propícios, uma viagem de barcaça entre Barreiros e Recife podia ser feita em dois dias, se o barco fosse bom veleiro, mas com os ventos contrários até oito dias durava a travessia.

Tinham em geral lindos nomes estas barcaças: Estrela do Mar, Flor do Dia, Bela Aurora, Anfitrite, Vênus, Anieta, Maria Antonieta, Natilde, etc.

O TREM DE FERRO

Em 1908 um grande acontecimento veio marcar nova era na história dos transportes, em Barreiros: a chegada do trem de ferro. Até então, antes da Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco construir o ramal que ligaria Barreiros à via férrea da Great Western, em Ribeirão, a viagem para o Recife se fazia comumente por Gameleira, onde se alcançava o trem daquela Companhia, depois de penosa viagem em liteira, carro de bois, cavalo ou cabriolé. De então em diante, Recife ficava muito mais perto de Barreiros — 55 quilômetros do ramal da Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco, e mais cerca de 87 quilômetros da estrada da Great Western, a partir de Ribeirão. A viagem passava, assim, a ser quase um passeio...

A chegada do trem foi uma festa para todo o povo de Barreiros, uma festa que se repetiria por muito tempo. É que, para muitos, o trem de ferro não era, apenas, um moderno meio de condução, mas um divertido espetáculo, acorrendo o povo até de longe para ver aquela maravilha, que era um enorme veículo movendo-se por si mesmo, sem o concurso de animais. Por isso, principalmente nos dias santos e feriados, se enchia a estação dos que iam ver o "vapor".

O AUTOMÓVEL

O primeiro automóvel chegou a Barreiros em 1918. Paradoxalmente, veio embarcado, de trem. Nem poderia ser de outro modo, pois, então, não havia estrada para esse tipo de veículo entre Barreiros e Recife.

Coube a Olímpio Afonso de Melo — Olímpio de Mumbuca, como era conhecido, por ter sido senhor de um enge-

nho com esse nome — a iniciativa, francamente arrojada, de introduzir em Barreiros esse moderno meio de transporte.

A chegada do automóvel — um velho Ford, adquirido em segunda mão, por dois contos e duzentos mil réis — repetiu-se, em certa proporção, a festa de 1908, com a chegada do trem. Encheu-se a estação de curiosos, e quando, desembarcado o veículo, disparou ele na incrível velocidade de quarenta quilômetros horários, através da ponte, na direção do centro da cidade, uma grande parte do povo, inclusive mulheres, o acompanhou na corrida, aplaudindo o acontecimento e aclamando o nome do pioneiro, Olímpio de Mumbuca.

Foi esse automóvel batizado pelo seu proprietário com o nome de Nancy, em homenagem à cidade francesa, parcialmente destruída pelos alemães, na guerra européia.

Como não havia estrada para parte alguma, o Ford de Olímpio de Mumbuca não saía da cidade, sendo utilizado quase exclusivamente para passeio das pessoas de posses, que podiam dar-se ao luxo de pagar o aluguel de cinco mil réis por hora.

Durante vários anos, foi o "Nancy" de Olímpio de Mumbuca o único automóvel existente em Barreiros. Desde, porém, que se tornou possível a utilização desse meio de transporte para o Recife, principalmente a partir de 1928, quando se inaugurou a rodovia ligando Barreiros à Capital, diversos automóveis apareceram na cidade, substituindo os cabriolés que, já então, iam caindo em desuso.

AS "SOPAS"

Por essa época, se foi também desenvolvendo a comunicação com o Recife por meio de ônibus ou "Sopa" como se chamavam ali esses veículos que constituem o meio de transporte coletivo utilizado geralmente por todos os que não possuem condução própria desde que se construiu a moderna estrada asfaltada ligando Barreiros ao Recife e a outras localidades do Estado.

Suspenseo ultimamente o tráfego de trem, ainda mais se intensificou o tráfego por meio de ônibus.

AS CARROÇAS

Um meio de transporte urbano que antigamente funcionava freqüentemente em Barreiros foi o de carga por meio de carroças, um veículo de tipo muito peculiar àquela região.

Era um veículo muito estreito, baixo e longo, puxado por um ou dois bois, conforme as cargas transportadas.

Essas carroças eram muito familiares, muito integrada na vida cotidiana e até na paisagem da cidade, pois estavam sempre presentes nas poucas ruas — Barreiros foi sempre e ainda é uma cidade de poucas ruas — compondo, de certo modo, a fisionomia do lugar.

Contribuía, também, para isso o fato de funcionarem essas carroças não só como meio de transportar carga, mas, também, como meio de divertimento das crianças e rapazes, que a falta de outro divertimento — parque de diversões, "play ground" e outras coisas que fazem a delícia dos felizes meninos de hoje — recorriam àquela singela diversão de passear pelas ruas da cidade aboletados nas carroças.

CAPÍTULO IV

A INSTRUÇÃO PÚBLICA

A escola primária — O grupo escolar — O ensino médio —
O ensino superior

A ESCOLA PRIMARIA

A escola começou a existir em Barreiros já nos tempos da aldeia missionária de São Miguel de Una ou Iguna, pois como nota Frei Venâncio Willeke O.F.M. "onde quer que no Brasil se levantasse uma capela missionária entre os índios, também aí surgia infalivelmente uma escola" (1).

Frei Manuel da Ilha, no documento já citado sobre a aldeia de São Miguel de Una, diz expressamente que os missionários franciscanos, fundadores daquela aldeia, além da instrução religiosa, ministravam aos filhos dos gentios o ensino da leitura e da escrita, além da música e do canto, para o que os índios revelavam grande interesse e aptidão.

Quando se estabeleceram na região os primeiros engenhos, foi sendo adotada a praxe de se criarem em muitos deles escolas de primeiras letras, destinadas especialmente aos filhos e parentes dos senhores de engenho, mas, na maioria dos casos, se admitia que fossem essas escolas frequentadas também pelos filhos de moradores.

Nos povoados, houve, também, desde cedo, escolas primárias a cargo de mestres-escolas particulares.

* * *

A escola pública, isto é, instituída pelo governo, só veio a estabelecer-se em Barreiros depois que a povoação

passou a categoria de vila, ali por volta de 1855, o que não é de admirar, pois desde que se expulsaram do Brasil os missionários jesuítas e franciscanos que foram os pioneiros da atividade educativa em todo o Brasil e durante mais de 200 anos os únicos professores da nossa gente, houve entre nós uma grande crise do ensino, sobretudo por falta de professores.

O primeiro professor público de Barreiros, nomeado pelo presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo, foi o mestre Tranquilino da Cruz Ribeiro, de quem já falamos. Era um mestre muito acatado e estimado por todos, durante o seu magistério em Barreiros de mais de 40 anos.

Depois de mestre Tranquilino, foi professor público em Barreiros o mestre Lourenço Guedes Alcoforado. Removido para Limoeiro, foi o Professor Alcoforado substituído pelo ex-sacristão Joaquim Francisco Pereira da Silva. O gênio desabrido e os modos violentos desse ex-sacristão não se conciliavam, porém, com a função de magistério, que ele teve de abandonar por não poder manter a disciplina da classe, em constante revolta contra a sua mal exercida autoridade.

(O professor Pereira da Silva, por ter sido sacristão da matriz, tinha o apelido de Quincas Badalo).

A instância do povo, voltou para Barreiros o professor Alcoforado, que por mais vários anos exerceu ali o seu benéfico magistério.

Vieram, depois o professor Tomaz Cantuária, o professor Santiago Ramos — Professor Raminho — e o professor Antônio Gerson Eustáquio Guaraná. Este foi dos que mais se demoraram em Barreiros chegando ali nos primeiros anos do século e permanecendo até aproximadamente 1920.

Nessa época já existia na sede do município um colégio, a qual está especialmente destinada ao ensino primário e secundário, pela professora Lídia Pessoa Guedes, residente em Barreiros, desde a criação do ano de 1912.

... Associação de
Município de Macé
... Felix ali
... todos com
... Normal
... educadora
... do Re
... e uma
... de suas
... mudadoras d

Outra
... foi a pr
... espírito inte
... cultura. D.
... Dom do M
... depende, m
... técnico-ped

Era
... a duas ou
... D. Amália
... servia de
... Possuía, t
... inclusive,
... tendo ser
... de atitud
... fosse o r

Fa
... inglês, I
... palment
... poucos
... iniciaçã

passou à categoria de Vila, aí por volta de 1855, o que não é de admirar, pois desde que se expulsaram do Brasil os missionários jesuítas e franciscanos que foram os pioneiros da atividade educativa em todo o Brasil e durante mais de 200 anos os únicos professores da nossa gente, houve entre nós uma grande crise do ensino, sobretudo por falta de professores.

O primeiro professor público de Barreiros, nomeado pelo presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo, foi o mestre Tranquilino da Cruz Ribeiro, de quem já falamos. Era um mestre muito acatado e estimado por todos, durante o seu magistério em Barreiros de mais de 40 anos.

Depois de mestre Tranquilino, foi professor público em Barreiros o mestre Lourenço Guedes Alcoforado. Removido para Limoeiro, foi o Professor Alcoforado substituído pelo ex-sacristão Joaquim Francisco Pereira da Silva. O gênio desabrido e os modos violentos desse ex-sacristão não se conciliavam, porém, com a função de magistério, que ele teve de abandonar por não poder manter a disciplina da classe, em constante revolta contra a sua mal exercida autoridade.

(O professor Pereira da Silva, por ter sido sacristão da matriz, tinha o apelido de Quincas Badalo).

A instância do povo, voltou para Barreiros o professor Alcoforado, que por mais vários anos exerceu ali o seu benéfico magistério.

Vieram, depois o professor Tomaz Cantuária, o professor Santiago Ramos — Professor Raminho — e o professor Antônio Gerson Eustáquio Guaraná. Este foi dos que mais se demoraram em Barreiros chegando ali nos primeiros anos do século e permanecendo até aproximadamente 1920.

Por essa época, já existia na sede do município uma outra escola estadual, esta especialmente destinada ao sexo feminino, sendo regida pela professora Lídia Pessoa Guedes, que foi a segunda mestra a lecionar em Barreiros, onde iniciou seu magistério por volta do ano de 1912.

Mas já a esse tempo havia outra mulher exercendo a função de mestra em Barreiros, a professora Antonia Liberata de Macêdo França, que regeu a primeira cadeira municipal ali criada, no ano de 1911. Era sobrinha do escritor Félix de Macêdo França, ou Félix Escrivão, como era por todos conhecido. Embora não possuísse diploma de Escola Normal, a professora Antonia Liberata era uma grande educadora. Fizera curso secundário no Colégio Santa Teresa, do Recife, tinha um nível intelectual bastante lisonjeiro e uma natural aptidão para a função de mestra. Muitas de suas alunas vieram a ser, mais tarde, eficientes continuadoras de sua missão de professora em Barreiros.

Outra grande mestra do ensino primário em Barreiros foi a professora Amália Leitão. Muito inteligente e de espírito inteiramente aberto para todos os problemas da cultura, D. Amália possuía no mais alto grau o chamado "Dom do Mestre", essa natural e indefinível aptidão de que depende, mais de que de qualquer formação ou treinamento técnico-pedagógico, a eficácia do trabalho docente.

Era professora particular, sendo sua classe limitada a duas ou três dezenas de alunos. Profundamente religiosa, D. Amália vivia um catolicismo esclarecido e atuante que servia de inspiração fundamental à sua ação educativa. Possuía, também, um alto senso de civismo, o que a levava, inclusive, a se interessar ativamente pela vida política, mantendo sempre, porém, a maior independência de opinião e de atitudes a respeito de outra qualquer cogitação que não fosse o mais autêntico patriotismo.

Falando fluentemente o francês e razoavelmente o inglês, D. Amália incluía o ensino dessas línguas, principalmente o francês, no currículo de sua escola e não foram poucos os seus alunos que tiveram por esse modo a melhor iniciação no estudo das línguas estrangeiras.

Foi, no exercício do magistério de Barreiros, contemporânea de D. Antonia Liberata, iniciando sua missão por volta de 1910 e encerrando-a, já bastante idosa, em 1924, quando se aposentou.

Diversos outros mestres passaram por Barreiros onde exerceram com capacidade e devotamento a missão do en-

sino, destacando-se entre os mesmos o professor Francisco Noronha, portador de sólida formação humanística, o professor Napoleão Evaristo da Cunha, homem de letras, jornalista e autor teatral, e outros.

É justo, também, destacar-se a professora Beatriz de Oliveira, com sólida formação pedagógica e que muito contribuiu para a melhoria dos métodos de ensino adotados nas escolas de Barreiros.

Todos esses educadores exerceram ali sua missão, aproximadamente entre os anos de 20 a 50, do presente século.

Também fora da cidade se criaram nos fins do século passado escolas primárias oficiais, como foi o caso da Várzea de Una, do Abreu e de São José da Coroa Grande. Nesta última localidade teve especial prestígio, como professor e homem de sociedade o professor Carlos Dias da Silva, por todos conhecido e chamado como "Carlos professor". Durou muitos anos o seu magistério na vila de São José, desde os últimos anos do século passado, até aproximadamente, o ano de 1910.

O GRUPO ESCOLAR

Todas essas escolas eram escolas unitárias, isto é, escolas que não se dividiam em classes de acordo com o nível de estudos dos alunos.

Esse tipo de escola já desde os começos deste século veio sendo substituído pelo das escolas graduadas, entre nós chamadas de grupos escolares.

O primeiro grupo escolar a funcionar em Barreiros foi o Grupo Escolar Estácio Coimbra, instalado em prédio próprio, cuja construção, iniciada no começo do século, só foi terminada em 1928, quando se inaugurou o novo tipo de escola no Município.

O ENSINO MÉDIO

Só no meado deste século, precisamente no ano de 1928, foi criada em Barreiros a primeira escola de grau médio, então, era chamado de secundário.

sino, destacando-se entre os mesmos o professor Francisco Noronha, portador de sólida formação humanística, o professor Napoleão Evaristo da Cunha, homem de letras, jornalista e autor teatral, e outros.

É justo, também, destacar-se a professora Beatriz de Oliveira, com sólida formação pedagógica e que muito contribuiu para a melhoria dos métodos de ensino adotados nas escolas de Barreiros.

Todos esses educadores exerceram ali sua missão, aproximadamente entre os anos de 20 a 50, do presente século.

Também fora da cidade se criaram nos fins do século passado escolas primárias oficiais, como foi o caso da Varzea de Una, do Abreu e de São José da Coroa Grande. Nesta última localidade teve especial prestígio, como professor e homem de sociedade o professor Carlos Dias da Silva, por todos conhecido e chamado como "Carlos professor". Durou muitos anos o seu magistério na vila de São José, desde os últimos anos do século passado, até aproximadamente, o ano de 1910.

O GRUPO ESCOLAR

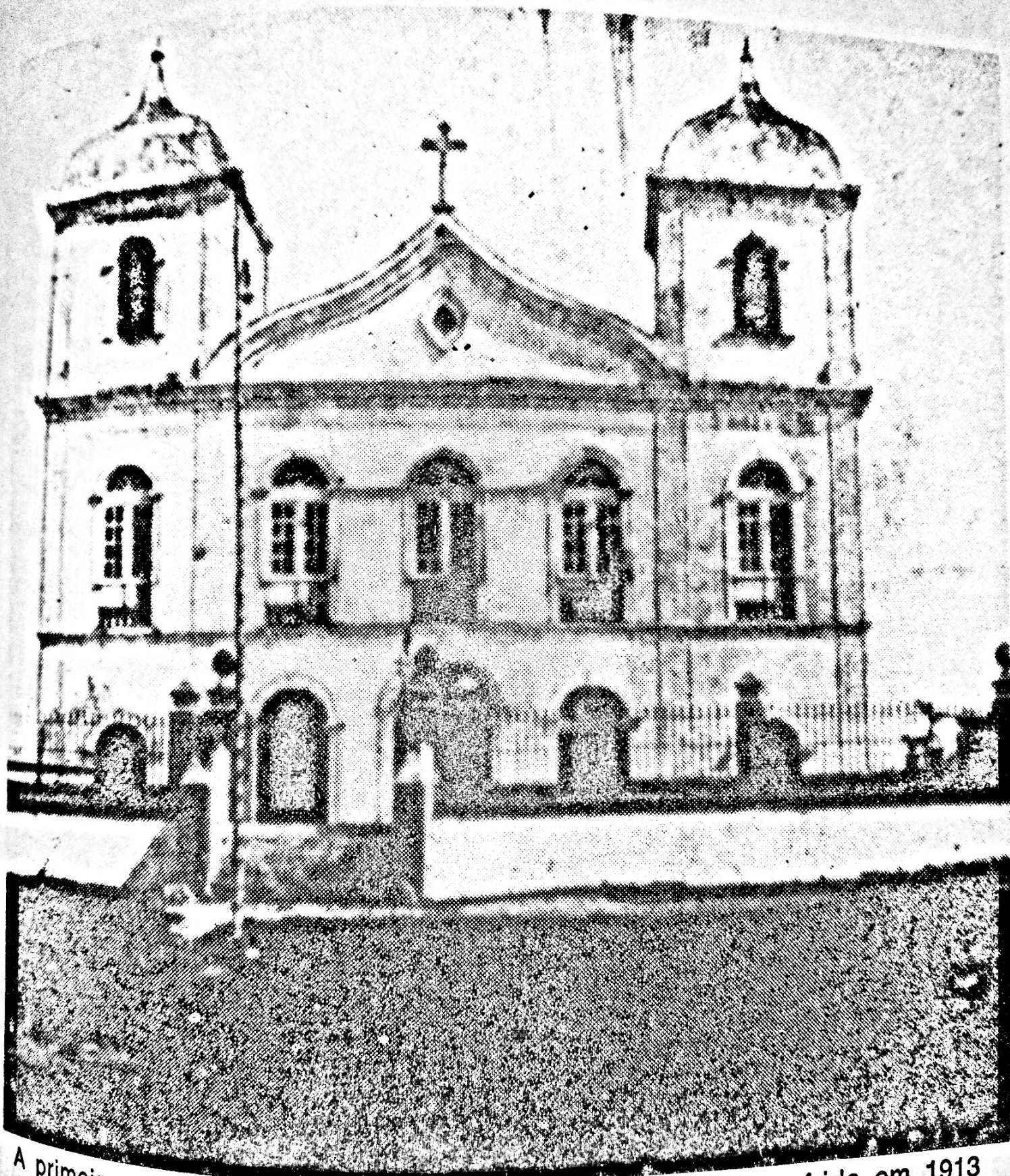
Todas essas escolas eram escolas unitárias, isto é, escolas que não se dividiam em classes de acordo com o nível de estudos dos alunos.

Esse tipo de escola já desde os começos deste século veio sendo substituído pelo das escolas graduadas, entre nós chamadas de grupos escolares.

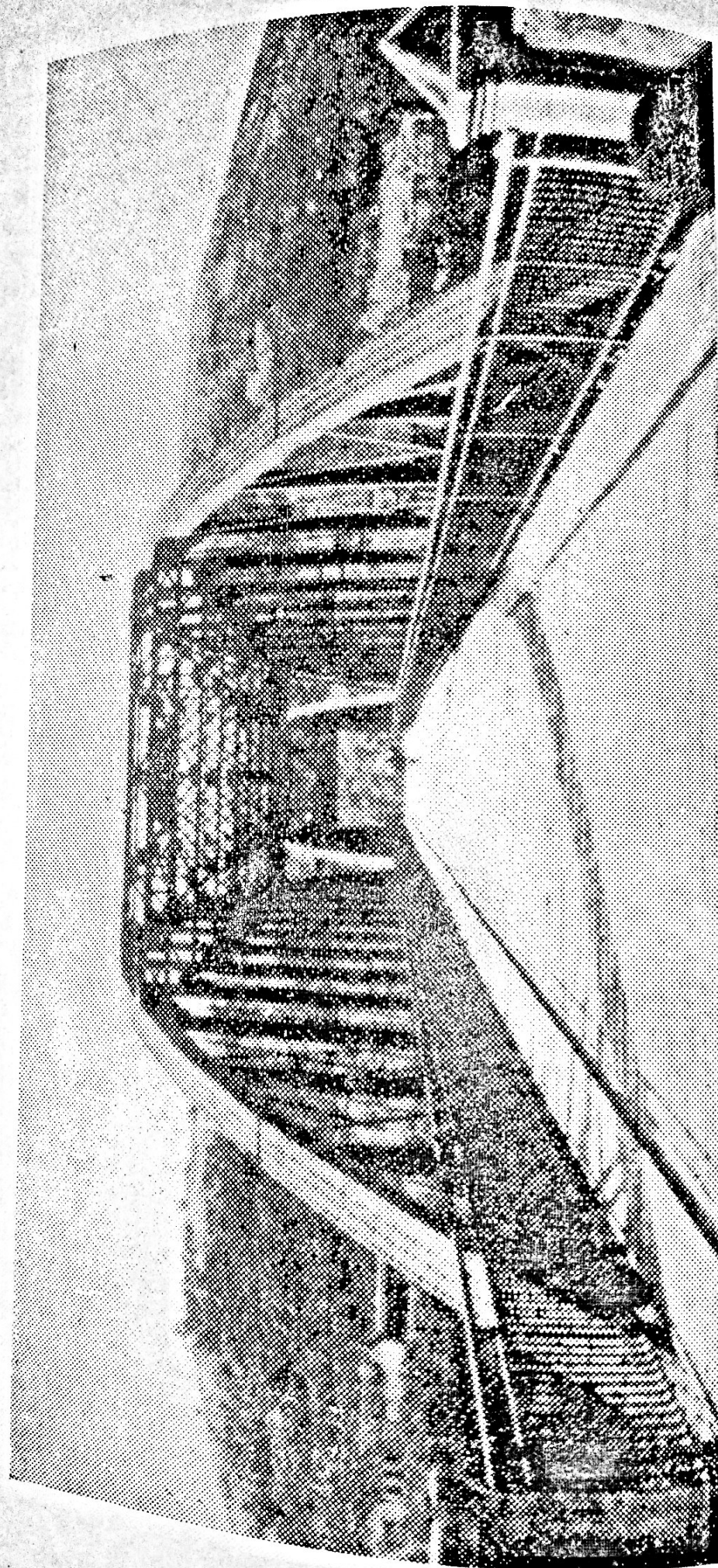
O primeiro grupo escolar a funcionar em Barreiros foi o Grupo Escolar Estácio Coimbra, instalado em prédio próprio, cuja construção, iniciada no começo do século, só foi terminada em 1928, quando se inaugurou o novo tipo de escola no Município.

O ENSINO MÉDIO

Só no meado deste século, precisamente no ano de 1949, foi criada em Barreiros a primeira escola de grau médio, que, então, era chamado de secundário.



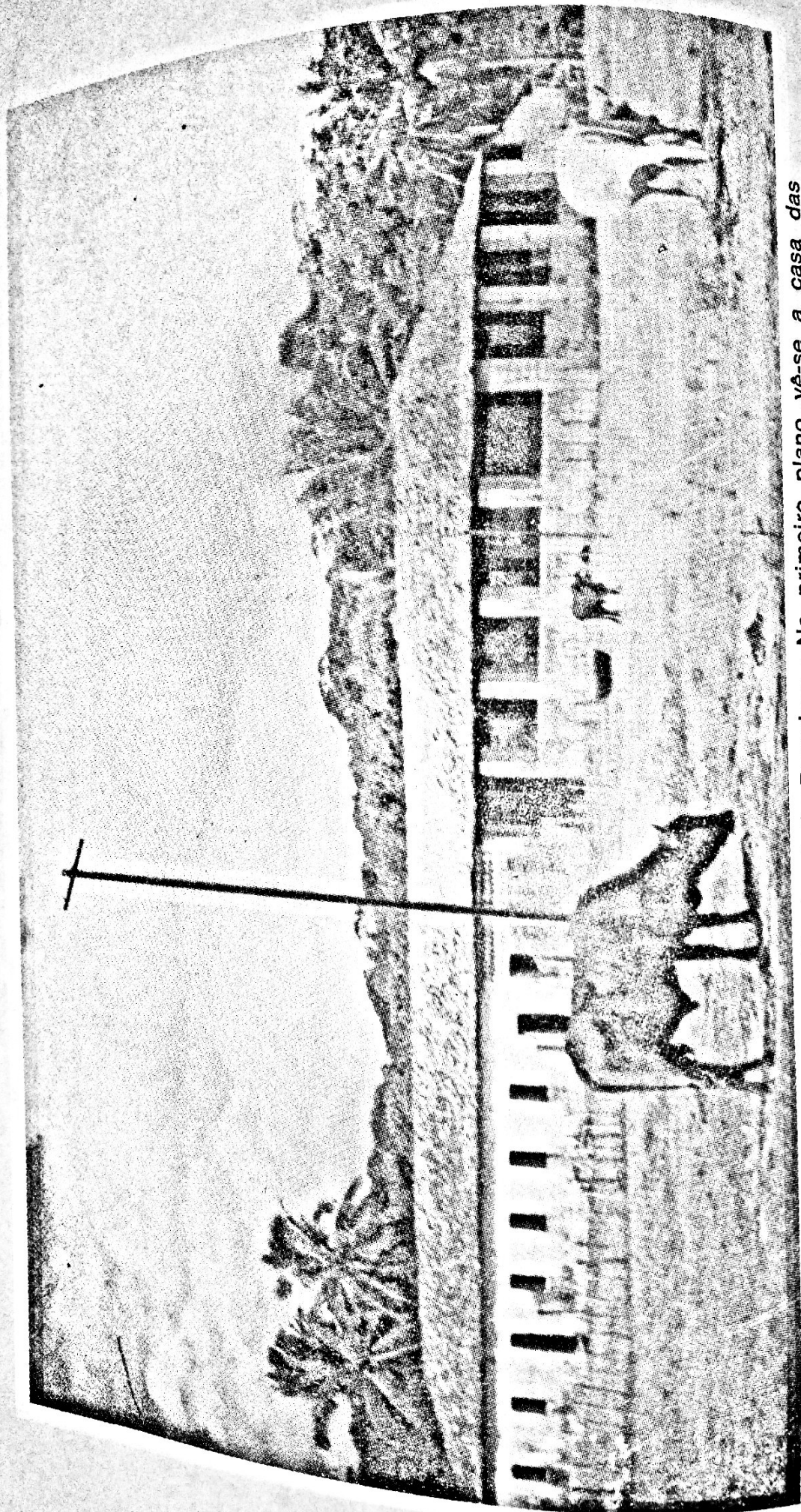
A primeira Igreja Matriz de Barreiros, antes da reforma sofrida em 1913



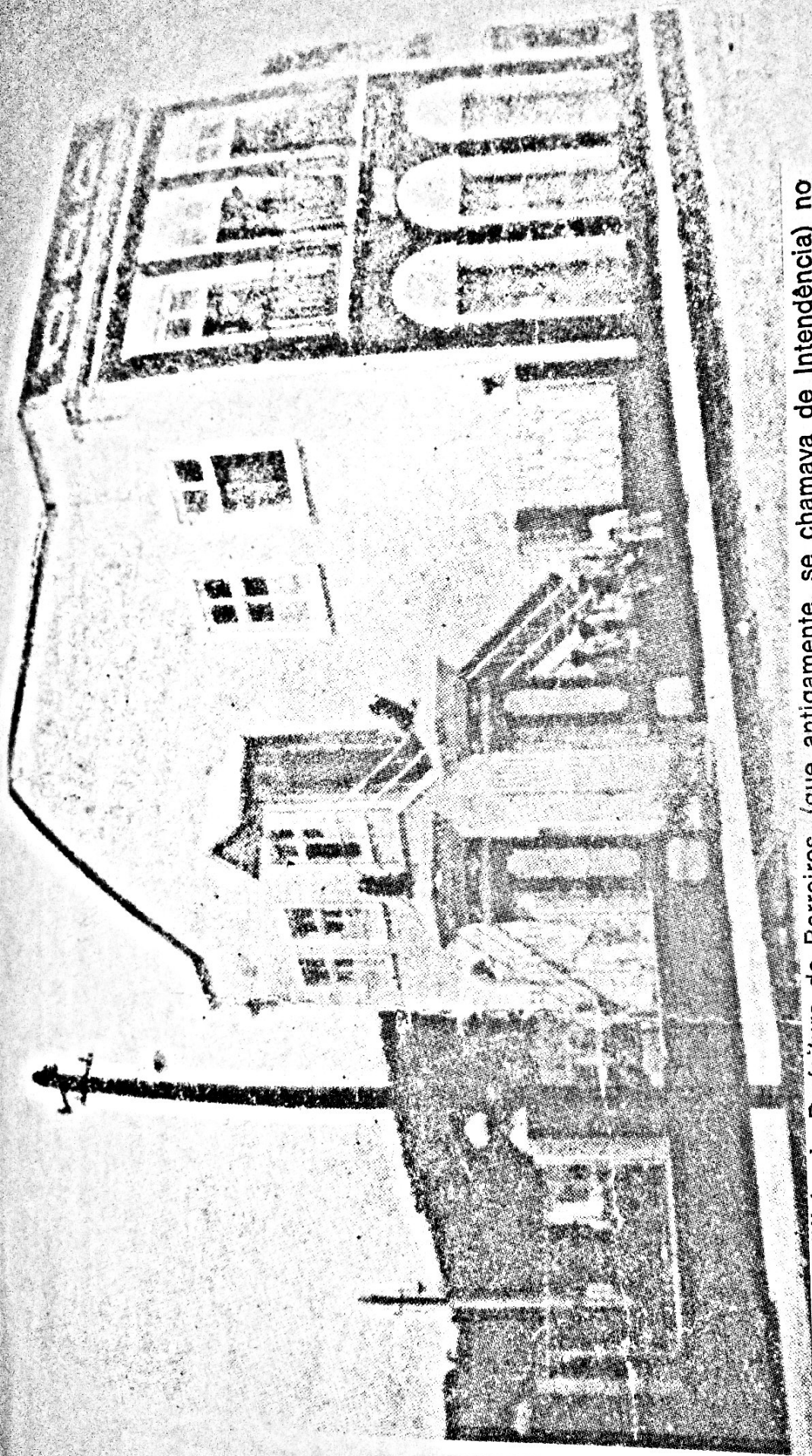
A antiga Ponte Estácio Coimbra, construída em 1908 e substituída, em 1941, pela atual Ponte sobre o Una



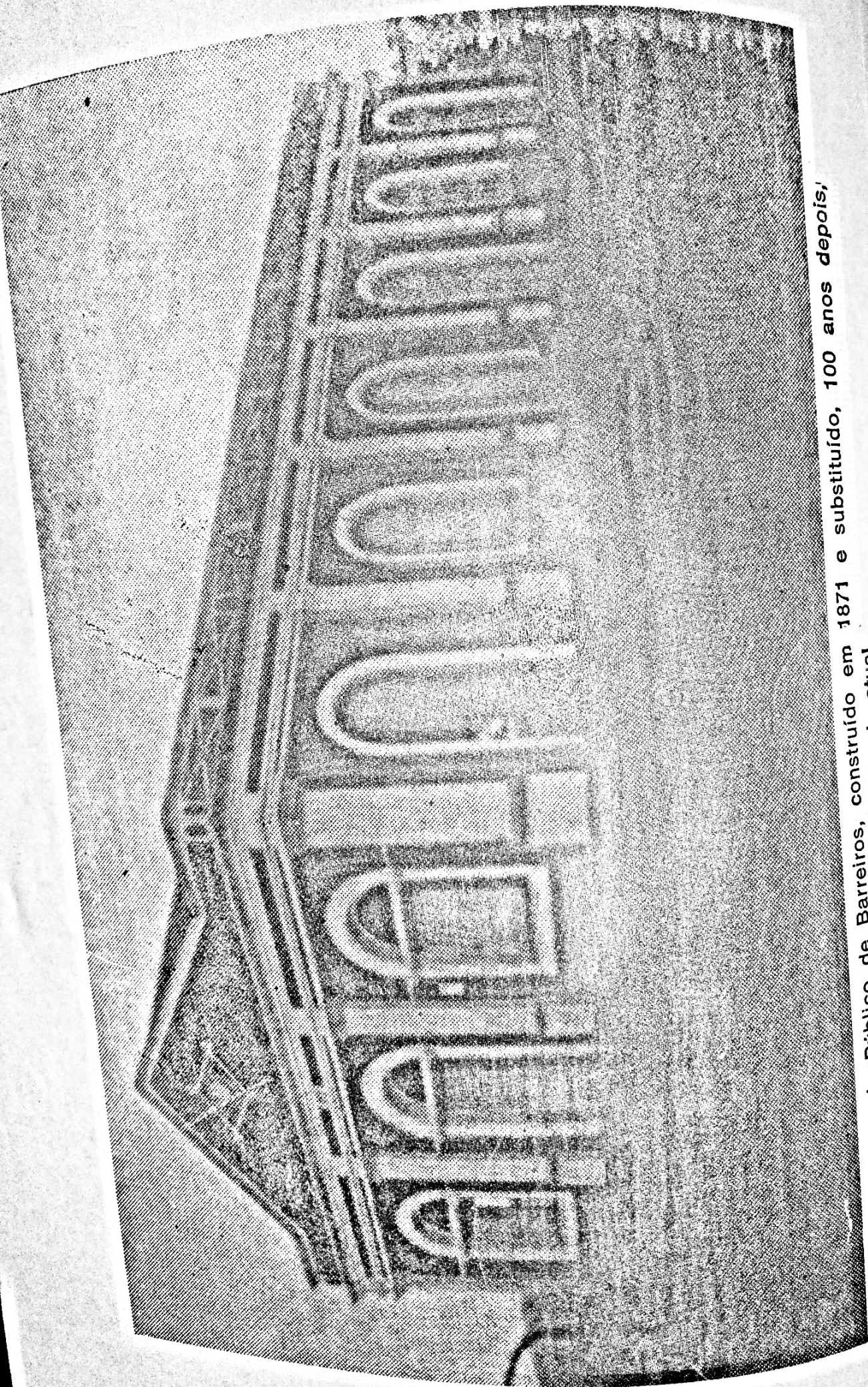
A antiga Rua do Jardim, na cidade de Barreiros, depois, Rua Dom Luiz e, hoje, Rua Ayres Bello. Ao tempo da fotografia, que é do princípio do século, não havia calçamento e era essa rua arborizada de "flanboyants"



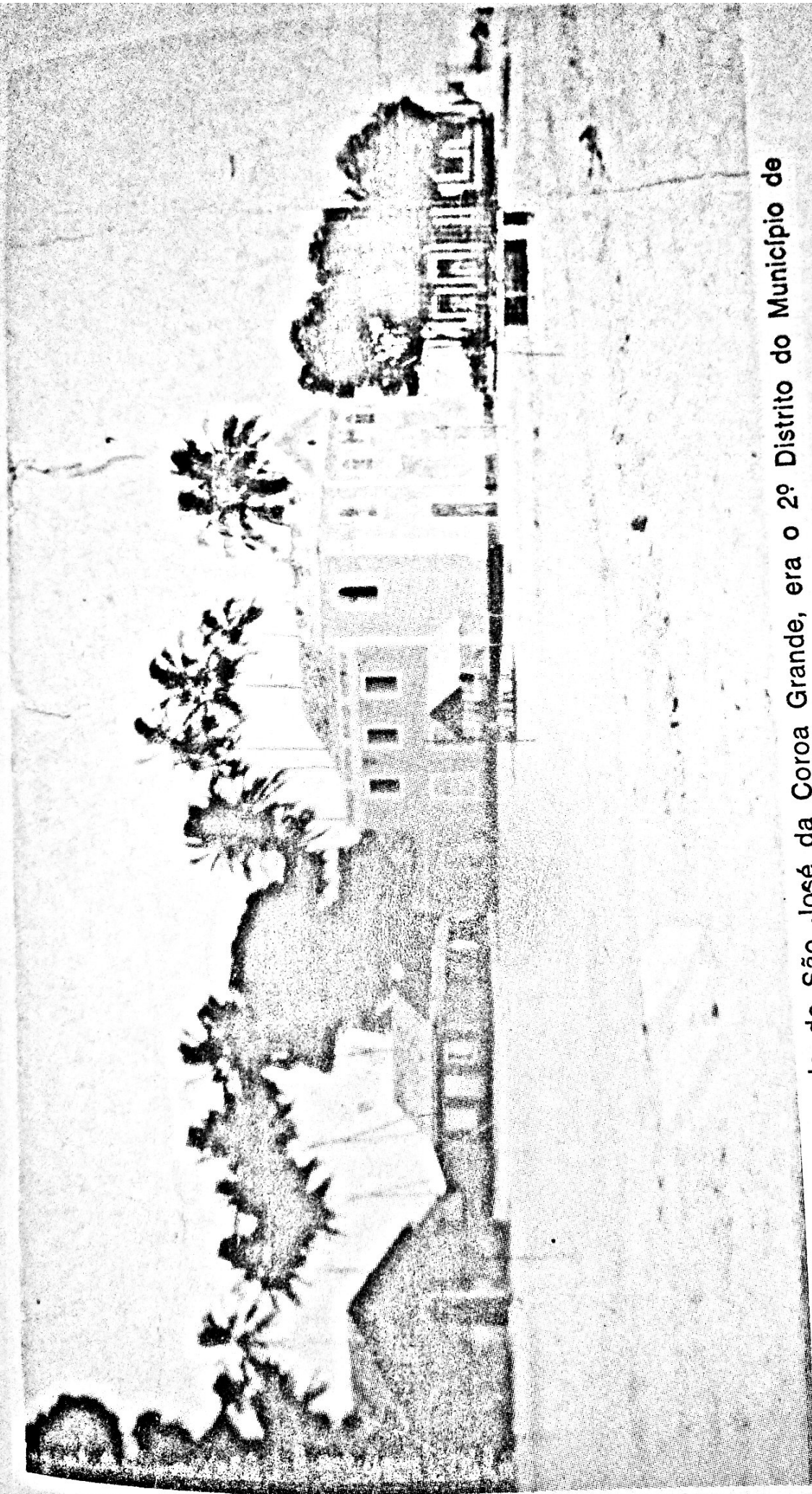
Um engenho "bangüê" (Queimadas), Barreiros. No primeiro plano vê-se a casa das moendas e do cozinhamento e para trás, com paredes completas, fica a "casa de purgar".



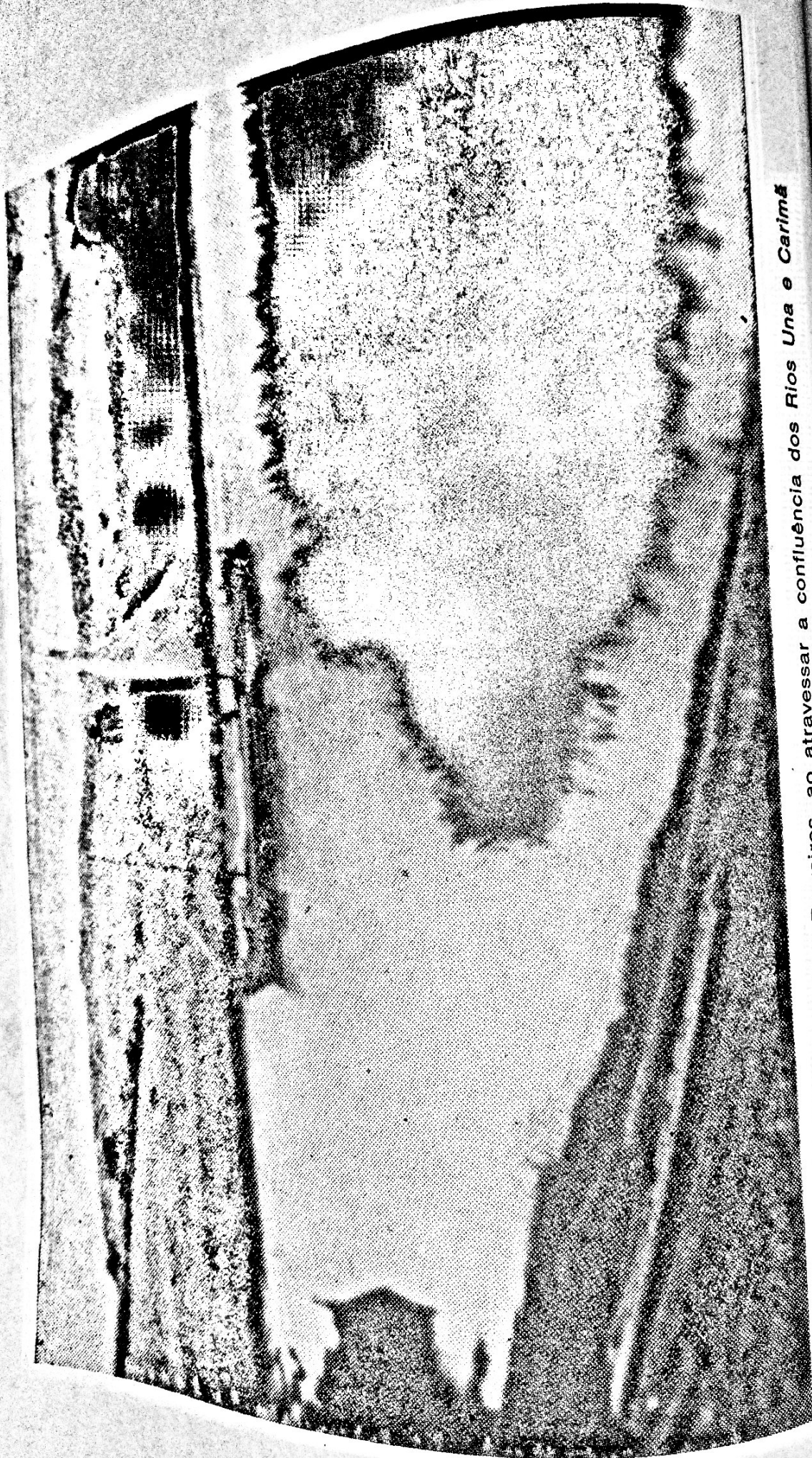
O edifício da Prefeitura de Barreiros, (que antigamente, se chamava de Intendência) no seu primitivo aspecto, com jardim, muro de grades e colunas encimadas por pinhas portuguesas e leões heráldicos



O Mercado Público de Barreiros, construído em 1871 e substituído, 100 anos depois,
pelo atual



Centro do Povoado de São José da Coroa Grande, era o 2º Distrito do Município de Barreiros



Uma Barcaça chegando a Barreiros, ao atravessar a confluência dos Rios Una e Carimã

de dar Na
instalações esco
verno do Esta
Casa de ensin
bra, ficando I
ao turno da
navam duran

Formou
a participaçã
cola João Co
tos das profi
agrônomos, e

O prin
Costa, do co
bra, sendo s
lho, diretor
se na mesm
buquerque,
Teodoro de
Coimbra.

No a
talou em E
diversas p
Adolfo Alo
Acácio Roc

Inst
do o prédi
abrigo par
tônio. Fec
onde, dep

A
São José
Lourdes,

Coube a iniciativa ao governo municipal que, àquela época, tinha a sua frente José Canuto Santiago Ramos, um dos mais beneméritos prefeitos com que tem contado o município ao longo de sua história.

Não havendo possibilidade de cogitar-se, no momento, de dar à escola, que se denominou de Ginásio Municipal, instalações próprias, recorreu o prefeito José Canuto ao governo do Estado que permitiu o funcionamento da nova Casa de ensino no prédio do Grupo Escolar Estácio Coimbra, ficando por isso o funcionamento do Ginásio limitado ao turno da noite, pois as aulas do Grupo Escolar funcionavam durante todo o dia.

Formou-se o corpo docente do Ginásio Municipal com a participação de professores do então Aprendizado Agrícola João Coimbra, hoje Colégio Agro-Técnico, e de elementos das profissões liberais da cidade, médicos, bacharéis, agrônomos, etc.

O primeiro diretor do Ginásio foi o professor Estevão Costa, do corpo docente da Escola Agro-Técnica João Coimbra, sendo sucedido nesse cargo pelo professor Noronha Filho, diretor do Grupo Escolar Estácio Coimbra, seguindo-se na mesma função o bacharel Epaminondas Carlos de Albuquerque, promotor da Comarca e o professor Antonino Teodoro de Macêdo, também da Escola Agro-Técnica João Coimbra.

No ano de 1946, outra escola de nível médio se instalou em Barreiros. Deveu-se a iniciativa aos esforços de diversas pessoas gradadas da cidade, à frente o seu prefeito Adolfo Aloísio da Rocha, com o apoio do bispo diocesano D. Acácio Rodrigues Alves.

Instalou-se o Colégio no dia 4 de abril de 1949, ocupando o prédio em que havia funcionado por alguns tempos um abrigo para velhos, mantido pela Irmandade de Santo Antônio. Fechado o abrigo, a confrária cedeu suas instalações, onde, depois da necessária adaptação, se instalou o Colégio.

A gestão do educandário, que se denominou Colégio São José, foi confiada às religiosas de Nossa Senhora de Lourdes, de Bom Conselho.

A sua primeira diretora, a quem se deveram todas as providências para a instalação da escola, foi a Irmã Maria Goretti, que durante os anos em que esteve nesse cargo sempre revelou admiráveis qualidades de educadora, além de um elevado senso de iniciativa e organização.

Além do curso ginásial, hoje chamado de 10. grau, mantém o Colégio São José curso de formação de professoras primárias.

O ENSINO SUPERIOR

Embora por muito pouco tempo, já funcionou em Barreiros escola de ensino superior. Foi a Escola Superior de Agronomia, instalada em 1929 e extinta apenas um ano depois pelo governo revolucionário de Pernambuco, que se mostrou empenhado em destruir ou anular todos os grandes melhoramentos introduzidos no município, pelo seu ilustre e benemérito filho, Estácio Coimbra, sendo essa Escola o mais importante dos melhoramentos promovidos em sua terra pelo ex-governador.

Instalada em prédio especialmente construído para esse fim, com farto material didático e de laboratório, importado do estrangeiro, dispondo de um corpo docente dos mais idôneos e dirigida pelo grande educador agrônomo Manuel Paulino de Souza, tinha a escola todas as condições para um perfeito funcionamento.

Situada no alto dos montes em que outrora existira a aldeia missionária de S. Miguel, lugar que, então, passara a chamar-se de "Barreiros Velho", ficava a escola no centro de uma zona essencialmente agrícola, como convinha à sua natureza. Não levando isso em conta, a paixão política extinguiu a escola criando outra do mesmo gênero em lugar evidentemente inadequado ao funcionamento de um instituto desse gênero, "Dois Irmãos", arrabalde do Recife, a poucos quilômetros do perímetro urbano da capital.

1) Willeke, frei Venâncio — "Escola Franciscana no Brasil". Separata da Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco, ano V, nº. 1.

CAPÍTULO V

A CULTURA

- A condição cultural da comunidade barreirense
- Sociedades literárias — Livros barreirenses —
- Jornais — As belas artes —

A CONDIÇÃO CULTURAL DA COMUNIDADE BARREIRENSE

População constituída, na sua grande maioria de comerciantes, homens da lavoura, artífices e embarcadiços, não tinha incentivos nem oportunidades para qualquer forma de atividade fora dos misteres de sua profissão. Por isso, foi sempre modesto o nível de cultura do povo de Barreiros.

Mesmo assim, não se deve pensar que, sob esse aspecto a história de Barreiros tenha sido inteiramente obscura. É até admissível que, comparando-se o seu passado, quando Barreiros, era, apenas, uma pequena vila ou uma incipiente cidade, com o seu presente, quando aparece como um próspero e movimentado centro industrial, não haja razão para se considerar com pessimismo a situação cultural da comunidade barreirense de outrora.

Até mesmo entre os comerciantes, que em geral, não formam uma classe preocupada com os problemas da cultura, sob seus variados aspectos, não deixou de haver em Barreiros um ou outro elemento dado às letras.

Foi aliás, do comércio de Barreiros que surgiu uma das mais expressivas figuras da história literária da localidade.

Não era ele, pessoalmente, um negociante, pois o seu fêlto mental não o inclinava para essa carreira, mas o seu de negociante, o farmacêutico Belarmino de Almeida Andrade, conhecido por Bileu da Farmácia.

Chamava-se o jovem intelectual Manuel Caetano de Almeida Andrade.

Rapazinho, ajudava o pai no seu ofício de boticário, misturando drogas e enrolando pílulas.

Mas o seu pendor era mesmo para as letras.

Ainda bem jovem, publicou ele um romance que tinha como cenário — um lindo cenário, aliás — a povoação de São Gonçalo do Una, situada no alto de um monte, alguns quilômetros a leste da cidade. Infelizmente, desse romance se tem apenas notícia através de pessoas idosas que o leram, sendo inúteis todos os nossos esforços no sentido de conhecer diretamente esse livro.

Quanto aos artífices, pode dizer-se que, de modo geral, foi sempre das mais limitadas a sua contribuição para a vida cultural do município. É que lhes faltavam condições para qualquer atividade dessa natureza, pois em Barreiros, vigorou sempre o velho e nefasto preconceito que considerava inconciliável com o exercício das profissões chamadas de servis a cultura literária, artística ou científica, e que ali como em toda parte vem sendo, pelo menos na prática, privilégio dos profissionais ditos liberais.

* * *

Dos senhores de engenho de Pernambuco se tem dito que eram, de modo geral, homens de muito poucas letras ou mesmo semi-analfabetos.

Mas não era perfeitamente exato esse conceito. O escritor José Maria Bello, filho de Senhor de Engenho, tendo passado toda a sua infância no meio rural de Barreiros, afirma em suas "Memórias" que "os homens do município não eram broncos nem insensíveis à preocupação intelectual", acrescentando que muitos deles tinham curso secundário em colégios do Recife

Não só de colégios secundários mas de escolas superiores possuíam diplomas muitos dos nossos senhores de engenho, podendo citar-se os bacharéis em direito Dr. Francisco Caldas Lins, Visconde de Rio Formoso, o qual foi deputado provincial em várias legislaturas, senhor de engenho de Una; Dr. Filisbino de Mendonça Vasconcelos, de muitas Cabras; Dr. Estácio Coimbra, de Morim; Dr. Manuel Otaviano Guedes Nogueira de Tibiri; (hoje Canaã), Dr. Domingos Tenório de Carassu; Dr. João Carlos Camboim, também de Carassu, Dr. Carlos Bello, de Pau-Amarelo; Dr. Silvestre Wanderley, de Arassu; e Dr. João Coimbra, do Junco. O senhor de engenho Herval, Dr. Paulo Correia de Oliveira, neto de João Alfredo de Oliveira que foi ministro do Império, era engenheiro, e o senhor de Queimadas, Júlio Bello cursou até o 4º. ano da escola de engenharia.

* * *

Barreiros foi sempre lugar de muito doutor formado, principalmente médicos e bacharéis. Até mesmo na classe dos senhores de engenho havia diversos doutores, como já vimos. De modo geral, esses doutores eram homens de algum saber e amigos das letras.

Entre os médicos, salientou-se nesse particular, o Dr. Antônio Batista de Moraes, que era não só um clínico muito competente no seu ofício, como dono de uma apreciável cultura humanística, dado especialmente aos estudos da língua vernácula e do latim. Era também um bom poeta inclinado especialmente para o gênero satírico. Uma sugestiva amostra de seu apurado engenho nessa atividade é este verso que contém ferina diatribe contra um seu desafeto:

Não repare a metrificia
A coisa vai mesmo assim...
Para que muita perícia?
Pra gente ruim, verso ruim.

O Dr. Batista de Moraes residiu em Barreiros nos fins do século passado e começos do presente.

Por essa mesma época, esteve, também, estabelecido ali com seu consultório de cirurgião o D. Cirilino de Al-

meida Castro, de muita perícia em sua especialidade, tendo completado seus estudos profissionais em clínicas da Europa. Era, também, homem de letras além de esforçado cientista.

A partir de 1915 exerceu também a profissão de médico em Barreiros o Dr. Augusto Andrade, escritor e poeta, principalmente poeta, tendo publicado, durante o tempo em que clinicou no município dois livros de versos, PAN e AN-GÚSTIA. Era ainda o Dr. Andrade orador, conferencista e teatrólogo, escrevendo principalmente revistas de costumes, gênero muito apreciado na época.

* * *

Muitos dos bacharéis em direito que outrora viveram em Barreiros como juizes, promotores, advogados, etc. foram homens de um nível intelectual acima de mediano, de modo que a sua simples presença no meio local constituía já uma contribuição das mais positivas para a vida cultural da comunidade.

Entre esses bacharéis contavam-se o juiz de Direito Dr. Belarmino Cezar Gondim, que mais tarde seria membro ilustre do Tribunal de Justiça do Estado; Dr. Sebastião do Rego Barros, juiz municipal que viria, depois, a ser um dos maiores advogados do seu tempo, e, entrando na política, chegaria a deputado federal e presidente da Câmara; Dr. Olímpio Bonald que era poeta e, depois, seria também desembargador; Dr. João Aureliano Correia de Araújo, também escritor e poeta vindo a ser membro da Academia Pernambucana de Letras e do Tribunal de Justiça e, ainda, professor da Faculdade de Direito; o Dr. Ceciliano de Oliveira Melo, (Célio Meira) escritor e conferencista, que chegaria depois, não só a acadêmico, como a presidente da Academia Pernambucana de Letras; Dr. Gabriel Soares Quintas homem verdadeiramente letrado e culto; o Dr. Severino Alves Leite (Seve Leite) escritor, poeta, conferencista e assim muitos outros.

Entre os advogados que exerceram em Barreiros o seu mister encontravam-se antigamente homens bastante ilustrados. O Dr. Ayres de Albuquerque Bello, por exemplo, era poeta e, jornalista, fazendo parte do corpo de redatores

de "A Província", e deixou fama de ser um dos maiores oradores pernambucanos de seu tempo, fama granjeada, inclusive pela sua atuação como deputado à 1ª. Constituinte Republicana do Estado.

Euclides Celso da Silva, apesar de não ter curso acadêmico, era outro advogado bastante culto. Sendo dotado de um largo espírito de sociabilidade, a sua contribuição para o patrimônio cultural da comunidade foi das mais positivas. Participou sempre de todas as iniciativas que de qualquer modo estivessem ligados aos interesses culturais da cidade.

Outro barreirense, também sem título acadêmico, mas de elevado nível cultural foi Artur Bello. Era um homem muito modesto, e por isso não ostentava o seu pendor para as letras e as coisas da cultura, em geral. Colaborava em jornais do Recife, sobretudo como poeta. Exercia a humilde profissão de mestre-escola.

Outra ilustre figura das letras barreirenses foi a poetisa Edwige de Sá Pereira, que viria a ter muita projeção na vida intelectual do Estado não só como poetisa, mas também, como escritora, jornalista e membro da Academia Pernambucana de Letras, aliás a primeira mulher a atingir esse posto.

* * *

Contribuição também valiosa para a vida cultural de Barreiros foi a dos sacerdotes que ali exerceram o paróquiato.

Os padres de antigamente eram, quase sempre, homens de formação intelectual bastante sólida. Os seminários, onde essa formação se processava, foram sempre considerados como casas de estudos da mais alta categoria.

Do antigo seminário de Olinda, disse Oliveira Lima que "transformou as condições do ensino e, com estas, as condições do Brasil". (1) Desse mesmo seminário afirmou Capistrano de Abreu que "exerceu uma extraordinária influência na mentalidade pátria" (2). Saídos dessas escolas, tinham, em regra geral, os nossos sacerdotes um nível intelectual bastante lisonjeiro.

Não fugia a essa norma a maioria dos antigos vigários de Barreiros. Dos mais antigos, sabe-se que o Padre Batista Soares era um latinista emérito, orador de grandes recursos e homem de trato muito amável.

O padre Cristóvão do Rego Barros, que tinha o apelido de Padre Goiabeira, era muito versado nas letras sacras e profanas. Era também poeta e gostava até de escrever em versos suas cartas aos amigos mais íntimos.

O Padre Júlio de Siqueira, que foi vigário em Barreiros de 1912 a 1922, foi um verdadeiro benemérito da vida cultural dali. Criou um colégio modelar, instituiu o Círculo Católico, que promovia espetáculos teatrais, concertos, conferências, etc. mantendo uma banda de música.

* * *

Também fora da cidade houve no município de Barreiros homens cultos e dados à literatura. Assim, na Vila de São José da Coroa Grande, entre outros, se viam como intelectuais de mérito, Mário de Albuquerque Santos, muito versado em literatura inclusive de língua francesa, e Lídio Florentino de Albuquerque, também dado a estudos filosóficos.

SOCIEDADES LITERÁRIAS

Expressão da vida cultural da cidade foram as sociedades literárias que ali se criaram, embora tivessem todas elas vida mais ou menos efêmera.

A primeira sociedade desse gênero foi criada em 1902, por iniciativa do tabelião público Félix de Macedo França, do médico prático Santos Pinheiro, de Caetano de Almeida Andrade, da jovem poetisa Edwiges Sá Pereira e do advogado Eustáquio de Macedo França.

Chamou-se o sodalício do "Grêmio Cívico Literário e Artístico Tobias Barreto" e era seu presidente Félix de Macedo França, conhecido como Félix Escrivão.

Durante sua curta existência, que não passou de segundo ano, desenvolveu o Grêmio variada atividade. Pro-

moveu conferências literárias, juris históricos e instituiu uma biblioteca pública, a primeira do lugar, e cultivou o teatro.

Dissolvido o "Grêmio Tobias Barreto", só dez anos depois se registraria na vida da cidade outro empreendimento dessa espécie. Esse foi a "Sociedade Lítero Dramática e Recreativa 3 de maio", que se fundou em 1913.

Como se vê na sua própria denominação, propunha-se a "3 de maio", objetivos muito variados, mas a verdade é que apenas o teatro constituiu sua atividade normal, durante os sete anos do seu funcionamento, pois a sociedade só existiu até 1920.

LIVROS BARREIRENSES

Foi no ano de 1896 que se instalou em Barreiros a primeira tipografia, destinada a imprimir um jornal — "O Futuro", mas, como o jornal durou muito pouco, a mesma coisa aconteceu com o prelo em que se imprimia.

Muitos anos se passariam antes que voltasse a haver prelo em Barreiros, o que só viria a acontecer em 1927, por iniciativa do comerciante Francisco Leocádio Nogueira. Mas nesse prelo nenhum livro se imprimiu. Vale dizer que, sob esse aspecto, jamais houve qualquer livro barreirense, mas houve alguns livros escritos em Barreiros, devendo assim ser considerados, com melhor razão, livros barreirenses.

Já foi citado o romance de Caetano de Andrade, publicado nos fins do século passado.

Um pouco depois, surgia um outro livro barreirense, esse de autoria de Edwiges de Sá Pereira, ilustre filha da terra, que viria a ter seu nome consagrado como poetisa, escritora e jornalista conforme já foi dito. "Campesinas", se intitulou o livro da jovem poetisa, que assim publicava os seus "primeiros versos" como se esclarecia no subtítulo. Isto foi em 1901.

Em 1917, aproximadamente, apareciam outros livros escritos em Barreiros. Foram os livros de versos do médico Augusto Andrade, "Pan" e "Angústia" dos quais já se falou aqui.

Mais ou menos por essa época o juiz Municipal Dr. Severino Alves Leite, que usava o pseudônimo literário de Seve Leite, publicou em plaquete uma conferência feita em Barreiros, tendo como título "A arte de ser artista".

Além disso, há apenas a registrar, na escassa história literária de Barreiros, o livro de Júlio Bello, senhor de Queimadas, "Memórias de um Senhor de Engenho", que mereceu verdadeira consagração da crítica nacional.

JORNAIS

O primeiro jornal criado em Barreiros foi "O Futuro", que não justificou o seu nome, pois futuro foi precisamente o que não teve esse quinquênio, de que saíram, apenas, dois números saindo o primeiro a 4 de outubro de 1896.

A criação do "Futuro", que se apresentava como uma "revista literária", foi de iniciativa de Manuel Caetano de Almeida Andrade com a participação dos irmãos Eugênio e Edwiges de Sá Pereira.

Desaparecido esse periódico, muito tempo se passou sem que se tentasse criar outro jornal em Barreiros.

Em 1918, apareceu o "Caiador", jornalzinho editado pela sociedade carnavalesca que tem esse nome. Dado o seu gênero, só circulava uma vez por ano, no primeiro dia de carnaval.

Jornal impresso só voltaria a ser criado em Barreiros em 1927. Mas antes existiam diversos jornais manuscritos ou datilografados.

Manuscrito, mas com certa divulgação, era o jornalzinho "A TERRA", cujo primeiro número circulou em 17 de julho de 1921. Apesar de pequenino — quatro páginas de papel pautado — tinha "A TERRA" um numeroso corpo redacional e administrativo, assim constituído: diretor Ruy Bello, redator Chefe, Guilherme Jorge Paes Barreto (mais conhecido por Nino Jorge) secretário Dario Celso, gerente, Marcílio Dias Beltrão.

Eram todos uns adolescentes, mal saídos da escola primária, mas de uma escola primária que fornecia aos

seus alunos uma sólida base de instrução. Pelo menos as técnicas de ler, aprender e contar ali se aprendiam e, via de regra, se aprendiam muito bem, habilitando seus alunos, inclusive, para o culto das letras.

Outro jornal impresso a circular em Barreiros foi "O Imparcial" cujo primeiro número saiu em 27 de janeiro de 1927. Era semanário e tinha como redatores o advogado Renato Faelante da Câmara e o professor público Napoleão Cunha. Teve a iniciativa da criação desse jornal o comerciante Francisco Leocádio Nogueira, que adquiriu para o mesmo uma pequena oficina tipográfica.

Durou apenas 10 meses "O Imparcial", suspendendo-se sua publicação em 27 de novembro do mesmo ano de 1927.

Entre 1 de maio de 1928 a 25 de dezembro de 1932 circulou na cidade o "Barreiros-Jornal", o periódico de mais longa vida entre os que existiram em Barreiros. O seu fundador foi o comerciante Olímpio Afonso de Melo. Redatores do jornal eram o Tenente Urbano dos Santos, delegado de polícia, o professor público Francisco Noronha e Ruy Bello, sendo muitos os seus colaboradores, entre os quais se contava o senhor de engenho Júlio Bello.

Ao despedir-se do público, em seu último número, alegava o "Barreiros-Jornal" que o motivo principal do seu desaparecimento fora haver o Prefeito retirado a subvenção que lhe dava no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis, equivalente a cinco centavos hoje).

Em 1929, Alfredo Bello e Osmário Teles fundam o "Itapiribu" que tirou seu nome de um riacho que corre em Barreiros. Imprimia-se na tipografia Nogueira, a mesma do "Imparcial" e do "Barreiros-Jornal". Saíram apenas quatro números desse semanário.

Em 1939, surgiu em Barreiros um outro periódico com o mesmo título do jornalzinho manuscrito que ali circulava, "A TERRA". A iniciativa se deveu ao industrial Jaime Coimbra, sendo diretor da folha o secretário da Prefeitura Valdemar Bello. Entre os colaboradores da "A TERRA" contavam-se Júlio Bello, Renato Faelante, Seve

Lette, Ruy Bello, Décio França, Gilberto Guaraná e outros. Durou esse semanário perto de dois anos, chegando sua publicação, iniciada em 4 de abril do ano citado, até o número 10. "A TERRA" tinha muito boa feição gráfica, sendo impresso nas oficinas da "Tribuna", no Recife.

Em 1947, Edson Régis o talentoso poeta e intelectual pernambucano, que sucumbiu em um atentado terrorista no Aeroporto dos Guararapes e que naquele ano de 1947, era o Prefeito de Barreiros, criou ali a "Folha da Cidade". Era semanário e apareceu no dia 10 de abril daquele ano. Não passou de 20 números.

Outra tentativa malograda de se estabelecer Jornal em Barreiros verificou-se em 1949, com a criação da "A Imprensa", semanário que circulou pela primeira vez no dia 22 de outubro desse ano. Tinha numerosos colaboradores, entre os quais o professor Antonino de Macedo, que era o diretor. Décio França, Noly Carvalho o promotor público Epaminondas de Albuquerque, José Alípio, Zesa Rocha, Ruy Bello, Otávio Pereira da Silva, Mustavá Salomão, o advogado Leonino Correia, Hilton Costa e outros.

AS BELAS ARTES

Muito pouco se cultivaram as belas artes em Barreiros, principalmente as artes plásticas. Pintores quase não existiram ali. Apenas uma vez ou outra se manifestavam algumas vocações para a pintura, mas vocações fracassadas por falta de estímulo e de escolas em que se desse a formação específica. Francisco Quinhentos, por exemplo, um homem muito simples, mostrava suas habilidades naturais para a pintura encarregando-se de pintar os cenários de todo espetáculo teatral que se encenasse em Barreiros.

Igual habilidade demonstrava o jovem Orlando de Oliveira, que também não teve oportunidades para desenvolver sua vocação.

Uma arte que sempre se cultivou, antigamente em Barreiros foi o teatro.

Na última década do século passado começou o teatro a ser cultivado em Barreiros, como um departamento

do Grêmio Cívico, Literário e Artístico Tobias Barreto, como já foi dito. Dirigia os espetáculos o médico prático Antônio dos Santos Pinheiro. O gênero teatral predominante era o dramático, sendo algumas das peças encenadas de autoria do próprio diretor.

Mais tarde, em 1913 quando não mais existia o Grêmio Tobias Barreto, fundou-se em Barreiros a "Sociedade Litero Dramática e Recreativa 3 de Maio", a que já se aludiu, cuja atividade predominante era o teatro.

Dirigia o departamento teatral da "3 de Maio" Manuel Narciso de Verçosa, Miné, que era também autor e ator.

O gênero principalmente cultivado era o dramático um pouco temperado pelo cômico, pois os distúrbios emocionais causados pelas terríveis situações do entrecho dos dramalhões, tão em voga, naquele tempo, precisava ser compensado pela ação de uma peça leve e jocosa. Por isso, cada espetáculo se compunha, invariavelmente, de um drama, em três, quatro e até cinco atos, e mais uma comédia em um ato.

Os espetáculos da "3 de Maio" eram mensais e gratuitos, permitindo-se a entrada de todas as pessoas "decentemente trajadas".

Do corpo cênico da "3 de Maio" faziam parte, entre outros, Manuel Narciso de Verçosa (Miné) que era o diretor do grupo e ensaiador, Cícero Olímpio, José de Freitas Vasconcelos (Juca Freitas), Valdemar Bello, Silvino Braga e seu filho Orestes, Adolfo Rocha, Manuel Paulino, Manuel Pimentel, os irmãos Chico e João Quinhentos, e outros. Era só de homens o corpo cênico efetivo da "3 de Maio", pois, naquele tempo, o teatro era considerado uma atividade imprópria para as mulheres de família. Por isso, para as suas representações, a sociedade levava do Recife atrizes profissionais, que, chegando nas vésperas do espetáculo, para os últimos ensaios — os outros ensaios se faziam com homens nos papéis femininos — completavam o elenco das peças.

* * *

Os últimos tempos da "3 de Maio" já na década de 20 foram um tanto tumultuosos. Aconteceu que o médico e

homem de letras dr. Augusto Andrade resolveu escrever uma revista de costumes, gênero teatral muito em voga naquela época, para ser encenada pelos atores daquele grupo. Chamava-se a revista "Tamancos sem Meias", numa alusão ao tipo de calçado muito usado na cidade, principalmente no inverno, como o mais adequado para vencer o lamaçal das ruas sem calçamento nem galeria de águas. Na sua revista, incluiu o dr. Andrade diversas figuras das mais prestigiosas da cidade, principalmente, autoridades, como o prefeito João Marinho e o delegado de Polícia Cincinato da Rocha Cavalcante e outros. Como inevitavelmente acontecia no teatro desse gênero, as pessoas eram apresentadas de modo caricatural e em torno delas se teciam sátiras e críticas, algumas vezes bastante contundentes. Julgando-se ofendidas pelas sátiras do dr. Andrade, as autoridades mandaram proibir o espetáculo, às vésperas de sua encenação. Não se conformando com isso, o médico botou a boca no mundo, protestando por todos os meios contra aquela arbitrária medida. Telegrafou às autoridades do Estado e, não sendo atendido, apelou para o Ministro da Justiça. Criou-se, assim na cidade um clima polêmico e, mais de que isso, turbulento, em torno do caso. Dividiram-se as opiniões, isto é, dividiram-se mal, pois a maior parte delas estava a favor do dr. Andrade e da revista, enquanto só os elementos políticos ligados mais de perto à situação dominante ficaram do lado das autoridades.

Não recebendo qualquer garantia do governo, resolveu o dr. Andrade recorrer à Justiça. Requereu um mandado de segurança, que lhe foi concedido. Foi, então, encenada a revista, com redobrado sucesso, graças ao escândalo que suscitara.

Houve, também, em Barreiros, entre 1917 e 1921, o teatro do Círculo Católico. Funcionavam os espetáculos num palco ao lado da matriz, ficando os assistentes ao ar livre. O repertório era constituído especialmente de peças de sentido religioso.

* * *

Também a música não deixou de ser cultivada em Barreiros antigamente. Mais do que é hoje.

No princípio do século contavam-se na cidade uma meia dúzia de pianos: o da casa paroquial, o da casa do negociante Egídio Pimentel, o da casa de José Martins, também negociante, o da casa do Cel. Antônio Cavalcanti, o da casa do telegrafista Antônio Coelho e outros.

Bandas de música sempre existiram em Barreiros e geralmente muito boas. A primeira foi criada por volta de 1895 e era mantida por uma sociedade dançante que tinha o nome de "Euterpsicore". Era um bom conjunto musical, dirigido pelo escrivão Félix de Macedo França, que, entre as suas variadas habilidades, incluía a de musicista.

Desaparecida essa banda, juntamente com a sociedade que a mantinha, uma outra veio a criar-se, nos primeiros anos deste século. Foi a "Banda Musical 10 de Setembro", que teve como mestre o grande músico barreirense Virgílio de Macedo França, sobrinho de Félix Escrivão. Com a morte do mestre Virgílio, aproximadamente em 1918, a banda entrou em crise e acabou se dissolvendo.

Mais tarde, em 1919, com a instituição dos dois clubes de Carnaval, Clube dos Tanoeiros e Clube dos Caiadores, que tanta influência viriam a exercer na vida social de Barreiros, não só no domínio carnavalesco, mas em vários outros domínios, surgiram as bandas de música mantidas por esses dois clubes. Eram bandas regidas quase sempre por mestres competentes, alguns mesmo notáveis, como os regente da Banda dos Tanoeiros, maestros Epaminondas Ribeiro e Félix Lins (Felinho), e Nesinho, maestro da Banda dos Caiadores.

Funcionando como verdadeiras escolas de música, pois tinham de formar os seus próprios elementos, tiveram essas bandas a mais benéfica influência no meio artístico local.

No seu repertório se incluíam não só os dobrados e marchas, mas a música chamada clássica, em contraposição à música popular.

NOTAS

- 1) "A revolução de Pernambuco em 1817".
- 2) Apude Clóvis Bevilágua, "História das Faculdades de Direito do Recife".

CAPTULO VI

A RELIGIÃO

- O catolicismo do povo de Barreiros — A Paróquia
- Os primeiros “novas-seitas” e a hostilidade dos católicos — As Primeiras Manifestações ecumenistas — O pastor Tito, um homem de Deus — A era do espiritismo — Os cultos afro-brasileiros — O catimbó

O CATOLICISMO DO POVO DE BARREIROS

A quase totalidade da população de Barreiros professou sempre a religião católica, mas professava à sua moda, à moda brasileira, quase só por meio de novenas, procissões, terços de maio, promessas e outras devoções semelhantes.

Nas classes mais altas, praticava-se, geralmente, um Catolicismo tipicamente burguês, individualista, sentimental e muito pouco normativo ou persuasivo, do ponto de vista moral e disciplinar.

Entre o povo mais humilde, o Catolicismo, de modo geral, se mesclava de revivescências indígenas ou africanas, sob a forma de feitiçaria, curandeirismo, superstições e crendices.

A igreja só era regularmente frequentada por uma parte mínima da população, em geral, do sexo feminino, mesmo para as missas de preceito.

Entretanto, regurgitava de “fiéis” nos dias de festa, pelo Natal, pela festa da Saúde e na Semana Santa, etc.

Os sacramentos eram pouco freqüentados, exceto o batismo. Mas o batismo era, muitas vezes, mais um pretexto para o entrelaçamento das famílias amigas, pelo com-padrío, ou para a garantia de proteção e amparo ao afilhado, proteção muito mais temporal do que espiritual.

As meninas nunca deixavam de fazer sua 1ª. Comunhão, com maior ou menor solenidade, e, de modo geral, renovavam a recepção desse sacramento, pelo menos, nas grandes festas e na Semana Santa.

Já entre os homens não era comum fazer-se a 1ª. Comunhão e, quando isto acontecia, na grande maioria dos casos, jamais voltavam eles a repetir o sacramento, salvo à hora da morte, em Viático, quando Deus lhe concedia essa graça.

Mesmo quando iam à igreja, nos dias de festa ou para as missas de defunto, os homens não costumavam rezar e ficavam ali como se estivessem numa reunião social, onde não se podia falar livremente, tratar de negócios ou contar anedotas, pelo menos em voz alta.

Periodicamente, se realizavam as "Santas Missões" que produziam um notório, embora quase sempre efêmero afervoramento religioso do povo, consertando-se certas situações, que, logo mais viriam, novamente, a desconsertar-se.

As missões eram acontecimentos tão importantes que, literalmente, marcavam época. Ainda hoje, os mais velhos do lugar tomam as missões como ponto de referência cronológica, e assim se expressam: "Isso aconteceu antes da missão de frei Sebastião", ou "depois da missão de frei Celestino".

A PARÓQUIA

A paróquia de Barreiros, sob a invocação de São Miguel Arcanjo, foi criada em 1786, por ato da Mesa de Consciência e Ordem, que desmembrou o seu território da paróquia de Sirinhaém.

O primeiro vigário foi o Pe. Inácio Xavier da Costa, que solenemente instalou a nova freguesia em 1787.

Durante o paroquiato do Padre Batista Soares, em 1846, foi extinta a paróquia de Barreiros, sendo restaurada em 1849, com os mesmos limites, continuando como vigário o mesmo Pe. Soares, cujo paroquiato se encerrou em 1881, com o seu falecimento.

A matriz de Barreiros, um belo templo em estilo barroco, lamentavelmente descaracterizado por uma reforma sofrida em 1913, foi construída por iniciativa do vigário João Batista Soares. A 1ª. pedra foi lançada em 1849, mas não foi possível apurar-se a data da conclusão da igreja.

Durante muitos anos, bem ou mal praticado, foi o catolicismo, praticamente, a única religião dos barreirenses. Mesmo porque não havia da parte do povo a mínima tolerância para qualquer outra crença, e disso dão conta diversos episódios em que se manifesta até mesmo sob forma mais ou menos violenta, a hostilidade dos barreirenses contra qualquer religião que não fosse a sua.

OS PRIMEIROS "NOVAS-SEITAS" E A HOSTILIDADE DOS CATÓLICOS

No ano de 1916, aproximadamente, apareceu na cidade um protestante ou "nova-seita" como era chamado. Era um humilde consertador de guarda-chuvas, que se identificava pela sua maleta de ferramentas e a bíblia debaixo do braço.

Morava no Abreu de Una e vinha sempre a Barreiros a procura de trabalho.

Era um homem inofensivo, que não hostilizava ninguém, talvez até bom cristão, dentro da perspectiva em que se colocava.

Mas era protestante e naturalmente não deixava de fazer o seu proselitismo e, por isso, suscitava a mais violenta hostilidade do povo, principalmente das crianças, que corriam o homem aos apupos, aos gritos de "herege", "frei bode", "nova-seita" e assim por diante.

vivendo-se no clima espiritual do Concílio Vaticano II, têm-se dificuldade em compreender e explicar atitudes como essas.

Para isso será preciso ter em conta o espírito de partidarismo muito vivo e atuante na mentalidade do povo desta região.

Este nosso povo nunca fica indiferente ou neutro quando se depara com qualquer antagonismo, em religião, em política, e em tudo mais. Toma sempre atitude e nessa atitude está, em geral, sempre pronto a ir aos extremos.

Acontecia, também, que, via de regra, o proselitismo protestante se fazia sempre de maneira um tanto agressiva, investindo sem qualquer contemplação contra a crença católica, principalmente contra aquilo que é mais caro ao sentimento religioso de nossa gente mais humilde: o culto a Maria Santíssima.

Dai os inevitáveis conflitos, as guerrilhas de religião que não era só em Barreiros que se manifestavam. Noutros lugares do interior do Estado e em épocas que não vão muito longe, a mesma coisa ocorria, havendo mesmo casos de expulsão de pastores e adeptos de sua seita, por vezes, às caladas da noite e de maneira muito pouco caridosa.

Essa intolerância religiosa, diga-se de passagem, não que tanto trabalho davam às autoridades policiais do interior, quando essas autoridades julgavam de sua alçada intervir no barulho, e nem sempre acontecia.

PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DE UMA ATITUDE ECUMENISTA

Por fim, quando já se começava a caminhar para a mentalidade ecumenista que o Concílio tanto viria enfatizar, essa hostilidade entre católicos e protestantes começou a abrandar-se e, de uns tempos para cá os "crentes" passaram a praticar livremente a sua religião, em Barreiros, sem provocar qualquer reação de intolerância.

Houve, assim, de uma parte e de outra uma fundamental mudança de mentalidade e de atitudes: dos protes-

tantes que abandonaram os antigos métodos de agressividade em suas pregações, e dos católicos que, embora não vissem ainda nos outros cristãos os "irmãos separados", mas simplesmente os "hereges", passaram, não obstante, a ser mais indulgentes e compreensivos diante deles.

O primeiro ou, pelo menos, um dos primeiros pastores protestantes imbuídos dessa nova mentalidade e, por isso, vivendo tranqüilamente em Barreiros e tranqüilamente praticando e tentando propagar sua religião, foi o pastor Tito — José Fortunato Tito de Lima.

Era o pastor Tito um homem muito bom, cordato, sincero na sua crença, vivendo em paz com todo mundo, sem hostilizar ninguém e sem ser por ninguém hostilizado.

Marceneiro de profissão, tinha "seu Tito" a maior parte de sua freguesia entre os católicos, com os quais convivia em perfeita cordialidade.

Depois, muitas igrejas protestantes se instalaram em Barreiros, sendo, hoje, relativamente considerável o número de "crentes" que divididos por diversas denominações, praticam ali, livremente, a sua religião, sem atritos nem hostilidade.

A ÉRA DO ESPIRITISMO

O espiritismo nunca teve muitos adeptos em Barreiros, salvo numa certa época em que as práticas *kardecistas* estiveram muito em voga ali.

Foi entre 1916 e 1919, quando residiu na cidade o capitão Armando, chefiando o serviço de recrutamento militar.

Esse capitão e toda a sua família eram fervorosos espiritas e desenvolviam um intenso proselitismo de sua crença. Em conseqüência, as práticas espiritistas tiveram grande incremento, e as sessões mediúnicas se tornaram uma quase mania coletiva.

Aconteceu, porém, que o capitão Armando se mudou de Barreiros, pouco tempo depois, e todo aquele fervor, que

não se baseava em nenhuma convicção doutrinária, cedo se dissipou.

Houve, em Barreiros, um espírita ilustre, perfeitamente convicto de sua crença, versado na doutrina, que professava com toda sinceridade. Foi o dr. Otávio Bandeira de Lima Coutinho, que exerceu a função de Promotor Público da Comarca, de 1915 a 1925, aproximadamente.

Isento de qualquer fanatismo ou intolerância, o dr. Otávio Coutinho jamais permitiu que suas convicções filosóficas ou religiosas interferissem nas relações de amizade que sempre manteve com todo mundo, pois era um homem muito amável e com um grande senso de sociabilidade.

OS CULTOS AFRO-BRASILEIROS

Também os cultos afro-brasileiros — macumba, xangô, candomblé — nunca foram muito praticados em Barreiros, pelo menos nos seus tempos históricos. Não se guarda ali memória de nenhum terreiro de xangô ou coisa desse gênero.

O CATIMBÓ

A existência na cidade de Barreiros de uma rua chamada de Rua do Catimbó, leva a crer que naquele local se praticou, não se sabe quando, esse culto, uma espécie de magia branca, de origem européia, certamente mesclada com influências indígenas ou africanas. Mas nada se sabe de positivo a respeito.

Em seu recente livro "Um tempo de Memória", Alcindo Pedrosa, (1) que passou grande parte de sua infância em Barreiros, sendo filho do Juiz de Direito da Comarca Dr. Olímpio Bonald, fornece a respeito dessa rua do "Caximbó" certas informações que talvez favoreçam a hipótese de que ali se praticou antigamente uma espécie de culto religioso identificado por esse nome.

Diz o memorialista que os habitantes dessa rua eram todos negros, descendentes de escravos e que os meninos eram proibidos de passar por ali, certamente por algum motivo ligado, a sortilégio ou bruxarias.

KARDECISTA — Partidário de Alan Kardek, um dos sistematizadores do espiritismo.

EFÊMERO — Passageiro, de pouca duração.

ECUMENISTA — Relativo a ecumênico, universal.

NOTAS

D) Op. cit. Olinda, 1982. Pág. 72.

VOCABULÁRIO

KARDECISTA — Partidário de Alan Kardek, um dos sistematizadores do espiritismo.

EFEMERO — Passageiro, de pouca duração.

ECUMENISTA — Relativo a ecumênico, universal.

NOTAS

D Op. cit. Olinda, 1982. Pág. 72.

CAPÍTULO VII

AS FESTAS

A festa da Saúde — O São João — O Natal —
A Semana Santa — O Carnaval

A FESTA DA SAÚDE

A rotina da vida de nossos lugares do interior, antigamente, era quebrada apenas pelos dias de festa.

Além das chamadas “quatro festas do ano”, Natal, carnaval, Páscoa ou Semana Santa e São João, havia ainda a festa do Santo Padroeiro do lugar.

Em Barreiros, na vila, e, depois, na cidade, e nos povoados do arredor, além dessas “quatro festas do ano”, celebra-se em cada lugar a festa do Santo Padroeiro: São José, em São José da Coroa Grande, São Sebastião na Várzea do Una e outras.

O padroeiro da paróquia de Barreiros sempre foi São Miguel, mas o seu culto nunca foi tão festivo e popular como o de N. S^a. da Saúde.

A festa da Saúde foi, antigamente e durante muitos anos, o maior acontecimento, não só religioso, como, também, social da cidade.

Desde o início das novenas, começava a afluir ao lugar a multidão dos devotos, vinda dos engenhos, das vilas e povoados, — São José da Coroa Grande, Abreu, Várzea do Una, São Gonçalo, Muitas Cabras, Barreiros Velho — e até

das cidades mais próximas, como Maragogi, nas Alagoas, Rio Formoso, Agua Preta e Palmares.

No dia da festa, ficava a cidade inteiramente cheia de festeiros. O colorido das roupas domingueiras dos devotos e principalmente das devotas, as ruas embandeiradas, em arco, as barcaças ancoradas no porto do mercado, o espocar dos foguetes, o bimbalar no sino, as ressonâncias das marchas e dobrados que as bandadas não cessavam de tocar desde o começo do dia, rompendo a alvorada, tudo isso espalhava por toda parte esse doce e indefinível ar de festa que, em ocasiões semelhantes, ainda pode ser surpreendido em alguns lugares mais modestos do interior.

De noite, o largo da matriz era todo iluminado por candeieiros de querosene, feitos de toros de bambu e a fachada da igreja com pequenas lanternas de velas.

Por dentro, ostentava a matriz vistosa ornamentação, "estilo romano", o que era uma especialidade da Casa Galo Preto, do Recife, com arcadas de flores artificiais e ricas colchas de damasco nas tribunas e nos púlpitos.

A parte mais importante da festa era a missa solene das dez horas.

A matriz mal podia conter a multidão dos devotos que ali acorria.

Os homens compareciam com seus melhores ternos de casimira ou de brim branco, os da "guarda nacional" ostentando seus vistosos uniformes.

As senhoras mais importantes usavam até chapéu e luvas.

O ponto alto da solenidade era o sermão, sempre "a cargo de reputado orador sacro", como se dizia nas folhas. Oradores, efetivamente reputados, frei Gaudioso, frei Serafim, de Itapissuma, capuchinhos da Penha. Frei Matias Teves, Cônego Jonas Taurino, Padre Félix Barreto e outros.

No coro, funcionava a "Scola cantorum" de Joviniano Maceió, vinda do Recife, ou a de Ângelo Pimentel, faroleiro

de Tamandaré. Cantavam-se intermináveis missas de Lilioso, de Batman, de Foschini, etc., missa e sermão se prolongando por duas horas e mais.

A tarde, saía a procissão, que tinha como nota de especial importância a presença da Guarda Nacional, que compunha a guarda de honra do andor de Nossa Senhora.

Viam-se assim, em torno do andor, formalizados, garbosos, de espada nua ao ombro, as mais altas patentes da lúida corporação, como o Coronel Joaquim Ferrão Castelo Branco, senhor de engenho Cocal, o Major Euclides Celso da Silva, advogado, o Major Estêvão Buarque, comerciante, o Coronel Lourenço Justiniano de Verçosa, senhor de "São Pedro" o Capitão Agostinho José da Costa, Senhor de "Passagem-Velha" o alferes Olímpio Teodoro da Silva, alto negociante, os tenentes Amaro Portela, Joaquim Paulino e muitos outros.

A noite, com o "Te Deum" e o arriamento da Bandeira, se encerrava a parte religiosa da festa, enquanto os balões de Justino Tamanqueiro e os fogos de vista de Chiquinho Fogueteiro davam começo aos festejos externos, com as barracas de prenda, os pastorís, os fandangos, bumba-meu-boi, os carrosséis, prolongando-se essas funções pela noite adentro, para alegria de todos, principalmente das crianças e do povo mais humilde, que encontravam nessas funções os seus momentos de felicidade.

O SÃO JOÃO EM BARREIROS

A festa de São João não tinha, em Barreiros, nenhuma característica especial: era o São João matuto e nordestino, em toda a sua singela autenticidade, sem o artificialismo degradante de hoje.

As fogueiras, que, antes do calçamento e da luz elétrica, se faziam diante de cada residência, os fogos de artifício os busca-pés de limalha, as bombas, os balões, os disparates, os livros de sorte, as adivinhações, as comidas da época — canjica, pamonha, milho assado, bolo de pé-de-moleque — as danças populares, não a quadrilha que nunca foi dança popular no Brasil, mas o coco, as rodas, os xotes, as valsinhas, tudo ao som da harmônica e do batoque,

eis o São João, como era festejado em Barreiros, antigamente.

Em Barreiros, como por todo o interior nordestino. Apenas não se viam ali os bacamarteiros, mais comuns nas festas do sertão e do agreste.

Em lugar disso, havia as ronqueiras: espécie de obus, constando de um pequeno cano de cerca de meia polegada de diâmetro e um palmo de longo, fortemente atado a um cepo, o qual se enchia de pólvora até a boca e se detonava por meio de um estopim. O estrondo da detonação era medonho, dando a impressão de fazer tremer a terra em torno e ecoando a uma distância de léguas.

Com o andar dos tempos, os lugares passaram a urbanizar-se. Veio o progresso, com o calçamento das ruas e a luz elétrica, e vieram as posturas municipais proibindo as fogueiras, os fogos e os balões, posturas que, embora comumente desrespeitadas, determinaram o arrefecimento de São João barreirense.

Mais tarde, com a criação dos clubes sociais, na cidade, a festa passou do ambiente familiar, que era o seu ambiente próprio, para a sede dos clubes.

Veio, então, a sofisticação das quadrilhas e dos casamentos matutos, das "fogueiras" simuladas, com luz elétrica e papel celofane, ridículas caricaturas de uma festa tão caracteristicamente popular e nordestina, como era o nosso São João.

O NATAL

Também o Natal não tinha, em Barreiros, qualquer peculiaridade de monta: era a mesma festa meio religiosa e meio profana, mais sentimental do que propriamente litúrgica, tal como se celebrava e ainda hoje, por vezes, se celebra, pelo interior de Pernambuco e do Nordeste.

Era "a festa", por excelência, a festa pela qual todo mundo esperava o ano inteiro e para a qual todo mundo se preparava, os mais pobres amealhando suas economias para "a roupa da festa", "os sapatos da festa", pois nin-

guém podia compreender um Natal sem roupa nova, sem sapatos novos e sem um dinheirinho para as barracas de prendas e os carrosséis.

Desde o dia 20 de dezembro, começava a chegar à sede do Município, a gente do campo, principalmente as famílias dos senhores de engenho que tinham casa na rua. Vinham em seus cabriolés ou carros de bois, com suas toldas, vistosamente ornadas de colchas coloridas, espalhando por toda parte o seu canto de prima e de bordão, como um alvissareiro anúncio de que "a festa" estava às portas.

A meia-noite do dia 24, era a Missa do Galo, celebrada ao ar livre, à porta da matriz.

Depois, se exhibia a lapinha que se venerava até o dia de Réis, quando era queimada, com o ingênuo e piedoso ritual consagrado por uma tradição de muitos anos.

Enquanto se ateava fogo às palhas do presépio, o coro das pastorinhas ou mesmo o povo entoava uma enternecida e melancólica cantiga, cujos versos falavam assim:

A nossa lapinha
Já vai se queimar
E nós pastorinhas
Já vamos chorar

Que dores eu sinto
Em meu coração
Por ver a lapinha
Tornar-se em carvão

A árvore de Natal não era conhecida em Barreiros de antigamente. Muito menos o Papai Noel. Também não havia o costume de se trocarem presentes, a não ser em casos muito raros.

A SEMANA SANTA

A "Semana Santa" não o Domingo de Páscoa, como seria natural, mas a semana inteira, era, de certo modo, também, uma festa, em Barreiros, embora, em certos momentos, revestida de tons lutuosos e plangentes.

Mas isso era incidental. O sentido dominante das comemorações dessa época era mesmo festivo. Até a Sexta-Feira da Paixão, um dia considerado o mais santo do ano, dia em que ninguém fazia coisa alguma, nem mesmo tomar banho, o único dia em que o trem não corria, não deixava de ser um dia de festa. Reuniam-se os membros da família, incluindo os parentes mais próximos, para o almoço do "jejum", opíparas refeições mais próximas, para o dantes pratos próprios da ocasião, constituídas de abundantes pratos próprios da ocasião, peixada, bacalhoda, quibebes, etc., e durante o ágape reinava contentamento e alegria, tudo muito, contrário ao espírito de penitência próprio da Semana Santa.

As três horas da tarde, todo mundo se recolhia numa oração coletiva, comemorando o instante da morte de Cristo. Depois, era a procissão do Senhor Morto, a que ninguém faltava e ao que se seguia a veneração da imagem até meia-noite, quando se rompia a aleluia, com repiques de sino, foguetes e música. Em muitas casas de família, a festa continuava pela noite adentro, com ceias, toque de piano, de violão ou de sanfona.

Durante essa noite da Sexta-Feira da Paixão para o sábado de aleluia é que se serravam os velhos. Bandos de gaiatos postavam-se diante da casa das pessoas velhas, com serrotes, sinetas, zabumbas e outros instrumentos de percussão e, no meio do alarido "serravam" o dono ou a dona da casa, simbolizado num pedaço de tábua, sobre o qual se aplicava o serrote.

Geralmente, a reação da vítima de tão impiedosa brincadeira era de cólera violenta, que se expandia em doestos e pragas, quando não em pancadaria e pedradas.

No outro dia, sábado de aleluia, os "judas" — grandes bonecos de pano, simbolizando o apóstolo traidor — apareciam nas portas de algumas casas, com seus "testamentos" no bolso, testamentos que eram comumente uma galhofa em que se envolviam principalmente o dono da casa e os outros membros da família.

O CARNAVAL

O carnaval foi, durante largos anos, a maior festa do povo barreirense.

O entrudo, entrudo brabo, de farinha de trigo, água mel e até banho forçado no Carimã, dominava todo o lugar e não poupava ninguém.

Havia, também, um entrudo mais leve, mais delicado o das limas de cheiro — esferas de cera, cheias de água colorida e perfumada que se quebravam contra as pessoas por elas alvejadas, — das bisnagas, com que se seringavam os foliões com água perfumada, e, em época mais recente, os confetes, as serpentinas, os jetones e o lança-perfume.

Antes dos numerosos clubes carnavalescos que existem em Barreiros, faziam o carnaval dali os maracatus, os sambas-de-matuto, os fandangos e as cavalhadas. Esses dois últimos folguedos, embora se praticassem comumente pelo carnaval, não eram, propriamente, funções carnavalescas.

* * *

Os maracatus de Barreiros eram mais ou menos semelhantes aos que ainda hoje se exibem no carnaval do Recife, apenas, mais singelos e, por isso, mais autênticos.

Sendo uma dança de origem africana, tinha seus melhores intérpretes nos escravos vindos da África e seus descendentes, pois em Barreiros, o maracatu foi sempre uma dança de negros.

A *indumentária* dos figurantes era, em geral, muito simples, reproduzindo a indumentária nativa dos pretos, apenas com um pouco mais de ornamentos.

As toadas que se cantavam eram quase inteiramente africanas, não só na música, como até nas letras, em que se usava uma linguagem que tinha muito pouco do português. Os instrumentos usados eram todos de percussão e em número muito reduzido, três a quatro instrumentos, não mais.

Nos fins do século passado, existiam na cidade de Barreiros dois maracatus que se tornaram famosos, ao longo de muitos anos de ininterrupta exibição: o maracatu de Manuel Cutá, que tinha sede na Estrada Nova, e o de Antônio

Caju, do Barro Vermelho. Havia outros maracatus no Abreu
e em São José da Coroa Grande.

* * *

Os sambas-de-matuto, que se exibiam no antigo carnaval de Barreiros, não tinham nada com as tão sofisticadas e a seu tanto ridículas escolas-de-samba, que estão sendo atualmente importadas do Rio de Janeiro para Pernambuco, com seus figurantes vestidos de réis, de príncipes, de damas nobres e outras extravagâncias dessa espécie.

Os sambas-de-matuto, tais como se viam em Barreiros, eram formados por grupos de dançarinos e dançarinas, que eram também cantores presididos pelo mestre de samba ou tirador, porque lhe competia tirar o canto, improvisando os versos, conforme a circunstância, ora como uma louvação aos donos da casa que visitavam ou a pessoa importante do lugar, ora glosando algum acontecimento da vida local. Em Barreiros ainda hoje perdura a fama de um dos mais exímios tiradores de samba que passaram por ali, o Mestre Carnaubá. Era um autêntico poeta popular, com um admirável dom de improvisação.

Ficou célebre a louvação que, no carnaval de 1922, ele produziu em honra do Padre Júlio de Siqueira, o santo vigário de Barreiros, que acabava de ser removido para outra freguesia. Dizia assim a louvação de Mestre Carnaubá:

Dezembro se afindou
No primeiro de janeiro
Na estação de Barreiros
Padre Júlio se embarcou.

Antes missa celebrou,
Todos prestaro atenção
Ele apertou a mão
De home, mulhé e menino
O sacristão tocou no sino
Choraro inté os pagão.

* * *

Dos fins do século passado para o começo deste sé.

culo, começaram a aparecer os clubes, "clube de cordão", como se chamavam em Barreiros.

Compunham-se, ordinariamente, esses clubes de 20 ou 30 figurantes e mais duas balizas, uma para cada cordão, e o "Mestre" ou "Velho" que era a figura central do bando.

Não será talvez de todo injustificado admitir-se que esses clubes carnavalescos tivessem em sua origem alguma relação com as corporações de artes e ofícios, que, no Brasil subsistiram por muito tempo, depois de se extinguirem na Europa.

É o que se pode depreender, inclusive, das denominações adotadas pelos clubes: Clubes dos Tanoeiros, Clube dos Caiadores, Clube dos Caçadores, etc.

Além disso, as danças e evoluções dos clubes, como também, suas cantigas, eram inspiradas pelos trabalhos de oficinas, os figurantes manejando em suas danças os instrumentos de trabalho que cada um conduzia: o martelo e o formão dos tanoeiros, a broxa dos caiadores, o remo dos remadores, a espingarda dos caçadores, e assim por diante.

Durante muitos anos, até a extinção dos clubes de cordão em Barreiros, aí pelo ano de 1915, figuravam como velhos, do Clube dos Tanoeiros, Antônio Bento e do Clube dos Caiadores Joaquim Paulino, pessoas muito conhecidas e estimadas no lugar.

No papel de baliza, dos Tanoeiros, se sobressaía Manuel Conrado, também muito popular na cidade.

Desfilavam os clubes pelas ruas da cidade no domingo e na terça-feira de carnaval e iam, também, visitando as casas das famílias mais importantes, onde se exibiam dançando e cantando e onde eram, em geral, obsequiados com lanches de filhós, bolos e vinhos.

Foram muitos os clubes que existiram em Barreiros. No carnaval de 1917, por exemplo, exibiram-se ali os seguintes clubes: Clube dos Tanoeiros, Clube dos Caiadores, Clube dos Caçadores, Clube dos Remadores, Clube dos Radiantes

e Clube das Aranhas, este feminino, ao contrário dos outros, de que não participavam mulheres.

Desses numerosos clubes que existiram em Barreiros, dois vieram a constituir-se em sociedades sistematicamente organizadas, com estatutos, diretoria, sede própria e tudo mais, e ainda hoje, subsistem o Clube dos Caiadores e o Clube dos Tanoeiros.

A partir de 1917, começaram esses dois clubes a exhibir carros alegóricos e, de 1918 em diante, foram abolidos os cordões, passando a constituir-se exclusivamente como clubes de alegoria.

Durante muitos anos, Tanoeiros e Caiadores, que mantinham entre si ferrenha rivalidade, se exhibiram no carnaval de Barreiros que, até por volta de 1930, tinha a fama de ser o melhor carnaval do interior do Estado. Artistas famosos, como Mário Nunes e Virgílio de Sá, eram os armadores dos carros que constituíam o imponente cortejo daqueles clubes.

A tal ponto se acirrou a rivalidade entre os dois clubes que os dias de carnaval se transformaram em dias de guerra fria, com a pesada expectativa de choques violentos e atritos bélicos entre as duas facções. O partidarismo espalhava malquerenças permanentes e dividia até membros da mesma família.

A partir de 1930, o carnaval de Barreiros foi se tornando decadente e os antigos clubes, inclusive o dos Tanoeiros e o dos Caiadores, vieram a suspender sua exibição.

Hoje, esses dois clubes continuam a existir e a exercer grande influência na vida da cidade, mas são apenas clubes sociais, participando do carnaval, apenas com os grandes bailes que promovem por essa ocasião.

VOCABULÁRIO

INDUMENTÁRIA — Vestimenta ou o que se refira a vestimenta.

EXÍMIOS — Peritos, capazes.

CAPÍTULO VII

A POLÍTICA

-- Barreiros, teatro de muitas guerras -- Liberais e Conservadores -- Novos partidos políticos e novos líderes -- A Campanha de 1911 -- De 1911 a 1930. A revolução de 1930.

BARREIROS, TEATRO DE MUITAS GUERRAS

As guerras, em geral, não deixam de ser um fato político, desde que são sempre causadas por motivos ou interesses de natureza política.

Deve ser notado que o termo guerra é aqui empregado para se designar qualquer luta armada, mesmo uma revolução, uma revolta ou um simples combate.

Nesse sentido é que se pode dizer que Barreiros foi teatro de muitas guerras.

O primeiro e o mais importante movimento guerreiro a se estender às terras em que se formaria o município de Barreiros foi a guerra contra os holandeses, a qual ficou na história com o glorioso nome de Insurreição Pernambucana.

Existia na Holanda, nos começos do século XVII, uma poderosa empresa comercial que se denominava Companhia das Índias Ocidentais.

Por duas vezes tentou essa Companhia apoderar-se do solo brasileiro.

A primeira tentativa foi em 1624 e se dirigiu à Bahia, capital do Brasil, naquele tempo. Mas essa tentativa de invasão foi repelida pelos brasileiros que, depois de um (1) ano de luta, expulsaram os intrusos.

Em 1630, nova invasão tentaram os holandeses, tendo como alvo Pernambuco.

O governador Matias de Albuquerque procurou resistir mas teve de submeter-se diante da grande superioridade de forças dos invasores, que acabaram firmando o seu domínio, não só em Pernambuco, como numa grande área da região litorânea que partia do Maranhão e ia até o rio São Francisco.

Em 1645, irrompeu a "Insurreição Pernambucana" tendo como chefes João Fernandes Vieira, português, rico proprietário de terra, André Vidal de Negreiros, o índio Felipe Camarão e o preto Henrique Dias.

Depois de nove (9) anos de lutas renhidas, capitularam os invasores e deixaram as terras que tentaram usurpar.

Durante a guerra muitas batalhas assinalaram o heroísmo dos brasileiros. A História regista com especial relevo a batalha do Monte das Tabocas e as duas batalhas dos Guararapes.

Mas também em terras barreirenses houve, pelo menos, duas grandes batalhas nessa guerra de libertação.

* * *

Da primeira dessas batalhas se tem notícia pelo livro de Frei Manuel Calado "O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade", livro que se considera como um dos mais fidedignos relatos da guerra holandesa, no dia-a-dia de seu desenvolvimento.

Eis o que ensina esse historiador sobre o assunto.

O tenente-general das forças de combate aos holandeses Manoel Dias de Andrade, com o fim de impedir o mo-

vimento de tropas holandesas na direção do Sul, entrinchei-
rou-se no local á margem do rio Una, que, ali, podia ser atra-
vessado a vau. Era, por isso, aquele local da maior impor-
tância estratégica pois só por ali podiam transitar as tropas
holandesas.

Não tardou o acampamento de Manuel Dias de An-
drade em ser atacado pelas forças holandesas, comandadas
pelo Governador das armas Sigismundo Vandsoph e o mes-
tre de campo Artixof.

Compunham a tropa dos inimigos dois mil (2000) ho-
mens de guerra além de muitos índios Potiguares e Tapuias,
armados de arco e flecha.

Apesar de serem os atacantes muito superiores em ho-
mens e armas, resistiram os soldados de Manuel Dias, obri-
gando os holandeses a se retirarem e abrigar-se na igreja
de São Gonçalo do Una, distante do acampamento dos bra-
sileiros "cerca de dois tiros de mosquete".

Certo de que seria impossível continuar resistindo a
tão poderosos inimigos, usou Manuel Dias de um engenhoso
estratagema contra eles.

Eis como frei Manuel Calado descreve esse episódio
da guerra: "Mandou Manuel Dias de Andrade a todos mo-
radores daquele distrito, que se ajuntasse com suas mulhe-
res, filhos e escravos, e escravas, e cavalgadas, e gado, de-
tras de um mato à sua estância, e mandou-lhe quatro tam-
bores, e mandou que viessem saindo do mato, dando mos-
tras de si, com paus às costas, em um descampado, que po-
dia ser bem visto por o inimigo, e que logo viessem marchan-
do para o vale, e isto fizessem três, ou quatro vezes ao som
de caixa: Vendo pois o inimigo tão grande tropa, pareceu-
lhe que todo o peso da nossa gente vinha em seu socorro,
e logo se foi retirando com muita pressa para Sirinhaém,
solicitando Manuel Dias de Andrade com os seus trezentos sol-
dados gozando da vitória alcançada por os merecimentos do
glorioso São Gonçalo, pois foi junto da sua Igreja aonde
resplandece com muitos milagres, do que ele obrigado, e
reconhecido, lhe foi a dar as graças no seguinte dia, e reco-
nheceu a imagem do Santo, que o inimigo havia quebrado, e
a tornou a por no altar" (1).

Evidentemente, essa história se apresenta um tanto fantasiosa, mas não pode deixar de merecer crédito dada a autoridade daquele que a conta. Frei Manuel Calado era professor e tinha, por concessão pontifícia, o título de pregador apostólico.

* * *

Houve uma outra batalha da guerra holandesa em solo barreirense.

Dessa vez, o ataque do inimigo se dirigiu contra a aldeia indígena de São Miguel, que deu origem à cidade de Barreiros.

No capítulo I deste livro, quando se trata da fundação da Aldeia de São Miguel de Una, já se falou deste assunto.

Não nos fornece o historiador frei Venâncio Willeks em quem nos baseamos ao tratar desta matéria maiores detalhes a respeito.

Apenas ficamos sabendo que dessa vez não nos coube a vitória no combate travado.

Comandada a pequena força de resistência pelo índio civilizado Antônio Domingos Camarão, parente do índio Poti, Filipe Camarão, um dos grandes heróis da Insurreição Pernambucana, tiveram os nossos de capitular ante a grande superioridade bélica dos atacantes, abandonando a aldeia e se refugiando no lugar Pau-Amarelo, à margem do rio Persinunga.

Enquanto isso, os invasores destruíram completamente a aldeia e incendiaram as pequenas plantações dos índios

* * *

Nos começos do século XVIII estabeleceu-se entre os habitantes de Olinda e os do Recife uma animosidade que culminou na rebelião que ficou conhecida como "A Guerra dos Mascates".

Com o domínio holandês, sendo Recife a sede do governo exercido pelo Conde Maurício de Nassau, em importância e prestígio essa cidade passou a superar Olinda, capital de Pernambuco.

Além dessa deslocação da sede do governo, outros fatores contribuíram para o irrompimento da "guerra dos mascates", especialmente o desenvolvimento social e econômico do Recife, com o seu porto de mar e o florescimento de um comércio cada dia mais próspero.

Enquanto isso, Olinda, a antiga sede do governo da capitania, ia decaindo, na proporção que sua situação econômica, baseada quase toda na agricultura da cana-de-açúcar, entrava em declínio.

Tal situação deu motivo a um crescente despeito dos habitantes de Olinda contra os do Recife, despeito que chegou ao cúmulo quando a povoação do Recife foi elevada à categoria de vila, no fim do ano de 1709. Revoltaram-se então, os olindenses e marcharam contra o Recife.

Começou, por essa forma a "guerra dos mascates", assim chamada por se dar, pejorativamente, esse nome aos negociantes do Recife, quase todos, portugueses.

A princípio, essa guerra foi, apenas local, mas cedo se irradiou pelo interior da capitania, chegando até Barreiros.

É o que informa Pereira da Costa, da maneira seguinte:

Na aldeia indígena de São Miguel do Una havia por essa época um acampamento de um Terço de Regimento de Infantaria, sob a chefia de D. Sebastião Domingos Camarão.

Aderindo ele à causa dos Mascates, foi o acampamento atacado pelas forças contrárias, que, vencendo a pequena resistência dos defensores da praça, invadiram e destruíram toda a aldeia, forçando os seus habitantes a se retirarem para o engenho Santo Amaro, em Alagoas, onde se

estabeleceram até o fim da guerra, quando voltaram a sua antiga aldeia de São Miguel do Una (2).

* * *

A guerra dos *cabanos*, ou *cabanada*, foi uma revolta irrompida, em 1832, na Zona da Mata e do Agreste de Pernambuco, com repercussão até as Alagoas.

O propósito desse movimento era a deposição do Imperador Dom Pedro II, extinguindo-se o regime regencial com a reposição no trono de D. Pedro I, que se achava em Portugal.

Movimento popular, a "cabanada" acabou degenerando em anarquismo e pilhagem, o que se deveu à arregimentação pelos chefes da revolta de escravos fugidos e de homens dos campos fanatizados pela pregação de Vicente Ferreira de Paulo, Caetano Alves, Antônio e João Timóteo.

A revolta durou três (3) anos, perdendo o seu primitivo impulso com a morte de Dom Pedro I, em 1834, sendo, logo depois, sufocada pelo governo.

Na guerra dos *cabanos* não houve combate em Barreiros. Mas não deixou de ecoar na região esse movimento.

Em 1832 atravessava terras barreirenses uma tropa dos amotinados na direção de Alagoas, fugindo da perseguição das forças do governo sob o comando do Sargento-Mor Francisco Antônio de Albuquerque Pereira dos Santos.

Não consta nenhum ato de guerra praticada nessa passagem de tropas. Mas, apenas chegados os revoltosos a Alagoas, logo começaram a devastar as terras que iam pisando, sendo uma das primeiras incursões contra o engenho Canto, de que era Senhor José Francisco Bello.

Refugiando-se o Senhor de engenho numa praia próxima, foi a sua propriedade completamente arrasada pelos *cabanos* que roubaram o açúcar estocado, devastaram a lavoura e abateram quase todo o gado.

Finda a revolta, em 1835, o Sargento-Mor Francisco Antônio, seduzido pela bela natureza do engenho Tentugal,

onde acampara em perseguição aos Cabanos, adquiriu essa propriedade onde veio morar, e onde fundou a família dos Albuquerque Bello, hoje uma das mais antigas do Município.

Foi por esse modo que a guerra dos cabanos ficou ligada à história de Barreiros.

* * *

Praieiros eram chamados os membros de um partido político que tinham sua sede na rua da Praia, no Recife, do que lhes veio o nome.

Partido de oposição extremista, atuava num momento político muito conturbado, que acabou na deflagração de um movimento armado, eclodido em Olinda, em 1848, tendo como seu principal inspirador o Capitão Pedro Ivo, que logo contou com a adesão de muitos outros políticos influentes, como Borges da Fonseca, Nunes Machado e João Inácio Ribeiro Roma.

O movimento foi sufocado em 1849.

Na revolução praieira houve um grande combate travado no próprio povoado de Barreiros.

Segundo Sebastião de Vasconcelos Galvão, ao tempo dessa revolução, Barreiros era um forte reduto dos legalistas, "havendo ali tropas de linha e de paisanos, dentro de muitas trincheiras de madeira" (3).

No dia 10 de janeiro de 1849, uma tropa de cerca de quinhentos (500) homens, sob o comando geral do Tenente-Coronel Feliciano Joaquim dos Santos, marchou contra a praça legalista. Em posições de comando dessa tropa encontravam-se o deputado Félix Peixoto de Melo, os irmãos Belisário Adolfo e Francisco Antônio, filhos do Sargento-Mor Francisco Antônio, Senhor de engenho Tentugal, o índio José Benedito, Antônio Jacinto, Manuel de Barros Cavalcante, Luiz Cezário do Rego, Miguel Alves de Lima e Sebastião Alves da Silva.

Não resistiram as forças legalistas à investida dos atacantes e, depois de muitas horas de refrega, se deram por vencidas, e a povoação foi ocupada pelos "praleiros".

Tão violento foi o combate que, segundo se conta, o chefe revolucionário Nunes Machado, tomando conhecimento de tudo, teria exclamado horrorizado: "A esse custo, é muito cara a liberdade".

Conta Júlio Bello, em suas "Memórias de um senhor de Engenho", que ouvira de um velho caboclo, testemunha da terrível carnificina, que as águas do Carimã, em cujas margens se travara a luta, ficaram vermelhas com o sangue de tantas vítimas. Acrescentava esse mesmo caboclo, ainda criança, ao tempo da guerra, que, sentindo sede, e julgando que era açúcar dissolvido que dava ao rio essa cor esquisita, avançou para tomar daquela água, recuando, porém horrorizado ao ouvir do pai, que estava com ele, esta terrível advertência: "Aquilo é sangue, meu filho".

LIBERAIS E CONSERVADORES

Desde a promulgação do Ato Adicional, como ficou sendo chamado o conjunto de dispositivos que, em 1834, em muitos pontos emendaram a nossa primeira Constituição de 1824, desde então, as forças políticas atuantes no Brasil se agruparam em dois partidos: O Partido Liberal e o Partido Conservador.

Na doutrina que professavam e no seu programa de ação, não diferiam muito esses partidos entre si, tanto que houve quem dissesse que, em política, ninguém se parecia mais com um membro do Partido Liberal do que um membro do Partido Conservador.

Na ascensão ao poder, liberais e conservadores se revezavam, conforme o arbítrio do Imperador.

Em Barreiros, era o Partido Liberal chefiado, a princípio, pelo Sargento-Mor Francisco Antônio, de quem já se falou, senhor do Engenho Tentugal. Com a sua morte veio ele a ser substituído nessa função e na função política pelo seu genro José Francisco Bello.

José Francisco Bello, que por carta patente do Imperador, de 1883, veio a ser agraciado com o título de "Major Ajudante de Ordens" era, sobretudo, um homem da lavoura, um bom agricultor, mas sem verdadeira vocação para a política.

Quanto ao Partido Conservador, era o mesmo chefiado em Barreiros pelo também senhor do engenho Antônio da Rocha de Holanda Cavalcanti, Barão de Gindai.

Chefe de numerosa família, que se espalhava por diversos engenhos da região, alguns de seus filhos eram também políticos, sendo que um deles, Francisco de Holanda Cavalcanti, viria a ocupar durante várias legislaturas uma cadeira de deputado estadual em Alagoas, nos começos deste século.

Eram os dois veteranos chefes políticos homens ponderados e pacíficos e, além dos mais, muitos amigos, o que relegava a um plano secundário sua atividade política, preocupando-se eles muito mais com suas lavouras. De modo que, salvo pequenos incidentes dos dias de eleição, a vida política em Barreiros transcorria tranquila e bonançosa.

NOVOS PARTIDOS POLÍTICOS E NOVOS LÍDERES

Com o advento da República, deixaram de atuar os partidos Conservador e Liberal, enquanto os seus componentes se arregimentavam em novas facções políticas que começavam a se organizar e novos líderes surgiam no cenário das lutas partidárias.

Um desses líderes veio a ser o bacharel Ayres de Albuquerque Bello, filho do Major Bello.

Ainda muito jovem, mal saído da Faculdade, aparece Ayres Bello na vida pública e, desde logo, toma posição contra a situação política dominante no Estado, arregimentando-se nas fileiras do Partido Autonomista, um rebento do antigo partido liberal, ao lado do seu amigo e parente José Maria de Albuquerque Melo, sob a chefia de José Mariano.

Em 1891, quando se fez a primeira eleição do regime republicano, é Ayres Bello eleito deputado estadual, con-

tando, apenas 24 anos, e logo depois ascende à Câmara Federal onde esteve apenas por alguns meses, pois nesse mesmo ano de 1891 o presidente Deodoro da Fonseca, num golpe de Estado, dissolveu o Congresso.

Voltou Ayres Bello a Barreiros e logo depois viria a substituir seu pai, o Major Bello, já velho e doente, na chefia do Partido Liberal.

Era Ayres de Albuquerque Bello um homem de convicções muito firmes. Idealista combativo e ardoroso era ainda um excelente orador público.

Um pouco depois, um outro elemento da família Bello aparece no cenário político, outro jovem bacharel, Estácio de Albuquerque Coimbra.

Sobrinho de Ayres Bello, possuía Estácio, como o tio, todas as qualidades de um verdadeiro líder e mais esta: era objetivo, realista, e tinha a ambição de sucesso, enquanto Ayres Bello, extremamente idealista e desambicioso, parecia combater mais pelo amor do combate de que pelos seus resultados.

No começo de sua vida pública, manteve-se Estácio Coimbra solidário com a velha tradição política da família, toda ela historicamente engajada nas hostes liberais, de que procediam os autonomistas de José Mariano e José Maria. No governo de Barbosa Lima, porém, rompe essa tradição e se filia ao Partido Republicano Federal, chefiado pelo Conselheiro Rosa e Silva.

Em 1894, foi Estácio eleito deputado estadual e quase ao mesmo tempo sucede ao seu tio José Nicolau na Prefeitura de Barreiros, exercendo cumulativamente os dois cargos e assumindo a chefia do Partido Republicano no Município.

Em consequência disso tudo, a vida política de Barreiros passou a gravitar em torno dos dois jovens líderes, o tio e o sobrinho, Ayres e Estácio.

A CAMPANHA DE 1911

Desde os começos do regime republicano, foi a política de Pernambuco chefiada pelo Conselheiro Rosa e Silva

que, com o seu prestígio perante os altos poderes do novo regime, mandava e desmandava na política do Estado, inclusive na escolha dos seus governadores.

Isso foi o que caracterizou a chamada *oligarquia ro-sista*.

Com o governo de Hermes da Fonseca, (1910-1914), começa a empalidecer a estrela política de Rosa e Silva, pois aos jovens militares que cercavam o novo presidente e, principalmente a Pinheiro Machado, um dos mais influentes homens públicos do momento, não era simpática a figura do velho *caudilho*, vindo da Monarquia.

Sentindo, assim, em perigo seu poderio político em Pernambuco, sobretudo em face das eleições de 1911, em que se deveria escolher o novo governador do Estado, resolve Rosa e Silva candidatar-se ele próprio a esse cargo.

Por sua vez, os oposicionistas escolhem para seu candidato o general Dantas Barreto, Ministro da Guerra de Hermes da Fonseca.

Com a renúncia do governador efetivo de Pernambuco, Herculano Bandeira e dando-se por impedido o presidente do Senado, assume o governo, na qualidade de presidente da Câmara Estadual, Estácio Coimbra, que exercia cumulativamente o mandato estadual e federal.

Instalou-se então no Estado uma das mais impetuosas campanhas políticas de toda sua história.

Em Barreiros, as forças da oposição se arregimentaram em torno de Ayres Bello e outros próceres, como o dr. João Carlos Camboim, senhor de engenho Carassu, o dr. Domingos Tenório, de Araticum, João da Rocha de Holanda Cavalcanti, de Buenos Ayres, os irmãos Francisco e Alberto Martins de Almeida, de Una, Artur e Manuel Bello, o dr. Guedes Nogueira, de Tibiri, enquanto do lado do governo estavam, entre muitos outros, Júlio Bello, de Queimadas, seu irmão Carlos Bello, promotor público da Comarca, Sebastião do Rego Barros, Juiz Municipal e Alfredo Ozório, um dos proprietários da Usina Carassu.

Não havendo imprensa local e sendo raros os jornais do Recife que circulavam na cidade, e sempre com enorme atraso, a campanha se processava principalmente por meio dos comícios que, de um lado e do outro se repetiam, na cidade, nas vilas e nos povoados. Apesar de dispor, apenas, de tão limitado recurso de propaganda, a campanha repercutia por todos os recantos do município e até a gente mais humilde dos engenhos e dos sítios foi atingida e sensibilizada, principalmente pela pregação oposicionista.

Por toda parte ressoava o "hino de guerra" da oposição, com a música da "Vassourinha", uma marchinha popular muito em voga naquela época. A letra do hino começava assim:

Rosa e Silva há vinte anos
Que nos traz acorrentados.
General Dantas Barreto
Vem salvar o nosso Estado.

Seguia-se o estribilho que era assim:

Salvai, salvai, querido general
O nosso Estado das mãos de um traidor
Vem libertar um povo escravizado
Vem semear a paz, a luz, o amor.

Nas proximidades das eleições foi mandada para Barreiros uma força do exército sob o comando de um tenente de nome Galdino. Mas esse tenente não era homem de brigas, mesmo porque não havia motivo para isso.

Mantinha-se a tropa em regime de férias, enquanto seu comandante se ocupava em fazer serenatas, mostrando sua habilidade de cantor de modinhas e tocador de violão.

Por fim, a 5 de novembro desse ano de 1911, realizaram-se as eleições e o resultado das urnas foi adverso a Dantas Barreto que obteve 19385 votos, contra 21613 dados a Rosa e Silva.

Mas, naquele tempo, não havia a justiça eleitoral, competindo ao Congresso homologar ou não o resultado da eleição reconhecendo o eleito.

Sob a esmagadora pressão do governo federal que, para isso, mobilizou as forças do exército sediadas no Recife, sob o comando do General Carlos Pinto, não foi Rosa e Silva o reconhecido, mas o seu derrotado adversário Dantas Barreto que, assim, assumiu o governo de Pernambuco

DE 1911 A 1930

No governo Dantas Barreto, a vida, política de Barreiros viria a sofrer profundas modificações.

Em novembro de 1912, apenas um ano decorrido do novo governo, morre Ayres Bello, contando apenas, 45 anos de idade. Com esse acontecimento e o ostracismo de Estácio Coimbra, que passou a viver quase sempre no Rio de Janeiro, a política local veio a ser liderada por outros chefes como o dr. João Carlos Camboim, o dr. Domingos Jacinto Tenório, do lado do Governo, e Júlio Bello, representando a oposição.

Entrementes, os velhos processos discricionários dos primeiros tempos da República que, numa certa medida, continuaram vigorando em Pernambuco durante a longa oligarquia rosista, acabaram por ser superados, pelo menos, parcialmente.

Estabeleceu-se, assim, em Barreiros, um clima político de relativa tranqüilidade, sucedendo à exaltação de antigamente uma situação de quase marasmo.

Entre governistas e oposicionistas se estabeleceu um modus-vivendi, que excluía qualquer possibilidade de briga ou atrito, mas excluía também qualquer resquício de competição eleitoral, como é da natureza dos regimes democráticos.

Descrente de qualquer possibilidade de vitória pelo voto, que não funcionava de modo algum, a oposição se acomodava passivamente à situação dominante, contentando-se com a minguada parcela de poder com que era aquinhoadada, nos acordos e cambalachos que antecediam e, na realidade, substituíam os pleitos, reduzidos a mera formalidade.

Antes da eleição, já todo mundo sabia qual o prefeito que iria ser "eleito", qual o número de sufrágio de sua van-

tagem sobre o candidato derrotado, como se sabia, também, quantos conselheiros municipais a oposição iria "eleger" e tudo o mais. Eram as famosas eleições "a bico de pena", regime que vigorava pelo Brasil inteiro, principalmente nos lugares do interior, antes da revolução de 1930 que, pelo melhoramento do sistema eleitoral, graças, sobretudo, à instituição do sigilo do voto e ao Código Eleitoral, com um órgão específico para sua aplicação.

O ostracismo de Estácio Coimbra foi apenas momentâneo. A sua grande estrela política apenas se eclipsara, mas não se extinguiu.

Com o falecimento do governador José Bezerra, abre-se a oportunidade da volta do antigo líder rosista ao cenário político e ao poder. Os partidários do governador falecido, aliados aos do ex-governador Manuel Borba e aos remanescentes rosistas, adotaram a candidatura do industrial José Henrique Carneiro da Cunha, enquanto Estácio e os seus correligionários adotam a candidatura de Lima Castro, antigo negociante, até então alheio às atividades políticas.

Desenhou-se, assim, novamente, no Estado uma outra fase de luta acesa e violenta, a qual se conseguiu em tempo, apaziguar pela interferência pacificadora do Deão Pereira Alves, do que resultou uma candidatura de conciliação, a do Juiz Sérgio Loreto.

Novamente prestigiado, volta Estácio Coimbra à Câmara Federal, assumindo depois, o Ministério da Agricultura, no Governo de Epitácio Pessoa, e atingindo a vice-presidência da República, no Governo Bernardes. Em 1926, é eleito Governador de Pernambuco, sucedendo a Sérgio Loreto.

A volta de Estácio Coimbra ao Governo do Estado em quase nada alterou a situação política de Barreiros. É que desde o início do governo Sérgio Loreto, seu prestígio na política local começara a restabelecer-se e fora crescendo gradativamente na medida em que se processava sua ascensão aos altos postos da República.

De modo que, com sua posse no governo do Estado, o domínio político de Estácio Coimbra no seu município

apenas se completara, com as providências, que sempre se tomavam nessas situações: substituição das autoridades policiais, do promotor, do Juiz de Direito, e remoção ou mesmo demissão de alguns funcionários públicos mais comprometidos com a oposição. No mais, tudo continuou como estava

A REVOLUÇÃO DE 1930

Para a sucessão do presidente da República Washington Luiz, forças políticas lideradas pelos governadores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se arregimentaram num movimento que se denominou de Aliança Libertadora, com o fim de opor aos candidatos do governo, Júlio Prestes e Vital Soares, para a presidência e vice-presidência da República, a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa.

Vitoriosa a chapa do governo na eleição, realizada a um (1) de março de 1930, não se conformaram os oposicionistas com esse resultado e iniciaram pelo país inteiro a coordenação de um movimento revolucionário que, eclodindo em Minas Gerais no dia três (3) de outubro de 1930, logo se irradiou por todo o país, terminando com a vitória que teve como imediato resultado a deposição, no dia 24 de outubro, do Presidente Washington Luiz, que foi substituído por Getúlio Vargas.

Pernambuco era governado por Estácio Coimbra, já no último mês de seu mandato.

A Paraíba, governada por João Pessoa, era um dos mais fortes redutos das forças revolucionárias, que dali marcharam contra Pernambuco.

Quase sem nenhuma reação, as tropas sediadas no Recife deixaram que os revolucionários dominassem a cidade, o que ocorreu no dia quatro (4) de outubro.

Sem garantias e sem possibilidade de exercer suas funções de governador, Estácio Coimbra se dirigiu com alguns de seus auxiliares de governo, a bordo de um rebocador, para sua propriedade Gravatá, no litoral de Barreiros, pretendendo instalar ali ou numa cidade próxima o governo do Estado e organizar uma contra-ofensiva.

Em certo momento do dia cinco (5) correu o boato de que uma tropa dos revolucionários estava marchando na direção de Barreiros.

Esboçou-se, então, um plano de resistência que incluiu a destruição por dinamite da ponte sobre o rio Una, com o que se pretendia impedir o avanço dos revoltosos.

Houve um instante de quase pânico na cidade e algumas famílias abandonaram suas casas e se refugiaram no campo.

Mas não houve o anunciado ataque.

Enquanto isso, o governador Estácio Coimbra, considerando consumada a vitória da revolução no Estado, rumou para Maceió, no mesmo rebocador, contando que ali pudesse, juntamente com o governo de Alagoas, arregimentar forças que impedissem a passagem dos revolucionários para o Sul. Mas não havendo condições para isso, Estácio Coimbra embarcou no navio Aratimbó passando depois para o "Belle Isle", e seguindo para o exílio, na Europa, pois fora cientificado de que o presidente da República não permitiria o seu desembarque no Rio.

* * *

Se nada ou quase nada sofreu Barreiros durante a revolução, muito viria, entretanto a sofrer depois e em consequência dela.

É que alguns elementos do governo revolucionário de Pernambuco, num odioso movimento de *vindita* contra o ex-Governador Estácio Coimbra, não podendo atingi-lo pessoalmente, deliberaram ferí-lo na sua cidade, a cidade a que ele tanto amara e servira.

Instalou-se, assim, no governo revolucionário do Estado uma política de sistemática destruição de todos os melhoramentos introduzidos por Estácio Coimbra em Barreiros.

O Hospital Santa Francisca, um dos melhores estabelecimentos desse gênero de todo o interior do Estado, foi fechado, sob a falsa alegação de que ameaçava ruir; a Es-

tação Experimental de Cana-de-Açúcar, localizada em Sapé, no eixo da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas, foi transferida para outro lugar; a Escola de Agronomia, com grave dano para o seu moderno material didático e preciosas peças de laboratório, tudo importado da Europa, foi deslocada de Barreiros para um arrabalde do Recife, lugar dos menos indicados para uma escola dessa natureza. E como não se ousasse destruir o grupo escolar e a ponte grande, arrancaram dali as placas com o nome de Estácio Coimbra, a cuja iniciativa devia a cidade esses empreendimentos.

Felizmente para Barreiros e seu povo, o governo da revolução veio a ser representado ali por um homem muito cordato, inimigo de violências e incapaz de hostilizar qualquer pessoa por motivos políticos.

Esse homem foi o dr. Domingos Jacinto Tenório, senhor de engenho Araticum, que com sua ação suasória e ponderada no cargo de prefeito do novo regime, se empenhou decididamente por manter no município um clima de ordem e acatamento aos direitos de todos, sem distinção entre vencedores e vencidos.

V O C A B U L A R I O

A VAU — Modo de se passar um rio a pé, sem auxílio de ponte ou embarcação.

TEATRO — Além de seu sentido mais comum que é *casa de espetáculo*, essa expressão designa o *lugar onde se realiza algum acontecimento notável*.

CABANO — Chapéu de palha de abas largas e caídas.

OLIGARQUIA — Predomínio exclusivista de um grupo ou facção política na direção dos negócios públicos.

CAUDILHO — Chefe político ou militar. Cabo de guerra.

VINDITA — Punição, castigo, vingança.

CAPÍTULO VIII

BARREIRENSES ILUSTRES E BENEMÉRITOS

- Antônio Domingos Camarão — Estácio de Albuquerque Coimbra.
- Felisbino de Mendonça Vasconcelos — Francisco de Caldas Lins.
- Visconde de Rio Formoso — Júlio Bello — José Maria Bello.
- Domingos Jacinto Tenório — João Carlos Camboim de Vasconcelos.
- Edwiges de Sá Pereira — Antônio da Rocha de Holanda Cavalcanti.
- Barão de Gindai — Paulo Correia de Oliveira —
Outros barreirenses ilustres e beneméritos.

ANTÔNIO DOMINGOS CAMARÃO

Ao longo de toda a sua história, que já conta bem mais de três (3) séculos, viveram em Barreiros, como seus naturais ou adventícios, homens que, nas lides das guerras, na política, nas letras e nas artes, devotadamente serviram e honraram a sua pequena pátria.

Durante as guerras que se alastraram pelo solo barreirense muitos filhos da terra se consagraram como verdadeiros heróis em defesa da causa que abraçaram.

Quase todos esses bravos barreirenses ficaram no anonimato, como soldados desconhecidos.

Mas um desses heróis teve o seu nome escrito na história do município.

Foi o índio civilizado Antônio Domingos Camarão, descendente de Felipe Camarão, o índio Poti, herói da guerra contra os holandeses, sagrando-se, também ele um verdadeiro herói na resistência que os habitantes da aldeia de São Miguel opuseram ao ataque dos soldados *batavos*.

Quando, cessada a guerra holandesa, foi restabelecida no seu primitivo território, a aldeia de São Miguel já não era apenas uma missão religiosa, constituída só pelos indígenas e os padres que a pastoreavam e a governavam em tudo. Apesar das grandes perdas de vida nos combates, a população ia aumentando cada dia, inclusive com o advento de muitos homens brancos que se fixaram no lugar. Logo passou o aldeamento a se caracterizar, espontaneamente, como uma entidade civil, inclusive com seu governo próprio.

Sem qualquer formalidade, inadmissível naquelas circunstâncias, mas apenas pelo consenso espontâneo dos habitantes do lugar, foi constituído governador da povoação o índio Antônio Domingos Camarão, que alcançou um largo e justo prestígio pelos serviços que na guerra e na paz prestou ao seu povo e ao rei. Todos o designavam como "o governador", sendo ele agraciado pelo rei de Portugal com o tratamento de "Dom" e uma patente militar.

A esse respeito, vale a pena transcrever aqui um documento que tem muita significação para a história de Barreiros, inclusive por ser, com toda probabilidade, esse documento o mais antigo que se conhece (é aliás muito pouco conhecido) datado da aldeia de São Miguel. Foi o mesmo documento encontrado por Frei Venâncio Willeke O.F.M., nas suas porfiadas pesquisas sobre a história da Freguesia do Una e se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa.

É este o teor do citado documento, observada a grafia original e a pontuação.

"Certifico eu Frey Joseph do Desterro, Religioso de Nosso Padre S. Francisco, e missionário da missão de S. Miguel do Una que é verdade que o governador D. Antônio Domingos Camarão sempre fora muito leal ao serviço de Sua Majestade como foram todos os seus antepassados e que nele nunca se vira treissam nem ser desleal ao seu real serviço antes sempre lhe ouvira dizer que sua vida que Deus lhe dera estava muito pronta para a perder em defesa da coroa de Sua Real Majestade, e também sujeito e humilde como filho da igreja a seus Padres missionários e a seus mandatos e por assim ser tudo o juro em brevo, (sic) sacerdotes. Missão de São Miguel do Una 2 de maio de 1728 anos".

Antônio Domingos Camarão pode ser, assim, considerado não apenas como um autêntico herói, mas como, de certo modo, o primeiro cidadão barreirense.

ESTÁCIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA

Quando se tornaram propícias as condições sociais e políticas do lugar que, como já vimos, em 1853, alcançava a categoria de vila e em 1893 a de Município, crescendo e aprimorando-se a sua população, muitos foram os barreirenses que se celebrizaram, inclusive no âmbito da vida nacional, exaltando por esse modo a sua terra.

Da família dos Albuquerque, de Tentugal, provieram muitos barreirenses ilustres. Isso por ter sido essa família a primeira a radicar-se e alastrar-se no solo barreirense.

Dessa família procedeu o certamente, mais ilustre e benemérito filho de Barreiros, que foi Estácio de Albuquerque Coimbra.

Filho do doutor João Coimbra, que a princípio foi agricultor em Barreiros, passando, depois, a seguir a carreira jurídica, como advogado, e de Francisca de Albuquerque Coimbra, filha de José Francisco Bello e de sua mulher Maria Cândida de Albuquerque Bello, nasceu Estácio Coimbra no engenho Tentugal, em 1872.

Formando-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1892, logo entrou para a política, a exemplo de quase todos os Albuquerque Bello daquela região. Contando apenas vinte e dois (22) anos de idade, em 1894, foi eleito deputado estadual, exercendo simultaneamente com esse mandato o cargo de Prefeito de Barreiros.

Em 1900, ascendeu à Câmara Federal e aí representou seu Estado até 1915, com a interrupção de uma legislatura. Foi Ministro da Agricultura na presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922) e Vice-Presidente da República no governo Artur Bernardes (1922-1926).

Nesse mesmo ano, foi eleito governador de Pernambuco. Já perto do fim do seu mandato, foi deposto pelo movimento revolucionário de 1930.

Exilado na Europa, regressou ao Brasil quatro (4) anos depois, não voltando mais à vida política. Faleceu no Recife em 1937, a nove (9) de novembro, na véspera da instalação no Brasil do chamado "Estado Novo".

Estácio Coimbra não só honrou a terra de seu nascimento, com o alto prestígio das funções que exerceu, como, valendo-se desse prestígio, trouxe para Barreiros os mais benéficos melhoramentos.

De sua iniciativa foi a ligação de Barreiros ao Recife por estrada de ferro, em 1908, com a construção do ramal que vai de Barreiros a Ribeirão, articulando-se ali com a linha da GREAT WESTERN, que vinha de Maceió.

Nesse mesmo ano, trazia Estácio Coimbra para Barreiros outro melhoramento dos mais valiosos, que foi a bela e imponente ponte metálica oscilante sobre o Una, substituindo o antigo sistema de travessia do rio por meio de balsas.

Também a ele se deveu, ainda, a construção da primeira rodovia entre Barreiros e Recife; a criação de uma Estação Experimental de cana-de-açúcar, em Sapé, onde hoje está o Colégio Agrícola; a criação do hospital Santa Fran-

cisca, o único, naquele tempo, (1928) a funcionar em toda aquela região; a instalação de uma Escola Superior de Agronomia, no local onde atualmente se situa a Colônia de Aliados, e a conclusão do prédio do Grupo Escolar que hoje tem o seu nome, cuja construção, iniciada havia mais de vinte (20) anos fora logo interrompida.

Com a revolução de 1930, por motivos meramente políticos, extinguiu o governo a Escola de Agronomia e a Estação Experimental de cana-de-açúcar, deixando ao abandono a primitiva rodovia entre Barreiros e Recife.

Além de político, Estácio Coimbra foi agricultor, senhor do Engenho Morim, onde invariavelmente, passava os raros tempos que lhe permitiam suas funções públicas.

FELISBINO DE MENDONÇA VASCONCELOS

Não era ele natural de Barreiros, mas adotou como sua essa terra que muito dignificou.

Nasceu o Dr. Felisbino de Mendonça Vasconcelos num engenho de Rio Formoso, em 1832.

Diplomou-se em 1857 pela Faculdade de Direito do Recife, em que se tornara, dois (2) anos antes, o Curso Jurídico de Olinda.

Apenas saído da Faculdade, foi nomeado Juiz Municipal de Barreiros, que, ao tempo, não era ainda Comarca, mas termo da Comarca de Rio Formoso.

Pouco se demorou, entretanto o Dr. Felisbino no serviço da magistratura, optando pelos trabalhos agrícolas e a vida pública.

Senhor de engenho Muitas Cabras, dedicava-se, ao mesmo tempo, à atividade política, onde alcançou os mais expressivos êxitos. Foi prefeito de Barreiros, deputado e senador estadual em várias legislaturas.

Em 1910, foi eleito deputado federal, mas um incômodo de saúde que dificultava seus movimentos de locomoção não lhe permitiu assumir a cadeira.

Nesse mesmo ano de 1910, veio a falecer esse verdadeiramente ilustre barreirense.

Coube ao dr. Felisbino a glória de haver libertado todos os seus escravos dois (2) anos antes de ser extinta a escravidão no Brasil. Além disso, manifestou-se o seu senso de solidariedade humana, o seu amor pelos humildes, criando ele em seu engenho uma escola primária para os filhos dos que ali trabalhavam, ainda no regime da escravidão, atitude muito rara naqueles tempos.

Durante a guerra do Paraguai, manifestou-se o Dr Felisbino o alto grau de seu patriotismo com atos de colaboração com o governo os quais lhe valeram receber deste a importante condecoração de Cavaleiro da Ordem da Rosa.

FRANCISCO DE CALDAS LINS, VISCONDE DE RIO FORMOSO

Entre outros que não tendo nascido em Barreiros são incluídos nesta galeria de ilustres filhos da terra por terem vivido aí e se integrado na comunidade municipal está o Dr. Francisco de Caldas Lins.

Nasceu ele em Rio Formoso a 10 de novembro de 1828.

Exerceu ali, na mocidade, o cargo de Juiz Municipal.

Estava nesse cargo quando Rio Formoso recebeu, em novembro de 1859, a visita do Imperador Pedro II.

Sempre muito franco e às vezes mordaz, escreveu o Imperador, em seu diário de viagem, a respeito do jovem magistrado: "Não me agrada a sua fisionomia e me parece acanhado" (1).

Mas foi passageira essa impressão do monarca pois oito (8) anos depois, em 1867 reconhecendo ele os méritos do bacharel Francisco de Caldas Lins o agraciava com o título de Barão de Araçagi e em 1889 o elevava à dignidade de Visconde de Rio Formoso.

Deixando a magistratura, o Dr. Francisco de Caldas Lins, passou à condição de agricultor adquirindo o engenho

Una, justamente com outros engenhos do município de Barreiros, Herval, Siqueira e Conceição, fixando em Una sua residência.

Casado com uma filha dos Viscondes de Utinga, teve numerosos descendentes entre os quais os seus netos Francisco e Alberto Martins de Almeida que o sucederam como senhores de engenho de Una e Paulo Corrêa de Oliveira, que foi senhor de Herval.

Militando na política, foi o dr. Francisco de Caldas Lins deputado estadual em várias legislaturas

Faleceu no seu Engenho Una em 28 de novembro de 1897.

JÚLIO BELLO

Júlio Bello era também da *gens* dos Albuquerque, sendo seu nome completo Júlio Celso de Albuquerque Bello. Seus pais foram José Francisco Bello e Maria Cândida de Albuquerque Bello, filha do Sargento-Mor Francisco Antônio e sua mulher Luzia Cândida de Albuquerque e Mello. Nasceu Júlio Bello em Tentugal, como a maioria de sua parentela, até a 3ª. geração, em 1869.

Fez o curso secundário no Recife e foi, depois, para o Rio de Janeiro onde se matriculou na Escola de Engenharia. Mas, não sendo essa a sua vocação, voltou para Pernambuco, onde não pôde continuar os estudos porque teve de suceder seu pai, que morreu logo depois, tornando-se senhor do engenho de Queimadas. Aí passou a viver toda a sua vida, até 1952, quando veio a falecer no Recife.

Poucos filhos de Barreiros terão amado a sua terra como Júlio Bello, especialmente o pedaço de chão ocupado pelo seu engenho.

Embora sem nenhuma vocação política, consentiu ele em participar dessa forma de atividade por influência de seu sobrinho Estácio Coimbra a quem se ligava por laços de muita amizade, pois além de sobrinho, era Estácio, também seu cunhado, irmão de sua mulher Alice Coimbra.

Foi Júlio Bello prefeito de Barreiros, deputado estadual, Presidente da Câmara, Senador e governador interino na ausência do governador efetivo Estácio Coimbra, que viajara para o Rio.

Além de senhor de engenho e político, era, também, Júlio Bello homem de letras, jornalista, poeta e escritor, autor do livro "Memórias de um Senhor de Engenho", consagrado pela crítica como um dos maiores livros desse gênero em toda a literatura nacional.

JOSÉ MARIA BELLO

Nasceu em Tentugal, em 1889, sendo seus pais José Francisco Bello Filho e Júlia de Aguiar Bello.

Formou-se em Direito no Rio de Janeiro e ali viveu quase toda a sua vida adulta.

Desempenhou importantes funções públicas na diplomacia e na política. Participou da Conferência da Paz que se seguiu à 1ª. Guerra Mundial. Em 1925, serviu como secretário na Conferência Parlamentar de Comércio, reunida, em Roma. Em 1927 foi designado embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, (O.E.A.).

Em política, representou Pernambuco na Câmara Federal e no Senado. Em 1930 foi eleito governador de Pernambuco, não se empossando no cargo porque aconteceu a revolução de 1930.

A vocação fundamental de José Maria Bello não era a vida pública, nem a diplomática e muito menos a política, mas o trabalho intelectual a que dedicou o seu talento e sua operosidade, produzindo uma obra bastante considerável em extensão e qualidade.

Ainda estudante, se iniciava na vida intelectual e literária como colaborador de prestigiado jornal carioca "Correio da Manhã"

O seu trabalho literário se estendeu por diversos ramos do conhecimento e da cultura, como a crítica literária ("Estudos Críticos" "Novos Estudos Críticos", "Retrato de

Machado de Assis", "Retrato de Eça de Queiroz", "A Margem dos Livros"), a filosofia política ("Ensaios Políticos", "Democracia e Antidemocracia", etc.); a História ("Imagens de Ontem e de Hoje", "História da República"). Escreveu também um romance "Exilado", que mereceu o prêmio da Academia Brasileira de Letras. Já no fim de sua vida, pública as "Memórias", voltando a receber outro prêmio da Academia pelo conjunto de suas obras.

Faleceu José Maria Bello no Rio de Janeiro em 1959.

DOMINGOS JACINTO TENÓRIO

Pertencia a uma importante família de políticos de Alagoas, tendo nascido na cidade de Quebrângulo.

Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, mas nunca exerceu qualquer atividade nesse domínio.

Muito jovem ainda, aos vinte e três (23) anos, casou-se com uma filha do senhor de engenho de Carassú, Cel. João de Mendonça Vasconcelos e de sua mulher, Dona Adélia Camboim, neta do Barão de Buíque.

Casado, fixou-se em Carassú, dividindo sua vida entre a agricultura da cana-de-açúcar e a política.

Foi prefeito de Barreiros, deputado estadual em diversas legislaturas e, também senador.

Muito arraigado a sua terra de adoção, nunca se afastava dali, a não ser por imposição de seus encargos públicos.

Depois da revolução de 1930, foi, em Barreiros o representante da nova situação política e ao seu caráter, à sua tolerância, ao seu horror a qualquer violência se deveu o clima de tranqüilidade que reinou em Barreiros nesse período post-revolucionário, respeitando-se em tudo a ordem pública e o direito dos vencidos.

Morreu o dr. Tenório em 1938.

JOÃO CARLOS CAMBOIM DE VASCONCELOS

Era natural de Barreiros. Nasceu no engenho Carassú nos fins do século passado, sendo seus pais o Coronel João

Mendonça Vasconcelos e Adélia Camboim de Vasconcelos,
filha do Barão de Buíque Francisco Alves Cavalcanti
Camboim.

Estudou Direito e Engenharia no Recife, mas só con-
cluiu o curso de Direito.

Não teve, entretanto, oportunidade de seguir essa car-
reira, pois com o falecimento do pai, foi chamado a substi-
tuí-lo como senhor de Carassu.

Político militante e bastante prestigiado, não exerceu,
entretanto qualquer cargo de representação ou função pú-
blica.

Partidário das forças políticas que combatiam em
Pernambuco o partido de Rosa e Silva, liderou, ao lado de
Ayres Bello, a grande campanha política de 1911, de que
resultou a elevação do general Emídio Dantas Barreto ao
governo de Pernambuco, dando-se por finda a *oligarquia*
rosista que, por cerca de vinte (20) anos, dominou a polí-
tica do Estado.

Faleceu o dr. João Carlos no Engenho Carassu, em
1916.

ANTÔNIO DA ROCHA DE HOLANDA CAVALCANTI. BARÃO DE GINDAI

Entre os homens que compunham a aristocracia rural
do Município de Barreiros, contava-se o Barão de Gindai.

Senhor do engenho de que lhe veio o título, esse Ho-
landa Cavalcanti dividia seu tempo entre os trabalhos agrí-
colas e a vida política.

Nunca exerceu qualquer função pública, mas militou
na política durante muitos anos como chefe do Partido Con-
servador no município, em contraposição ao Major José
Francisco Bello, senhor de Tentugal e chefe do Partido Li-
beral.

Embora fosse o Barão um político combativo e até
fervoroso, em nenhum tempo as divergências partidárias

chegaram a influir nas relações de amizade muito estreitas que uniam as duas famílias, que tinham o seu tronco em Tentugal e Gindai.

Antônio da Rocha de Holanda Cavalcanti recebeu o título de Barão no ano em que se proclamou a abolição da escravatura, em 1888.

Faleceu no começo do século em sua residência na cidade de Barreiros, onde passava uma parte do ano.

Um dos filhos do Barão de Gindai, Francisco, conhecido por Chico Holanda, foi também senhor de engenho e político exercendo vários mandatos de deputado estadual em Alagoas

PAULO CORREIA DE OLIVEIRA

Era neto, pelo lado paterno do Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira que ocupou altos postos de governo ao tempo da Monarquia inclusive o de Ministro do Império, e pelo lado materno do Visconde de Rio Formoso.

Engenheiro civil, dedicava menos tempo ao exercício dessa profissão de que à de agricultor, pois foi durante muitos anos Senhor do engenho Herval, herdado de seus avós.

Era também político, mas isso apenas para estar solidário com seu amigo Estácio Coimbra, pois não era essa a sua vocação.

Casado com uma moça de nacionalidade ou de origem alemã, Erla Repsold, teve seis filhos e ainda hoje está com membros de sua família o engenho de sua herança materna, sendo o atual senhor de Herval o agricultor e industrial Carlos Artur, membro da 4ª geração dos descendentes do Visconde de Rio Formoso a viver naquelas terras.

EDWIGES DE SA PEREIRA E SEUS IRMAOS

Mas não foi apenas no domínio da vida pública ou da política que muitos filhos de Barreiros ilustraram a história de sua terra. Também noutros domínios, como o das

letras, das artes, da cultura, enfim, pode Barreiros cultuar nomes de muitos de seus filhos que igualmente glorificam a sua história.

No domínio da arte e das letras, foi uma mulher quem mais alto elevou o prestígio de Barreiros. Essa mulher foi Edwiges de Sá Pereira, que ocupando uma cadeira na Academia Pernambucana de Letras seria, no Brasil inteiro, a primeira mulher a atingir esse posto.

Filha do advogado José Bonifácio de Sá Pereira e sua mulher Maria Emília de Sá Pereira, nasceu Edwiges em Barreiros no ano de 1885. Teve doze (12) irmãos e vários deles podem figurar nesta galeria de grandes barreirenses, como Virgílio de Sá Pereira, jurisconsulto de nomeada que redigiu um dos projetos de nosso Código Penal, ao tempo da implantação do regime republicano; Eugênio de Sá Pereira, também jurista, auditor de guerra e ainda poeta, autor de vários livros, e Eurico de Sá Pereira, que exerceu a advocacia e o jornalismo no Rio de Janeiro gozando de alta reputação profissional.

De Edwiges de Sá Pereira pode ser dito que foi uma das maiores poetisas, não só de Pernambuco, como de todo o Brasil.

A sua vocação poética desabrochou sendo ela ainda uma adolescente, de dezesseis (16) anos.

Num jornalzinho íntimo, manuscrito, a que deu o título de "O Eco Juvenil", publicou os seus primeiros versos. Distribuía o jornal com as pessoas de sua maior intimidade e a todas pedia que não dessem divulgação ao seu manuscrito.

Apesar disso, certamente por intermédio de um dos seus irmãos, que já moravam no Rio, chegou o "Eco Juvenil" às mãos do escritor Artur de Azevedo, que fez publicar no "País", um grande diário carioca, uma das poesias da talentosa barreirense.

Outro exemplar do jornalzinho foi remetido ao Dr. Sousa Pinto que, escrevendo a Edwiges, a convenceu em

transformar em livro o seu folheto. E assim nasceu "Cam-
pesinas" o primeiro livro impresso da ilustre barreirense.

MANUEL CAETANO DE ALMEIDA ANDRADE

No mundo das letras houve muitos outros barreiren-
ses que ilustraram a sua terra.

Contemporâneo de Edwiges de Sá Pereira, podemos
distinguir Manuel Caetano de Almeida Andrade. Era um
rapaz de família humilde, filho de um farmacêutico da ci-
dade, Belarmino Andrade, por todos conhecido pela alcunha
de Bileu da Farmácia.

Manuel Caetano não teve estudos além do primário,
feito ali mesmo em escola pública. Mas desde cedo, ainda
adolescente começou a cultivar a literatura, a que se consa-
grou com todo o empenho de sua firme vocação.

A custo de muito esforço, conseguiu instalar na ci-
dade a primeira tipografia que ali funcionou, destinada es-
pecialmente à impressão de um jornal criado por ele, o pri-
meiro jornal impresso em Barreiros.

Saiu o primeiro número desse jornal, "O Futuro", que
se apresentava como uma "revista literária", a quatro (4)
de outubro de 1896.

Caetano de Andrade era poeta e romancista, mas os
seus livros não chegaram a ser conhecidos pelas gerações
que vieram depois.

OUTROS DIGNOS BARREIRENSES

Em época mais próxima, outros barreirenses conti-
nuaram essa galeria de filhos ilustres e beneméritos da
terra, como José Canuto Santiago Ramos, colaborador de
revistas e jornais do Recife e apreciável orador. Foi, tam-
bém político, exercendo a função de prefeito do Município,
trazendo para a cidade o grande benefício do estabeleci-
mento da primeira escola secundária a funcionar ali; Adolfo
Aluísio da Rocha, negociante, e também, homem dado às
letras e que exercendo interinamente o cargo de Prefeito,
promoveu, em 1924, a iluminação elétrica da cidade; Luiz de

França Lins de Mendonça, comerciante e agricultor que cultivava a literatura com muito empenho, e foi vereador e presidente da Câmara, Artur Bello poeta e jornalista, colaborando na "Província", Gonçalo de Lima, também grande amigo da literatura e apaixonado do charadismo, um nobre esporte do espírito muito cultivado na época e em que ele, Gonçalo era perito consumado; Alfredo Ferreira das Neves, negociante, amigo das letras, poeta, colaborador em revistas do Recife e grande animador da vida literária da cidade participando da criação de grêmios literários, jornais, etc.

VOCABULÁRIO

BATAVO — Habitante de República Batava, antiga denominação da Holanda ou Países Baixos. Sinônimo de holandês.

INDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	
As Origens	15
CAPÍTULO II	
Periodo de Formação	31
CAPÍTULO III	
A Economia	41
CAPÍTULO IV	
Os Meios de Transporte	53
CAPÍTULO IVa	
A Instrução Pública	61
CAPÍTULO V	
A Cultura	67
CAPÍTULO VI	
A Religião	91
CAPÍTULO VII	
As Festas	89
CAPÍTULO VIIa	
A Política	99
CAPÍTULO VIII	
Barreirenses Ilustres e Beneméritos	117